



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

***Nô Guiné !* : contributos para um projeto de inventário digital colaborativo do património cultural na Guiné-Bissau**

Cassama Gomes Silva

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientadora:

Doutora Sofia Costa Macedo, Professora Auxiliar Convidada,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

***Nô Guiné !* : contributos para um projeto de inventário digital
colaborativo do património cultural na Guiné-Bissau**

Cassama Gomes Silva

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientadora:

Doutora Sofia Costa Macedo, Professora Auxiliar Convidada,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

À Alcina, a mulher que fez tudo possível, a minha eterna professora.

À avó Dolandina, que com maior paciência do mundo me acompanhou neste
processo acadêmico.

Agradecimentos

Estimo e agradeço do fundo do meu coração a minha orientadora, Professora Sofia Macedo, as diversas correções e advertências, numa prontidão inalcançável, e pelas diversas observações e liberdade de trabalho. Um outro obrigada pela ampla transmissão de conhecimentos, materiais, métodos de trabalho.

Agradeço profundamente a Professora Caterina Foà que sempre acreditou nas minhas ideias e apoiou-me incondicionalmente. Além de tudo obrigada pela energia positiva e por mostrar que todos os meus projetos seriam possíveis.

Um especial agradecimento aos meus professores e colegas da formação de *UX/UI Design* que tanto me ajudaram a pensar “fora da caixa”.

Agradeço o carinho e atenção de todos os entrevistados que além dos seus contributos ajudaram-me a compreender melhor o contexto cultural e patrimonial guineense.

Agradeço a minha mãe, Alcina, a mulher mais guerreira e inteligente que conheço, que nunca me impediu de ir atrás das minhas preferências profissionais. Todo o teu esforço será recompensado.

Um agradecimento profundo ao meu tio e melhor amigo Osvaldo Barbosa pelas diversas horas de conversa que sempre me trouxeram de volta ao eixo em momentos que pensei que não era possível continuar esta caminhada académica.

É sabido que a investigação, é uma “missão” maioritariamente solitária. No entanto, neste caso não foi tão solitária assim graças ao companheirismo da minha colega e amiga Beatriz Lourenço, ao meu irmão de outra mãe Hugo Oliveira, as minhas eternas companheiras Milene Copei, Nazalina Mendonça, Vânia Cá e Wilsa Gomes.

Um especial aos meus irmãos Nildo, Mariano e Swellson, os meus fiéis companheiros nesta caminhada que é a vida.

Por fim, resta-me agradecer profundamente aos meus familiares, principalmente ao Tio Daniel que tanto me ajudou no meu trabalho de campo.

Resumo

A atmosfera em torno da preservação do património cultural guineense é deveras preocupante por diversos motivos, políticos, económicos e sociais. A consciência da salvaguarda dos bens patrimoniais, é existente em alguns agentes culturais que, de acordo com as suas possibilidades, lutam contra a gradual destruição destes bens que refletem a identidade cultural e social da sua nação. No entanto, num país em que a preservação do património cultural não representa uma grande prioridade e ainda não se encontra definido uma estratégia pública para o património cultural, esta não é uma missão fácil.

Por este motivo, apresenta-se um trabalho de projeto que tem como objetivo desenvolver um instrumento digital de identificação, inventariação e divulgação de todo o tipo de património presente no espaço geográfico da Guiné-Bissau. Propondo uma abordagem colaborativa, que visa a inclusão da comunidade no processo de gestão e valorização dos seus bens patrimoniais.

Para alcançar o objetivo proposto, primeiramente, foi elaborada uma análise e enquadramento do contexto cultural e político, as iniciativas e projetos realizados em torno desta temática. De seguida, com recurso ao método de observação descritiva e exploratória, foi realizado um primeiro levantamento dos bens patrimoniais presentes no espaço geográfico da cidade de Bissau, com o fim de recolher uma pequena parcela do Património Cultural em presença.

Por fim, além de um guia de inventariação, foi desenvolvida uma proposta visual de uma plataforma digital -*website* e aplicação móvel- para albergar o inventário e o mapeamento cultural dos bens culturais guineenses.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, Património Cultural, Plataforma Digital, Inventariação colaborativa, Preservação e Salvaguarda.

Abstract

The atmosphere surrounding the preservation of Guinea-Bissau's cultural heritage raises several concerns due to political, economic, and social reasons. The recognition of the need for safeguarding heritage assets is present in some cultural agents who, according to their possibilities, fight against the gradual destruction of these assets that materialize the cultural and social identity of their nation. However, in a country where the preservation of cultural heritage is not a high priority and where public cultural heritage policies have yet to be defined, this is not an easy mission.

For this reason, it is presented a project which aims to develop a digital instrument for identifying, inventorying, and disseminating all types of cultural heritage in Guinea-Bissau, through a collaborative approach, which aims to include the community in the management and valorization of its heritage assets.

To achieve the proposed objective, the methodology uses consisted first, of an analysis and definition of the cultural and political framework and the initiatives and projects carried out around this theme. Then, using the descriptive and exploratory observation method, an initial survey was carried out of the heritage assets present in the geographical space of the city of Bissau, with the aim of collecting a small portion of the cultural heritage present in Guinea-Bissau.

Finally, in addition to an inventory guide, a visual proposal was developed for digital platform - website and mobile application - to host the collaborative inventory and a cultural mapping of Guinea-Bissau's cultural heritage.

Keywords: Guinea-Bissau, Cultural Heritage, Digital Platform, Collaborative Inventory, Preservation and Safeguard.

Índice

Resumo.....	iii
Abstract	v
Índice de Figuras	ix
Índice de Quadros.....	ix
Glossário.....	xi
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - Plano de investigação, métodos e técnicas	5
CAPÍTULO 2- Contexto e diagnóstico.....	15
2.1. Breve perspectiva dos contributos para a inventariação do património cultural guineense	15
2.2. O papel do Estado como órgão regularizador das políticas culturais.....	21
2.2.1. As políticas culturais direcionadas ao património cultural e a estratégia cultural adotada na Guiné-Bissau.....	23
2.2.2. O IX Governo e as políticas públicas do património cultural: contribuições e desafios	24
2.2.2.1. <i>Terra Ranka</i>	25
2.2.2.2. III Conferência Nacional da Cultura	26
2.2.2.3. Outras iniciativas privadas	26
2.2.3. Breve consideração dos desafios para a implementação das políticas patrimoniais	27
2.3. Inventariação do património cultural: a intercessão com o meio digital	28
2.3.1. Inventário em meio digital	29
2.4. Participação dos cidadãos nas matérias de inventariação: exemplo de casos africano .	31
CAPÍTULO 3- <i>Nô Guiné</i> : Bases do projeto	35
3.1. Contexto.....	35
3.2. Bases do projeto.....	37
Quadro 2. Tabela de respostas da pergunta 6 dos inquéritos.	38
Fonte: Elaborada pela autora de acordo com os dados recolhidos.....	38
3.2.1. <i>Nô Guiné!</i>	40
3.3. Diretrizes para construção da ficha de inventário colaborativo	42
3.3.1. Tipologias patrimoniais e fichas de registo	42

3.3.2. Modelo de fichas de inventário do património cultural	43
CAPÍTULO 4- Processo de Design	47
4.1. Logo.....	47
4.2. Paleta de cores	49
4.2.3. Produto digital	50
4.2.3.1. <i>Website</i>	51
4.2.3.2. <i>Aplicação móvel</i>	55
CAPÍTULO 5- Proposta de implementação	61
5.1. Análise SWOT.....	61
5.2. Recursos Humanos	63
5.3. Etapas.....	63
Etapa 1 – Pré-lançamento das plataformas	63
Etapa 2 – Pós-lançamento das plataformas.....	65
5.4. Recursos financeiros.....	66
CAPÍTULO 6- Turismo e o Património Cultural	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
Fontes	75
Bibliografia.....	79
Anexos.....	I
Anexo A - Modelo dos inquéritos	I
Anexo B - Guião geral das entrevistas	IV
Anexo C- Bens móveis identificados na cidade de Bissau.....	V
Anexo D - Bens imóveis identificados na cidade de Bissau	XLIII
Anexo E - Bens imateriais identificados na cidade de Bissau.....	XLIX
Anexo F – Modelo da ficha de inventário	LVI
Anexo G – Layout da página de preenchimento de inventário por meio digital.....	LXI

Índice de Figuras

Figura 1. Mapa das regiões político-administrativas da Guiné-Bissau.....	10
Figura 2. Gráfico elaborado a partir das respostas da pergunta nº 6 do inquérito.	39
Figura 3. Gráfico elaborado a partir das respostas da pergunta nº 13 do inquérito.	40
Figura 4. Estrutura do código de identificação	44
Figura 5. Brainstorming para o naming.	47
Figura 6. Primeira proposta de logo presente na página de carregamento da App.....	48
Figura 7. Segunda proposta de logo presente na página de carregamento da App.....	48
Figura 8. Logo presente na página de carregamento da App	49
Figura 9. Paleta de cores presentes	49
Figura 10. Exemplo do <i>layout</i> de ficha de inventário publicada (1/2).....	51
Figura 11. Exemplo do <i>layout</i> de ficha de inventário publicada (2/2).....	52
Figura 12. Exemplo do layout da página <i>Vamos inventariar juntos?</i> (1/2)	53
Figura 13. Exemplo do layout da página <i>Vamos inventariar juntos?</i> (2/2).....	54
Figura 14. Página principal & Página filtrada (Património Imóvel).....	55
Figura 15. Página 1 e 2 de uma ficha da Sé de Bissau & Página para adicionar um comentário	56
Figura 16. Página de perfil e configurações & Página O MEU ROTEIRO.....	57
Figura 17. Página Acrescentar Memórias & Página Colaborar	58
Figura 18. Página (2/2) de Pesquisa	59

Índice de Quadros

Quadro 1. Lista de entrevistas realizadas.....	8
Quadro 2. Tabela de respostas da pergunta 6 dos inquéritos.	38
Quadro 3. Categorias do património cultural.....	43
Quadro 4. Análise SWOT do <i>Nô Guiné!</i>	62

Glossário

App- Aplicação Móvel

DENARP II - Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza da Guiné-Bissau

IMP - Intangible Cultural Heritage and Museums Project

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

ONGD - Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

PAIC - Projeto de Apoio às Iniciativas Culturais

PAIGC – Partido para Independência da Guiné e Cabo Verde

PALOP – Países de língua oficial portuguesa

SEC – Secretaria do Estado da Cultura

SEJCD – Secretaria do Estado de Juventude, Cultura e dos Desportos

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

INTRODUÇÃO

“A cultura é, essencialmente, um ato humano em que as pessoas são testemunhas, agentes e consumidores. A questão é estruturar, têm de se criar um mecanismo de operação para se proceder a um inventário em condições.” Ernesto Dabo (#6, entr. G)

O património cultural consiste num conjunto de recursos que materializam a herança coletiva de uma comunidade, de uma nação e de um mundo, que estão associados a uma história e uma memória coletiva que reflete valores, saberes, tradições e crenças próprios. Estes podem ser bens materiais, como por exemplo monumentos históricos, manifestações artísticas como obras de arte, artefactos e sítios arqueológicos; ou bens imateriais, como tradições orais, expressões e saberes artísticos, rituais, entre outros bens que refletem a sua identidade e herança cultural.

O Património Cultural é, portanto, uma parte fundamental da identidade de uma sociedade que deve ser protegido e preservado para que estas manifestações sejam conhecidas pelas futuras gerações. Para tal, é necessário aplicar um conjunto de ações em torno da identificação, inventariação, salvaguarda e proteção, conservação, valorização, divulgação e interpretação dos bens que assegurem a sua gestão, conservação e longevidade.

A Guiné-Bissau, país de grande diversidade cultural e étnica, enfrenta diversos problemas que desafiam a preservação e salvaguarda dos seus bens patrimoniais, e que refletem a escassez de recursos humanos técnicos e económicos para assegurar a sua preservação; bem como um histórico de instabilidade política e ausência de políticas públicas que assegurem a sua salvaguarda. Vandalismos por parte da população, devido a baixa consciência e sensibilização, ou incorretas intervenções que infelizmente adulteram os bens culturais. Isto acontece tanto no património imóvel, em que o proprietário pode executar as modificações que pretende nos edifícios construídos, ou em manifestações imateriais que gradualmente se vão extinguindo devido à globalização, assimilação étnica e, principalmente, a perda da conexão com o passado.

Aliado a estes fatores, consta o elemento da oralidade, visto que a tradição oral desempenha um papel fundamental na transmissão de conhecimentos e testemunhos históricos e culturais. No entanto, a ausência da associação da materialização e documentação de testemunhos orais, em registos escritos, faz com que o parecer de um determinado indivíduo que é detentor do “saber”, o seu conhecimento se extingue com o mesmo. Assim, além de testemunhos contemporâneos, desvanecem-se histórias, lendas, cerimónias, canções, danças, saberes que, ao longo dos tempos, moldaram a identidade guineense.

Perante esta situação surgiram-se as seguintes questões:

Como preservar estes testemunhos orais?

Como posso contribuir para preservação do Património Cultural guineense?

É então, a partir destes questionamentos, que se começou a desenvolver o projeto *Nô Guiné!*, visando como primeiro objetivo, contribuir para reverter a situação patrimonial do país, através da identificação e inventariação, primeiros dois passos indispensáveis para a gestão dos bens patrimoniais. O segundo objetivo é compreender os testemunhos orais no processo de inventariação, através da promoção do inventário colaborativo, uma vez que devido ao contexto social e cultural guineense, será imperativo a captação destes “saberes” tradicionalmente transmitidos oralmente. O terceiro e último, objetivo é a construção de uma ferramenta que permita a ampla divulgação dos bens patrimoniais e as suas respetivas informações.

Neste trabalho de projeto, na tentativa de alcançar estes objetivos, serão adotadas as algumas abordagens metodológicas, que consistem nos seguintes três momentos: investigação teórica, trabalho empírico e processo de produção.

O primeiro momento, de base teórica e empírica, consiste na investigação e análise dos conceitos por detrás da inventariação, inventariação colaborativa e inventário digital; e no enquadramento das políticas públicas do património cultural e projetos de inventariação desenvolvidas no contexto guineense.

Seguido, do trabalho empírico, de recolha de fontes primárias, por meio de entrevistas semidiretivas e aplicação de inquéritos, da identificação dos bens patrimoniais móveis, imóveis e imateriais presentes na cidade de Bissau e construção do modelo da Ficha de Inventariação.

Por último, a construção de uma ferramenta de inventariação, pelo qual é crucial o processo de *Design*, que permitirá a elaboração do *logo*, *interfaces* e *layouts* da proposta visual desta inventariação colaborativa disponibilizada em plataformas digitais: o *website*, que funcionará como uma base de dados, e a aplicação móvel, que albergará um mapeamento cultural. Nestas duas o cidadão terá um papel fundamental, não só como promotor de informações e memórias, mas também como decisor, sugerindo bens a inventariar, ou até mesmo fazendo parte da equipa responsável pela gestão deste processo de inventariação.

No que concerne à estrutura deste trabalho de projeto, o presente projeto encontra-se subdividida em seis capítulos, com os seus respetivos subcapítulos. O primeiro capítulo destina-se a apresentar as etapas da pesquisa e produção do produto final, apresentando as metodologias de pesquisa e como se sucedeu o trabalho de campo. Já o segundo capítulo consiste numa exposição das políticas públicas do património cultural, as respetivas iniciativas privadas, ou públicas, e uma abordagem aos conceitos e critérios em torno do inventário colaborativo e a

importância do auxílio das plataformas digitais na proliferação do conhecimento patrimonial, tendo em conta o caso específico da Guiné-Bissau. Segue-se o terceiro capítulo, onde se abordam as diretrizes do projeto, e o contexto que impulsionou a sua criação. É, também, apresentada uma proposta de ficha de inventário que foi elaborada no âmbito deste trabalho, para aplicar aquando do processo de identificação dos bens patrimoniais guineenses. No quarto capítulo apresentam-se as propostas visuais para o *website* e aplicação móvel. Já no quinto capítulo, de acordo com uma análise *SWOT* dos fatores internos e externos, apresenta-se uma proposta de implementação do projeto. O sexto capítulo, retoma a questão da importância do Património Cultural para o desenvolvimento do turismo local, dando destaque às futuras aplicações deste projeto e à relevância que o mesmo pode ter na salvaguarda do património na Guiné-Bissau. Por último, no final apresentam-se as considerações finais.

CAPÍTULO 1 - Plano de investigação, métodos e técnicas

Para o desenvolvimento e execução do presente trabalho de projeto, foi definido um conjunto de procedimentos e metodologias, de natureza qualitativa que permitiram o aprofundamento da compreensão do contexto e a construção da proposta de inventariação.

Neste capítulo serão apresentados os métodos, as técnicas e recursos utilizados para a concretização do trabalho de projeto.

Assim, foi estabelecida uma estrutura de investigação que se divide em seis fases de atuação:

Fase 1 – Compreensão e diagnóstico do quadro;

Fase 2 – Trabalho de investigação;

Fase 3 – Recolha de dados e trabalho *in situ*;

Fase 4 – Tratamento dos dados;

Fase 5 – Elaboração da proposta de inventariação digital e da proposta visual;

Fase 6- Proposta de implementação.

1º Fase - Compreensão e diagnóstico do quadro

Esta primeira fase consistiu num momento exploratório de recolha preliminar de informações para uma melhor compreensão do contexto/comunidade/quadro. Este primeiro momento, consistiu essencialmente em três etapas determinantes para a elaboração deste projeto:

A primeira etapa remonta à viagem de 2018 à Guiné-Bissau, tendo já em perspetiva o desenvolvimento deste projeto, em que o trabalho de terreno permitiu constatar o estado de conservação do património cultural guineense, com principal atenção para a ilha de Bolama e os conjuntos arquitetónicos que compõem a popularmente nomeada “praça” de Bissau. Este momento de observação participante, que apesar de que ainda não tenha sido realizada com os objetivos científicos da investigação, foi crucial para construir um conhecimento acerca do património cultural e essencialmente constatar o envolvimento, ou não, da população no setor cultural.

Seguiu-se a segunda etapa em 2020, durante a realização do trabalho curricular para aprovação do *Seminário de Arte e Poder no Tempo das Ditaduras*, incorporada na Pós-Graduação em História da Arte, lecionado na Universidade Nova de Lisboa. Este trabalho intitulado *O Gabinete de Urbanização Colonial e a sua atuação na capital guineense*, foi essencial para um melhor aprofundamento do contexto histórico da atuação do *Gabinete de*

Urbanização e os Edifícios Públicos de Bissau, responsável pela urbanização e edificação do património arquitetónico colonial presente na capital, Bissau.

Por último, já em 2022, este processo de compreensão e consolidação é rematada pela realização de entrevistas exploratórias, informais, que não tiveram como base um guião, permitindo que os entrevistados (investigadores, agentes culturais e futura orientadora) exprimissem as suas perspetivas acerca do contexto político e cultural guineense. Foi, particularmente, importante para compreender os obstáculos que a preservação do património cultural guineense enfrenta. Acrescenta-se a conversa informal e exploratória com a Prof. Sofia Macedo (orientadora) para construção, realização do cronograma e definição do objeto de estudo.

Deste modo, este primeiro contacto com o quadro temático de interesse foi essencial para consolidar a intenção de elaborar uma contribuição para setor do património cultural guineense, mas também para clarificar alguns conceitos, elaborar algumas hipóteses e definir Bissau, a capital guineense, como objeto principal de estudo.

A primeira fase foi concluída com a definição clara da problemática e objetivos específicos e primários, de forma a criar uma linha de ação que orientou a execução das etapas a seguir.

2º Fase - Trabalho de investigação

Nesta fase foi elaborado o planeamento da pesquisa bibliográfica de obras físicas e acervos digitais disponíveis em bibliotecas, arquivos físicos e *online*, organizadas num sistema de fichas de leituras/bibliográficas das obras consultadas. Foi, então, utilizada a metodologia de investigação documental tanto de fontes diretas como fontes secundárias, como trabalhos académicos, maioritariamente dissertações de mestrado e teses de doutoramento, artigos científicos e documentos em suporte em vídeo.

No que toca às fontes primárias foram analisadas as seguintes fontes documentais oficiais, produzidas pela República da Guiné-Bissau:

- Constituição da República da Guiné-Bissau, de 1984;
- DENARP II¹, correspondente ao período de atuação de 2011 a 2015;
- Programa do IX Governo Constitucional da Guiné-Bissau 2014-2018;
- Plano Nacional de 2015-2020: *Terra Ranka*;
- Resultados da III Conferência Nacional da Cultura, realizada em 2015.

¹ Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza da Guiné-Bissau (2011)

Foi ainda efetuado um apuramento dos diversos projetos, iniciativas, prévios registos e mapeamentos do património cultural guineense, documentados por meio de relatórios, *websites* e outros meios de divulgação.

Por fim, foi realizado o gerenciamento e cruzamento das informações para a elaboração do *Contexto e diagnóstico* do projeto.

3º Fase - Recolha de dados e trabalho em campo

Neste passo houve uma preocupação com a identificação dos métodos e técnicas de recolha de dados e *inputs* para um melhor fundamento do projeto e da abordagem a tomar.

Recorreu-se a três métodos, sendo o primeiro a realização de inquéritos por questionário, uma recolha sistemática de dados, com intuito meramente informativo, assente na recolha de uma multiplicidade de dados para uma melhor compreensão do possível envolvimento da comunidade guineense no processo de inventariação e na gestão e valorização do património.

Os inquéritos, de elaboração própria, foram disponibilizados *online* através do *Google Forms*, por cerca de dois meses, de 17 de maio de 2023 até 10 de junho de 2023. A sua divulgação foi feita pelas redes sociais, mais especificamente o *Facebook*, o *Instagram* e o *WhatsApp*, por meio do reencaminhamento do inquérito por mensagem privada, com o intuito de assegurar que todos os inqueridos eram de facto naturais da Guiné-Bissau. Foi possível obter 50 respostas de indivíduos dos 15 aos 57 anos, todas as respostas foram validadas para *Fase 4 – Tratamento dos dados*. A estrutura de inquérito encontra-se no Anexo A.

O segundo método adotado foram as entrevistas semidiretivas, realizadas presencialmente, de acordo com um guião de entrevista (Anexo B), com perguntas relativamente abertas para dar espaço para o aprofundamento dos testemunhos dados pelos entrevistados. Para a coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos: declaração de consentimento de gravação da entrevista e posterior transcrição do conteúdo da mesma; o guião de entrevistas com uma breve introdução seguida de oito perguntas; e um aparelho telefónico para a gravação do áudio.

Todos os onze entrevistados foram selecionados devido ao seu envolvimento no contexto cultural nacional, quer como agentes culturais, quer como investigadores que atuam em diversos setores: educação; turismo; política, entre outras. Permitindo assim uma conjunção de diferentes pontos de vista (Quadro 1).

Quadro 1. Lista de entrevistas realizadas

Fonte: elaborado pela própria.

Nome do(a) entrevistado(a)	Qualidade em que foi entrevistado	Objetivos da entrevista	Data de realização	Local de realização
A Odete Semedo	Investigadora do INEP	Conhecer o contexto histórico e cultural guineense bem como os projetos/iniciativas que visam documentar o património cultural	04 de setembro de 2023	Assembleia Nacional Popular Bissau
B João Cornélio Correia	Coordenador da Cédula de Apoio ao Secretariado da Cultura	Mapear os trabalhos de inventariação do património cultural realizados pelo Estado	30 de agosto de 2023	Palácio do Governo, Bissau
C José da Cunha	Ex-Diretor Geral da Juventude, Cultura e Desporto	Compreender a relação do estado com património cultural e os processos de inventariação dos bens culturais	06 de setembro de 2023	Restaurante Monte Alentejano Bissau
D Cambraima Cassamá	Secretário do Património Cultural	Compreender os projetos/iniciativas realizada pelo Estado atual	30 de agosto de 2023	Secretária do Património Cultural, Bissau
E Ector Cassamá	Bailarino, coreógrafo e coordenador do grupo cultural <i>Netos de Bandim</i>	Conhecer os projetos/iniciativas realizadas pelos <i>Netos de Bandim</i> na preservação e documentação do património material e imaterial	01 de setembro de 2023	Universidade Amílcar Cabral Bissau
F Arafan Mané	Técnico do Turismo e Professor da Universidade Amílcar Cabral	Compreender a relação do património cultural com o turismo	01 de setembro de 2023	Universidade Amílcar Cabral Bissau

G Ernesto Dabo	Músico e Ativista Cultural	Conhecer a relação da música com os processos de inventariação da cultura e património nacional	30 de agosto de 2023	Restaurante Monte Alentejano Bissau
H Edison Gomes Ferreira	Diretor do Centro Cultural José Carlos Schawarz e Diretor do Património Imaterial	Conhecer o trabalho desenvolvido pelo Centro Académico José Carlos Schwarz no envolvimento da comunidade na cultura	28 de agosto de 2023	Centro Cultural José Carlos Schawarz, Bissau
I Albino Djata	Ator do Teatral Ballet Nacional e Diretor do Museu Etnográfico Nacional da Guiné-Bissau	Perceber a relação do estado com o património imaterial e património móvel	30 de agosto de 2023	Instituto Cine, Bissau
J Flora Gomes	Cineasta	Compreender o estado do cinema e do património imaterial guineense	28 de agosto de 2023	Hotel Ceifa, Bissau
K Francisco Conduto da Pina	Poeta e Ex-Diretor Geral do Turismo	Compreender o trabalho desenvolvido em torno do turismo e a preservação do património imaterial	02 de setembro de 2023	Guiné tours, Bissau

Por último, foi efetuado o levantamento *in situ*, que consistiu num primeiro levantamento dos bens patrimoniais restringidos ao espaço geográfico de Bissau. Esta escolha deve-se a dificuldade de “cobrir” todo o território da Guiné-Bissau composta por nove regiões. Deste modo tornou-se necessidade de estabelecer um campo de atuação alcançável neste primeiro momento de levantamento patrimonial. Assim, com recurso a observação direta, recolha de imagens fotográficas e respetivas identificações/nomes, uma breve descrição, categorização dos bens patrimonial e alguns dados relacionados com datação que foram registadas nas fichas de registo.



Figura 1. Mapa das regiões político-administrativas da Guiné-Bissau.

Fonte: <http://www.ezilon.com/maps/images/africa/political-map-of-Guinea-Bis.gif>

Assim, foi efetuada uma primeira seleção para a recolha de referências patrimoniais, com recurso a alguns conhecimentos que foi possível desenvolver ao longo do processo académico, mas também através de uma compilação das referências patrimoniais facultadas pelos inquiridos e entrevistados.

Foi possível compilar uma generosa parte dos bens patrimoniais móveis presentes no acervo do Museu Etnográfico e Museu Militar da Luta da Libertação Nacional, situado na Fortaleza de São José da Amura, sendo estes os únicos dois museus presentes na cidade de Bissau.

Quanto ao património imóvel, além de um exemplar da arquitetura vernacular, foi possível compilar alguns exemplares da arquitetura administrativa, religiosa, escolar, entre outros exemplos do Património de Influência Portuguesa, presentes em “Bissau Velho”.

A seleção do património imaterial foi realizada de acordo com as referências feitas pelos entrevistados e pelas respostas dadas pelos inquiridos aquando da alínea número 2: *Indique três bens patrimoniais guineenses*, que permitiu identificar um conjunto de manifestações imateriais. No entanto, neste primeiro momento foi irrealizável estabelecer uma linha cronológica da origem destas manifestações, devido ao fator social que é a tradição oral. Assim,

para uma possível datação das mesmas teria de haver um segundo momento de recolha de testemunhos orais juntos aos guardiões do conhecimento.

No que diz respeito ao património arqueológico, não foi possível fazer uma recolha desta tipologia de património, uma vez que até a data presente segundo José da Cunha, Ex-Diretor Geral da Juventude, Cultura e Desporto, não foi possível executar uma campanha arqueológica. No entanto, Manuel Teixeira refere que “fora da estrutura fortificada ficava o cemitério” (Teixeira, s.d.), sendo este o único registo de possíveis artefactos arqueológicos e ossadas humanas. Referência esta que foi reforçada, durante a entrevista, por José da Cunha:

“Há cemitério na Amura, porque depois do sítio² que os papéis³ fizeram por dois anos à Amura, ninguém podia entrar nem sair” (#1, entrevistado C)

No entanto, uma vez, que em nenhum momento se realizaram ações de escavação que pudessem constatar vestígios arqueológicos, estaríamos a falar de uma possibilidade e não uma certeza. Perante esta incerteza não foi possível fazer referência a nenhum bem arqueológico nas fichas de registo presentes em anexo.

4º Fase - Tratamento dos dados

Nesta fase foi realizada a análise e interpretação dos dados recolhidos nas etapas precedentes.

No que toca às entrevistas, primeiramente, foi elaborado o perfil de identificação dos entrevistados, acima apresentado.

O segundo passo, consistiu na elaboração da fichagem/minutagem, registo pessoal que consiste numa ficha de leitura, na qual foram identificados os diversos conteúdos abordados em cada intervalo de tempo, minuto a minuto, para uma melhor análise do conteúdo recolhido nas entrevistas.

Por último, procedeu-se ao momento da escrita, elaborada de acordo com critérios da transcrição editada⁴(Fernandes, 2019) de alguns excertos incorporados ao longo dos capítulos. Assim, as entrevistas foram tratadas como fontes primárias.

Já no tratamento dos dados mistos presentes nos inquéritos, recorreu-se a uma metodologia que permitisse a comparação das “respostas globais de diferentes categorias sociais e analisar as correlações entre variáveis” (Quivy e Campenhoudt, 1998: 190), para uma análise mais profunda, através do cruzamento das informações recolhidas e análise estatística dos dados.

² Consiste numa estratégia de guerra/militar em que uma tropa militar cerca o inimigo ou uma edificação de sua pose ou ocupado pelos mesmos, de modo a pressionar o inimigo a ceder.

³ O grupo ético que habitava e governava a região de Bissau aquando a chegada dos portugueses.

⁴ Consiste na remoção das repetições, belgas de pensamento e retificou-se a pontuação.

Com estas entrevistas e uma análise sistemática foi possível perceber o contexto da preservação do património cultural de acordo com os vários agentes culturais que atuam em diferentes áreas, mas também segundo a perspetiva do cidadão comum.

Quanto ao tratamento das informações recolhidas, *in situ*, dos bens patrimoniais, a maior parte das fotografias presentes neste trabalho são da autoria da autora, pela qual fica definido que somente as fontes que não são de sua autoria irão ser devidamente identificadas. Assim sendo, deve-se assumir que qualquer conteúdo multimédia está sem uma referência da fonte foi elaboração própria.

As informações recolhidas, juntamente com as respetivas fotografias foram inseridas três tabelas (fichas de registo) de património móvel (Anexo C), imóvel (Anexo D) e imaterial (Anexo E), identificadas de acordo com um número de inventário, que futuramente poderá ser adotada como nas fichas de inventariação já completas:

- Património móvel: GB_PM_01
- Património imóvel: GB_PE_02
- Património arqueológico: GB_PA_03
- Património imaterial: GB_PCI_04

Este código de registo/inventário compreende uma sequência numérica contínua e sequencial.

Quanto ao campo da datação, em alguns dos casos não foi possível identificar a cronologia na bibliografia consultada ou não era de conhecimento da entidade responsável pelos mesmos, devido a ausência de um registo detalhado. Assim, optou-se por inserir um ponto de interrogação (?) no elemento *Datação* nestes casos. No caso específico do Museu Etnográfico, o registo/inventário interno somente data o ano em que as peças foram ofertadas ou adquiridas, mas assumimos que, genericamente, as peças pertencem entre o século XX e a segunda metade do mesmo século, sendo a única peça o GB_PM_17 que foi produzida para o Carnaval de 2019.

5º Fase - Elaboração da proposta de inventário colaborativo digital e da proposta visual

Em seguida, foi adotada uma abordagem experimental, primeiramente, focada na materialização das diretrizes do projeto e a definição dos critérios do processo de inventariação, de um modo prático que cumpra, de um modo geral, todas as especificidades que uma ficha de inventariação “clássica” comporta, mas também que transmita as diretivas de um inventário colaborativo.

Foi também realizado uma proposta para o produto visual, que consistiu na definição da identidade visual e na construção da *wireframe*, *mockup* e prototipagem das interfaces responsivos da aplicação e os *layouts* do *Website*. A *wireframe* permitiu estabelecer um sistema organizacional, ou seja, a definição dos elementos essenciais e as suas funcionalidades. O *mockup* permite “dar vida” ao *wireframe*, produto visual, através da definição de um sistema de cores, tipografia, ícones, logo e outros aspetos que construam uma alta-fidelidade do estilo visual, como recurso ao *Dummy text*⁵ para ilustrar os espaços destinados a serem preenchidos com as respetivas informações. Após estabelecida todas as decisões, identificação e correção dos problemas, foi realizada a prototipagem de todas as possíveis interações possíveis, que resultam da interação do possível usuário as interfaces.

6º Proposta de implementação

Após a recolha e projeção do pretendido foi elaborado um plano operacional para a implementação do projeto, no qual, primeiramente, foi realizada a análise *SWOT*, que foi importante para identificar os pontos fortes e fracos mais significativos do projeto.

Na sequência das devidas análises internas e do meio envolvente, foi elaborado um plano estratégico, com a definição dos recursos humanos, etapas de atuação e recursos financeiros que este projeto possa vir a precisar, que foram identificados neste primeiro momento da realização deste trabalho de projeto.

⁵ www.lipsum.com

CAPÍTULO 2- Contexto e diagnóstico

2.1. Breve perspetiva dos contributos para a inventariação do património cultural guineense

O património “de importância individual ou socialmente atribuída ao legado material do passado, desencadeada pelo apreço atribuído aos bens patrimoniais numa dada circunstância histórica e conforme o quadro de referências dessa época” (Santos, 2007: 16) é, deste modo, a materialização da nossa história, memória e identidade e, na minha opinião, o reflexo dos acontecimentos que traçaram a cultura de uma população e consequentemente do mundo que conhecemos hoje.

Para a preservação do património é crucial a inventariação, a manutenção e a gestão dos bens culturais, para tal é necessário o desenvolvimento de trabalhos investigativos que deem a conhecer à população o património, motivando o sentimento de salvaguarda e conservação do bem patrimonial que também o pertence.

A grande parte do património cultural guineense não se encontra num bom estado de conservação e não tem tendência de melhorar. Assim sendo, é necessário “restituir” uma identidade e revela-se urgente a familiarização das pessoas acerca da necessidade de salvaguarda do património, através de medidas legais, como é o caso da Inventariação e da Classificação, mas também por meio de uma conscientização sociocultural que deve ser cultivada através da interpretação do património material, imaterial e natural.

Neste capítulo irei proceder a uma contextualização dos trabalhos, projetos e iniciativas que foram desenvolvidas até o momento em torno da temática do património cultural guineense, tendo como principal objetivo uma melhor interpretação do contexto de gestão patrimonial, com um especial foco na etapa de identificação e inventariação do património.

Ao abordarmos o Património Cultural da Guiné-Bissau, destacam-se dois “tipos” de estudos. O primeiro é caracterizado por investigações que visam a consolidação da relação de Portugal com a antiga “Guiné portuguesa”. Deste modo, verifica-se uma identificação e inventariação do património cultural que foi fruto do período que decorreu entre janeiro de 1945 e setembro de 1974. Estes estudos são desenvolvidos com o objetivo de documentar e celebrar as composições urbanísticas e arquitetónicas, desenvolvidas geralmente na metrópole, que definiram a “constituição” do país e agora são uma recordação desse momento histórico. Estas investigações geralmente são desenvolvidas por investigadores europeus, principalmente de nacionalidade portuguesa.

Vara Félix Mariz publicou a obra ““A memória do império” ou o “império da memória”: a salvaguarda do património arquitectónico português ultramarino” (1930-1974)” (2016), no qual aborda o contexto político, económico, social, religioso e cultural em que se insere o património arquitectónico ultramarino e consequentemente a idealização do Império Colonial Português.

Destacam-se os contributos de Ana Vaz Milheiro, que possibilitaram uma melhor compreensão da atuação do Gabinete de Urbanização e Edifícios Públicos⁶, que tinha como propósito a aproximação da metrópole e os territórios coloniais por meio do planeamento e desenvolvimento urbanístico das antigas cidades sob orientação do Estado Novo. Esta autora foi responsável pela elaboração de diversas obras⁷ onde descreve e mapeia o desenvolvimento do perfil urbano e arquitectónico da Guiné-Bissau colonial, especificando as três fases da atuação deste Gabinete e as respetivas componentes e características arquitectónicas correspondente a cada uma das três fase de atuação que se decorreram entre janeiro de 1945 até à independência em abril de 1974, concluindo sobre a evolução do edificado a partir de uma linguagem tradicional composta por elementos decorativos e estruturais de clara associação com a cultura portuguesa para construções mais modernistas, no qual se denota um interesse por uma adaptação as necessidades e hábitos locais, assim estas construções vão-se mesclando com a cultura local.

No que diz respeito à atuação do referido gabinete no território guineense, Milheiro salienta ainda que as intervenções se restringiram essencialmente ao ambiente urbano com a implementação de equipamentos públicos e localização periférica, onde se destacam os Planos de Fomento no campo das Obras Públicas, edificados maioritariamente na capital, Bissau, por contraste com outros territórios, como Angola, onde se evidenciavam programas de infraestruturação territorial que visavam a maximização da exploração de recursos naturais.

A documentação que nos permite referenciar este primeiro momento, de investigações e estudos dedicados a preservar os contributos coloniais, está depositada em alguns arquivos essenciais:

- **Arquivo Histórico Ultramarino**

Trata-se de um serviço arquivístico que se desenvolveu em torno do registo documental e fotográfico da administração ultramarina e, por consequente, da história colonial portuguesa, visando a promoção destas informações atemporais que foram registadas entre o século XVII e

⁶ A atuação do Gabinete de Urbanização desenrolou-se por três décadas, mais exatamente, de janeiro de 1945 até a independência em abril de 1974.

⁷ Referencia-se *Guiné-Bissau- 2011* (2011); *Nos trópicos sem Le Corbusier: Arquitectura luso-africana no Estado Novo* (2012); *Arquitectura coloniais Africanas no fim do "império Português"* (2015).

1975, e das inventariações realizadas. Conta com uma aba designada “GUINÉ” (AHU, 2020), no qual estão registados alguns atos históricos como a delimitação das fronteiras da Guiné; a realização dos estudos de hidrografia para o desenvolvimento de certos portos do país; a documentação do desenvolvimento urbanístico e arquitetónico da *Guiné Portuguesa*.

- **DGPC- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico**

Responsável pela elaboração do inventário das composições arquitetónicas elaboradas em Guiné continental no período do Estado Novo, que se restringem, na sua maioria à capital, a Bissau.

- **Arquivo Científico Tropical**

A sua plataforma digital visa a elaboração e partilhar dos contributos científicos, de diversos investigadores, referentes à sociedade civil, cultura e história dos países que têm como língua oficial o português. Assim, são documentados diversos assuntos como: a identificação dos recursos biológicos/biossistema; estudos arqueológicos; investigações históricas; espólio fotográfico; recolhas de memórias orais, entre outras temáticas interdisciplinares que permitem uma melhor compreensão do quadro do ambiente colonial.

O segundo momento é marcado por obras que visam celebrar e afirmar a identidade nacional, por meio do estudo e documentação de diversos aspetos culturais que caracterizam a diversidade cultural que é vivida neste país. As afirmações da cultura local têm como o propósito, de certo modo, o distanciamento da memória colonial e a promoção da aproximação com a herança cultural do país. Esta riqueza cultural e histórica é caracterizada por diversos bens materiais e imateriais, como ritos culturais, tradições orais, expressões artísticas, monumentos históricos e sítios arqueológicos.

Assim, foram desenvolvidos alguns projetos e iniciativas em torno da documentação, salvaguarda e divulgação deste património cultural guineense.

No nível internacional, a UNESCO desempenha um papel fundamental no incentivo da salvaguarda do património cultural guineense. Foi responsável pelo financiamento de 1,058,905\$ no projeto *Strengthening national capacities for effective intangible cultural heritage safeguarding in selected PALOP countries*, que decorreu no período de 01 de janeiro de 2012 a 01 de maio de 2016, e beneficiou todos os países dos PALOP: Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe (UNESCO, 2016).

Este foi um projeto de aplicação regional e cooperação intrarregional, e tinha como objetivo a criação de contextos institucionais e sociais propícios para a salvaguarda do património cultural imaterial, por meio da melhoria dos quadros políticos nacionais, a instrução da população e instituições locais, através de formações acerca do assunto e a criação de inventários com base comunitária e normas de salvaguarda (UNESCO, 2016). A sua aplicação no território guineense refletiu-se na realização um workshop preparatório do tipo IMP (*Intangible Cultural Heritage and Museums Project*), realizado no ano de 2016 (UNESCO, 2016: 9), que contou com a participação de 32 pessoas. Este *workshop* preparatório revelou-se de grande importância uma vez que:

“The political instability in the country has left its imprints, and weak institutional infrastructure for ICH safeguarding may be just one of many consequences. Indeed, the General Directorate of Culture in charge of the protection and management of cultural heritage including ICH faces significant problems to fulfil its tasks, starting with the poor conditions of the office building and the need of basic technical equipment. The department for ICH is composed of a team of eight low qualified staff (including five women) lacks a supportive legislative framework to define their competencies.” (UNESCO, 2016: 9)

Desta iniciativa resultou, não só uma instrução mais completa dos participantes no processo de inventariação com base na comunidade, mas também na Guiné-Bissau ter-se tornado o 167º Estado Parte da Convenção de Salvaguarda do Património Imaterial, comprometendo-se assim com o desenvolvimento de conhecimentos, ferramentas e capacidades relevantes para a salvaguarda do património.

Quanto às iniciativas nacionais, destacam-se os contributos do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa (INEP), fundado em 1984, por meio do Decreto n.º 31/84. Este é um órgão público vinculado ao Ministério da Educação Nacional, Ensino Superior e Investigação Científica (INEP, s.d.) e “tem como objectivos principais promover os estudos e pesquisas no domínio das ciências sociais e naturais relacionados com os problemas de desenvolvimento do país e contribuir para a valorização dos recursos humanos locais” (INEP, s.d.).

Este órgão com afiliação direta ao Governo guineense, mas com total autonomia, é responsável pela conservação do património cultural e preservação da memória nacional, tem como premissa a missão de proteção, preservação e conservação do património documental, consolidados num sistema arquivístico desenvolvido pelos mesmos⁸. Paralelamente também

⁸ Fruto da guerra civil de 1998-1999, as instalações do INEP foram bombardeadas do dia 7 de junho de 1998, o que provocou a destruição de arquivos e conseqüentemente uma grande destruição de dados/registos irrecuperáveis nos domínios culturais e históricos. É no ano de 2007, no governo de João Bernardo Vieira, vulgo Nino Vieira, com a obtenção de um apoio total de €357.778, financiado pela

desenvolve uma série de investigações científicas no domínio das ciências sociais, humanas e naturais. Na sua tutela estão institutos como a Biblioteca Pública Nacional e Arquivos Históricos Nacionais, que são essenciais para a realização de qualquer trabalho de inventariação (Djaló, 2020). Assim sob a tutela do INEP estão preservados vastos registos documentais e manuscritos de projetos e investigações que foram realizados em torno do património cultural como:

- Propostas culturais, como o planeamento de um roteiro: *Apontamentos para um Roteiro Cultural de Lisboa*, de José da Felicidade Alves, (Pasta: 07469.002.001) (Fundação Mário Soares/Casa Comum., s.d.);
- Registos de manifestações artísticas, como é o caso do *Espectáculo de dança tradicional da Guiné-Bissau*, (Pasta 0547.000.135) (Fundação Mário Soares/Casa Comum., s.d.);
- Fichas de inventário, tendo como título de exemplo a *Inventariação do património da Fundação da Casa de Bragança, relativamente a medalhas, cerâmicas, cobres, moedas, peças expostas no Palácio e no castelo, à biblioteca e ao arquivo musical*, (Pasta: 05448.003) (Fundação Mário Soares/Casa Comum., 1976);
- Os Boletins culturais, entre outros documentos.

O INEP, em colaboração com a Fundação Mário Soares, é responsável pela coordenação de projetos de inventariação do Património Cultural da Guiné-Bissau. Estes contributos têm como, principal, foco o património documental. Este órgão pode ser visto também como o reflexo de uma certa preocupação do governo guineense em estruturar uma base de dados oficial e acessível, o Arquivo Histórico Nacional (INEP, s.d.).

No ano de 2016, é apresentado o projeto *Bijagós, Bemba di Vida! Ação cívica para o Resgate e Valorização de um Património da Humanidade*. Este aborda a necessidade de resgatar, a conservar e valorizar o património cultural, reconhecendo que este setor cria oportunidade e impulsiona o desenvolvimento social e económico das ilhas Urok, situadas na Reserva da Biosfera do Arquipélago de Bolama-Bijagós (RBABB). Visando atrair investimentos sustentáveis para o arquipélago foram realizadas uma série de atividades que englobam, entre outras, a promoção do património histórico, cultural e tradicional; o inventário sobre a arte Bijagó; recolha documental de informação histórica/cultural sobre o património Bijagó. (Instituto Marquês de Valle Flôr, s.d.)

União Europeia, fruto da candidatura apresentada ao PAIC, permitiu o financiamento de 5 projetos, no qual incluía: *Reabilitação e ampliação do arquivo histórico da Guiné-Bissau- INEP - Arquivo Histórico* (€85.050), e *Incremento do acervo literário- INEP - Serviço de Publicações* (€85.456) (Santana, 2015).

No ano de 2018 a Associação “Afectos com Letras”⁹ uma ONGD publica o projeto intitulado *Guia Turístico: à descoberta da Guiné-Bissau*, no qual é materializado um roteiro cultural em todo o território guineense, no qual é destacado todas as iniciativas e atividades sociais e culturais a decorrer em determinados períodos. Este projeto contou com o financiamento da União Europeia e a colaboração de alguns parceiros das localidades e cidades, para uma melhor aproximação e atuação junto a população. Desta iniciativa destacam-se três projetos em torno da divulgação e interpretação do património cultural, que têm como missão a aproximação e familiarização da população com o património, principalmente manifestações culturais:

- *CULTURA I NÔ BALUR – Uma estratégia de Educação para a Cultura na Guiné-Bissau:*

Aplicada entre 2016 e 2020, esta tem como público-alvo a população jovem, a nível nacional¹⁰, e visa a promoção do património cultural guineense, através da realização de diversas atividades em torno do artesanato local, bem como a realização de feiras tanto de artesanato como de livros. (Benzinhos, Rosa, 2018);

- *FESTIVAIS DE CULTURA – Sustentar o Homem e a Biosfera:*

Com um foco na região de Bolama e Bijagós, mais especificamente na Ilha de Bubaque, este projeto é realizado anualmente, desde 2014, até 2017. Consistiu numa rede de festivais musicais entre a Guiné-Bissau, o Senegal e a Mauritânia. Este projeto revelou-se de grande importância para a divulgação do património imaterial, música, e ainda contribuiu para o fomento da indústria cultural (Benzinhos, Rosa, 2018);

- *CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ILHAS UROK – projetos “UROK OSHENI! “, “BEMBA DI VIDA!” e “ETIKAPUN N’HA – UROK”:*

Consiste numa série de projetos complementares que têm como missão contribuir para a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento económico-social das ilhas Urok, incluindo a salvaguarda da cultura Bijagó. Estes três projetos “reforçam o sistema de gestão participativa da Área Marinha Protegida Comunitária (AMPC) e contribuem para resgatar e valorizar o património cultural local; bem como aumentar as oportunidades económicas das

⁹ Com sede em Portugal e delegação na Guiné-Bissau, esta organização é o reflexo do laço histórico e colaborativo que existe entre Portugal e a Guiné-Bissau.

¹⁰ Apesar de ter como foco a sua aplicação em todo o território guineense, este teve um maior foco na Guiné continental, mais especificamente Bissau, Biombo, Bafatá, Cacheu, Gabú, Tombali e Quinara.

populações numa área particularmente isolada, nomeadamente através da valorização dos produtos da terra” (Benzinhos, Rosa, 2018: 146).

Um outro exemplo desta relação cooperativa entre Portugal e Guiné-Bissau são os encontros com a cultura, desenvolvidos pela organização Vida (ONGD) (Instituto Marquês de Valle Flôr, s.d), fruto do projeto *Ur-GENTE – Centro de Artes Cénicas Transdisciplinar de Bissau*, sendo o terceiro e último encontro, realizado a 13 de abril de 2023, tendo como tema o Arquivo e Tradição Oral da Guiné-Bissau, a sua importância no património artístico Guineense e na política cultural do país.

Por último, reforço que, estes são apenas alguns dos exemplos de trabalhos, projetos e iniciativas que têm vindo a ser desenvolvidos em torno do património cultural da Guiné-Bissau que são um reflexo dos esforços para a proteção, salvaguarda e divulgação do património cultural guineense, apesar de todas as dificuldades e limitações que o país enfrentou e vem enfrentando ao longo dos tempos, consta-se um esforço colaborativo entre governos, organizações internacionais, instituições e comunidades locais para mapear, documentar, salvaguardar, divulgar, e, principalmente, aumentar a consciencialização da população acerca da importância de garantir a preservação dos bens patrimoniais guineenses.

2.2. O papel do Estado como órgão regularizador das políticas culturais

As políticas culturais são um conjunto de processos sociais institucionais, ou seja, “práticas de intervenção que vêm agregar e dar sentido a um conjunto necessariamente heteróclito de actos, discursos, despesas e práticas administrativas” (Dubois: 1999, como citado em Albuquerque, 2011: 91), que compreendem num conjunto de programas de ações realizadas pelo Estado, que “isoladamente, não conseguem atingir o plano do cotidiano” (Botelho, 2001: 75). Assim, indiscutivelmente as políticas culturais resultam da união de esforços da sociedade civil, agentes culturais, instituições privadas e grupos comunitários para suprimir os problemas ou fenómenos culturais sentidos, em prol do progresso deste setor.

Segundo Sara Gomes Santana (2015), no contexto africano é reconhecida, desde o Manifesto Cultural Pan-Africano realizado em 1969, a relevância do setor cultural para progresso económico e social do continente, tanto como o papel do Estado na relação com a arte e a cultura. Assim, cabe ao mesmo a estruturação de uma intervenção pública. Esta consciência esteve igualmente presente nos fundamentos no movimento independentista

liderado pelo PAIGC, que refletiu no programa político de Luís Cabral¹¹, materializado na revista partidária O Militante, de 1977:

“Desenvolvimento de uma cultura e de todos os valores culturais positivos, autóctones;
Desenvolvimento de uma cultura nacional baseada na história e nas conquistas da própria luta;
Elevação constante da consciência política e moral do povo (de todas as categorias sociais) e do patriotismo, espírito de sacrifício e dedicação à causa da independência, da justiça e do progresso;
Desenvolvimento de uma cultura científica, técnica e tecnológica, compatível com as exigências do progresso;
Desenvolvimento, com base numa assimilação crítica das conquistas da humanidade nos domínios da arte, da ciência, da literatura, etc., de uma cultura universal tendente a uma progressiva integração no mundo actual;
Elevação constante e generalizada dos sentimentos de humanismo, solidariedade, respeito e dedicação desinteressada à pessoa humana” (O Militante, 1977, como citado em Sara Gomes Santana, 2015: 22).

No entanto, ao longo da República da Guiné-Bissau, o setor da cultura, no qual é incluso o património cultural, não consta como uma prioridade governamental e os objetivos e ações planeadas em grande parte ainda se encontram por desenvolver; contudo foram desenvolvidas e implementadas, ou não, algumas legislações e medidas para intervir e solucionar o problema da preservação e proteção do património.

Assim, num país em que as políticas culturais não representam uma prioridade, é legítimo perguntar: qual é o órgão responsável pela preservação da cultura e do património cultural?

O atual Secretariado da Cultura, dirigida por Francelino Cunha¹² (s.a., s.d.) sob a dependência direta do Primeiro-Ministro (Bucal e Machado, 2022) é responsável pela tutela da cultura e consequentemente do património cultural. Estruturalmente compreende os órgãos centrais da Secretaria-Geral e da Direção Geral da Cultura (Santana, 2015) (República da Guiné-Bissau, 2014).

Este departamento, ao longo dos diversos Governos, passou por diversas mudanças e foi incorporado, pela primeira vez, em 1980, no Ministério da Informação e Cultura Ministério de Juventude, Cultura e de Desportos.

¹¹ Irmão de Amílcar Cabral e 1º Presidente da Guiné-Bissau.

¹² Quando este capítulo foi desenvolvido, março de 2023, Francelino Cunha ainda desempenhava a função de Secretário do Estado da Cultura, vindo a suceder as eleições legislativas somente à 4 de junho de 2023.

2.2.1. As políticas culturais direcionadas ao património cultural e a estratégia cultural adotada na Guiné-Bissau

A gestão do património cultural é um processo, e um conjunto de ações programadas, que são desenvolvidas de uma forma sequencial para garantir a salvaguarda, a conservação e valorização dos bens patrimoniais. Para atingir este objetivo, é necessário o cumprimento das quatro etapas cruciais de atuação: identificação e investigação; proteção legal, que engloba a inventariação e a classificação; conservação e restauro; e a divulgação e interpretação.

No entanto, a Guiné-Bissau é um país que, infelizmente, enfrenta desafios significativos na proteção e preservação do seu património cultural, que resultam do baixo nível de consciência e sensibilidade da população, ausência de uma educação cultural, falta de recursos financeiros e humanos, falta de legislação específica e medidas de proteção, e principalmente, são reflexo da instabilidade política que o país atravessou desde os finais dos anos 1990, mais especificamente o conflito político-militar de 1998-1999 e o Golpe de Estado, em setembro de 2003 (IPAD, 2008: 14).

É na Constituição da República da Guiné-Bissau, aprovada em 16 de maio de 1984, no Artigo 17º (Constituição da República da Guiné-Bissau [CRGB], 1984) que é reconhecida a importância do património cultural para a “dignidade humana” (Santo, J. E., 2019: 47) e menciona, pela primeira vez, o papel do Estado na criação e promoção de condições favoráveis para a preservação da identidade nacional e do bem cultural, pois estes são o “suporte da consciência e dignidade nacional e fator estimulante do desenvolvimento harmonioso da sociedade” (Santo, J. E., 2019: 47).

No entanto ainda não atestamos uma clara definição dos deveres e medidas, e sim, implicitamente, denota-se o dever de criar um quadro sancionatório para possíveis lesões aos bens culturais que assegurem à sua salvaguarda de consciencializar a população e difundir a cultura e sua acessibilidade (Santo, J. E., 2019).

No ano de 2008, foi efetuado um Programa Indicativo de Cooperação entre Portugal e a Guiné-Bissau, “que foi elaborado de acordo com as linhas de orientação estratégica traçadas pela União Europeia com vista a instaurar progressivamente uma harmonização de processos, obtendo-se assim menores custos de transação, e uma maior eficácia e eficiência” (IPAD, 2008: 5) na qual a cultura e o património são tidos como uma aposta necessária para promover a valorização da Guiné-Bissau numa escala global. Para tal, em cooperação com o Centro Cultural Português e o Centro de Língua Portuguesa em Bissau, os quais tinham como objetivo a promoção de formações para docentes e a realização de atividades que contribuam com a programação cultural guineense. Este apesar de ser um projeto em torno da difusão da língua

portuguesa por meio de atividades culturais, é importante mencionar e elogiar, pois trata-se de um raro exemplo de uma tentativa, entre Estados, de difundir a cultura e o património, num período marcado por uma forte instabilidade política.

Outro testemunho de uma ação governamental foi o DENARP II, este *Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza*, que cobre o período de atuação de 2011 a 2015, contou, mais uma vez, com um financiamento internacional, mais especificamente o Fundo Monetário Internacional, foi estruturado pelo Governo guineense, nomeadamente, pelo Ministério da Economia do Plano e Integração Regional. No mesmo estão presentes um conjunto de processos, projetos e medidas, ou seja, uma a planificação estratégica, programação e orçamentação das ações a desenvolver para o apoio ao crescimento e à redução da pobreza, mediante os recursos disponibilizados pelo Fundo Monetário Internacional. (Fundo Monetário Internacional, 2011).

No que toca ao setor cultural, é referida a obrigatoriedade de desenvolver o progresso e a realização de políticas culturais como parte dos direitos humanos dos cidadãos guineenses. Esta postura interrompida pelo golpe de estado de 2012, que conduziu à retirada do financiamento internacional, é retomada no IX Governo (Jardim, 2020).

Posto isto, ao Estado compete a criação de condições que promovam o acesso à cultura e o incentivo ao envolvimento público na sua criação e difusão, no entanto até o ano de 2014 o país ainda vivenciava uma disputa de poder entre os políticos que resulta numa recorrente instabilidade política com “nenhum presidente e primeiro ministro eleitos democraticamente conseguiram completar os seus ciclos de mandatos” (Ié, 2019: 4) e consequentemente esta instabilidade refletiu, diretamente, na omissão de políticas públicas, especialmente no setor cultural.

2.2.2. O IX Governo e as políticas públicas do património cultural: contribuições e desafios

Ao longo da história da República da Guiné-Bissau foram desenvolvidos alguns instrumentos e recursos, nomeadamente certos programas, planeamento e cooperações internacionais com o foco no florescimento contínuo do setor cultural.

No que toca às políticas públicas do património, foram desenvolvidas, maioritariamente, algumas observações e medidas de rara execução.

Nesta perspetiva, é de destacar os Planos de Desenvolvimento, os Planos Operacionais, os Programas do Estado e Orçamentos de Estado como instrumentos utilizados pelos Governos com o objetivo de guiar e apresentar a população às duas futuras atuações, diretrizes e utilização

dos recursos do país de acordo com as preocupações, objetivos e com as linhas condutoras. Assim, trata-se de um planeamento estratégico dos recursos e esforços nacionais para que se possa aplicar reformas e investimentos.

Para muitos investigadores, o IX Governo Constitucional da Guiné-Bissau, foi o momento em que o Estado reassumiu os seus deveres para com o setor cultural e, deste modo, dá uso de todos estes instrumentos para criar um caminho para solucionar os problemas vivenciados no campo cultural, mais especificamente a preservação, proteção e promoção do património cultural.

2.2.2.1. *Terra Ranka*

É, então, na proposta do Plano Nacional de 2015-2020 da Guiné-Bissau, com subtítulo *Terra Ranka*¹³, divulgado em março de 2015 durante a Conferência dos Doadores e Parceiros Internacionais, realizada em Bruxelas (Santana, 2015), que se inclui a proteção do património cultural como um dos objetivos governativos, visando sua a valorização, documentação, promoção e também o desenvolvimento da cultura, das artes e outras manifestações artísticas, como parte integrante e fundamental para o desenvolvimento social e económico do país.

Com efeito, apesar de nunca implementada, buscava o desenvolvimento gradual, até 2025, do “quadro em florescimento no qual a cultura será dinâmica e valorizada” (Santana, 2015: 13) e é referido a necessidade de investir nas infraestruturas dispostas nos centros urbanos, as quais também compreendem o património arquitetónico colonial. É referida a urgência de atuar no restauro e conservação dos bens culturais que são fruto deste período de ocupação portuguesa e que após a Independência encontram-se num grande estado de degradação e que gradualmente estão em risco devido ao avanço de construções modernas e o “futuro não pode nem deve ser construído às custas do passado” (Conselho da Europa 1975: 5). Assim, apresenta como medida o desenvolvimento de um planeamento do desenvolvimento das cidades e a classificação do património imóvel como monumento histórico.

Refere, ainda, no *Programa 35^a: Cultura*, que serão lançados uma série de programas de “renovação do património cultural com o objetivo de restaurar a preciosidade histórica e arquitetural da Guiné-Bissau” (República da Guiné-Bissau, 2015: 122), como é o caso de Bolama, a antiga capital.

¹³ Este documento teve como base um documento originalmente apresentado pelo IX Governo Constitucional da Guiné-Bissau, que corresponde de 2014 a 2018 (Santana, 2015).

2.2.2.2. III Conferência Nacional da Cultura

Outra ferramenta de grande importância, é o conjunto das Conferências Nacionais da Cultura, sob orientação do Governo. Após 49 anos desde a II Conferência, que foi realizada em 2015 na região de Cacheu, é realizada a III Conferência Nacional da Cultura, que é considerada por Vladimir Bucal e Eduardo Gomes Machado (2022), como o marco do início de um progresso de construção de uma política nacional da cultura. Nesta, as resoluções giram em torno da criação de um quadro jurídico-legal. Quanto ao património cultural é referida a elaboração de uma legislação adequada, de cariz regulador, com as seguintes características:

- Lei de bases do património cultural;
- Regulamento de proteção do património arqueológico;
- Lei sobre a comercialização e exportação dos bens culturais, regulamento de espetáculos;
- Adotar uma legalização que estimula a institucionalização de festivais, feiras de produtos de artesanato, de intercâmbios e outros eventos que possam gerar lucros à economia;
- Institucionalizar os mecanismos de certificação e valorização de produtos culturais;
- Atualizar a legislação do depósito legal, que serve de interesse nacional, garantindo a aquisição, a gravação, a preservação e a disponibilidade do património público de uma nação. (Bucal e Machado, 2022).

Além destas medidas foi também salientado no *Plano Redactorial*, o papel dos órgãos de comunicação social na valorização, promoção e difusão do património cultural, histórico e artístico.

É ainda importante referir que todas estas medidas, apesar de serem vagas e não disporem de uma específica linha cronológica de atuação, têm como visão transcender as problemáticas culturais em prol da criação de uma atmosfera favorável à preservação do património cultural nacional e consequentemente da identidade e memória cultural. Porém as diversas disputas internas e série de despedimentos do primeiro governo da IX legislatura, que teve início de 2015 e incluiu o primeiro-ministro Domingos Simões Pereira, do qual o SEJCD tinha uma dependência direta sofreu mais uma vez as represálias de um governo instável no qual não foi possível concretizar na sua totalidade estas propostas e legislações locais.

2.2.2.3. Outras iniciativas privadas

Paralelamente ao IX Governo, foram desenvolvidas algumas iniciativas privadas que visam contribuir para a valorização do património museológico (Santana, 2015):

- Museu de Bubaque Padre Biasutti, que exhibe várias peças de artesanato bijagós;
- Museu do 7 Djonson, fundado pela associação Artissal e pelo Instituto Marquês de Vale Flor, com o objetivo de promover a cultura Papel através da exposição de utensílios, trajes e outros objetos do quotidiano;
- Museu Memória de Guiledje, uma iniciativa da ONGD.

Estas iniciativas são importantes de ressaltar, uma vez que os museus são estruturas físicas e conceituais que permitiram o desenvolvimento de projetos patrimoniais, a conservação e divulgação da herança cultural e o único museu de gestão governamental é o Museu Etnográfico da Guiné-Bissau.

Esta instituição patrimonial pós-colonial, fundada em 1988, surgiu devido a uma necessidade de estudar, colecionar, preservar e disseminar a cultura dos vários grupos étnicos da Guiné-Bissau, o que levou à criação em 1985 de um projeto museológico, sob tutela da Direção Geral de Cultura (Cardoso, 1989, como citado em Temudo, 2021: 13)¹⁴. Esta instituição acompanha a instabilidade do país, o que reflete no seu mau estado de conservação, sendo realocada em diferentes instalações, encerrada e reaberta em diferentes horários e momentos (Temudo, 2021).

2.2.3. Breve consideração dos desafios para a implementação das políticas patrimoniais

Ao longo desta investigação não me foi possível encontrar indícios que atestem seguramente que durante o período do IX Governo foram aplicadas estas legislações, medidas e projetos.

Posto isto, até à atualidade não existe nenhuma norma específica para a salvaguarda do património cultural material ou imaterial. Tal representa, não só uma lacuna no campo jurídico, mas um não desenvolvimento e implementação das propostas governamentais apresentadas por um Estado que inicialmente se apresentava tão propício para o desenvolvimento da gestão cultural e patrimonial.

Então, no final de contas, quais foram os desafios que impossibilitaram dar este passo em rumo à salvaguarda, proteção e valorização do património cultural guineense?

- Instabilidade política e ausência de recursos financeiros:

Em todos os projetos acima referidos existe um fator comum: constante colaboração com a comunidade internacional, que se deve, em grande parte, à instabilidade económica vivida no país, caracterizado por Nivaldo Casimiro Ié (2019) com “rentista” que “vive de empréstimos

¹⁴ No original: “need to study, collect, preserve and disseminate the culture of the various ethnic groups of Guinea Bissau led in 1985 to the creation of a museum project, under the tutelage of the General Directorate of Culture”. A tradução é nossa.

externos e muitas vezes não consegue quitar essas dívidas. Esta é uma das razões de vários problemas internos que afetam o desenvolvimento econômico e o progresso do país” (Ié, 2019: 3-4) Assim, enquanto a instabilidade política assombrar o país nunca terá recursos financeiros e autonomia para investir no setor cultural;

- Ausência de recursos humanos qualificados e em quantidade para responder os desafios da cultura:

Até a atualidade o país ainda manifesta a necessidade da elaboração da identificação, mapeamento e inventariação do património cultural, o que, de certo modo, é um dos reflexos da ausência de recursos humanos que permitam, esta primeira etapa do processo de gestão do património cultural;

- Ausência de regulamentação do setor e falta de infraestruturas que possam a responder às ações:

Não há uma clara definição ou atribuição da responsabilidade de regular e mapear a produção destas políticas culturais a uma entidade específica. Vagamente é referido o papel do Secretariado da Cultura, mas sem uma clara definição de uma regulamentação específica dos seus órgãos de atuação, iniciativas, ou metas a cumprir durante cada mandato.

- Descontinuidade administrativa:

Este é um grande reflexo da instabilidade e disputas políticas que constantemente prejudica o progresso do país, uma vez que a cada mudança de governo denota-se “um passo para trás” visto que o governo subsequente não adota os projetos e medidas já em desenvolvimento. Tal como, aconteceu com a transição do IX para o X Governos e todos os possíveis projetos, colaborações, legislações não foram recuperadas ou implementadas.

2.3. Inventariação do património cultural: a intercessão com o meio digital

Tal como já foi referido acima, a gestão do património cultural consiste num processo contínuo de seis etapas, que se subdividem entre ações internas (Identificação; Investigação/Estudo; Proteção legal; Conservação e restauro) e ações públicas (Divulgação/Apresentação/Difusão; Interpretação).

O cumprimento de todos estes níveis de atuação, assegurará a preservação, proteção e valorização da nossa herança cultural. Sendo assim, a elaboração do inventário é um dos primeiros, senão o primeiro, recurso para identificar e avaliar os bens culturais existentes; determinar a sua relevância histórica, cultural e artística e estabelecer medidas de proteção e conservação mais adequadas, de acordo com o tipo de património.

Este é processo técnico-científico, tradicionalmente utilizado para a pesquisa, análise e criação de um registo sistemático e documental de bens culturais materiais e imateriais, que pode ser designado como ficha de inventário.

A obrigatoriedade de realizar a inventariação patrimonial incide nas instituições governamentais, como órgãos responsáveis pela gestão dos seus bens patrimoniais, mas, em alguns casos, esta também pode ser uma função desenvolvida por organizações de preservação do património, de cada sociedade civil. O seu processo é orientado pelas diretrizes presentes nas Conferências Gerais, Convenções, Resoluções, Declarações e Cartas Patrimoniais elaboradas pela UNESCO e pelo Conselho da Europa.

2.3.1. Inventário em meio digital

A interseção de inventários com o meio digital, impulsionado pelos processos de globalização, vêm trazer uma maior disseminação e visibilidade do património cultural. Este avanço somente foi possível com a digitalização de informações e acervos e com a criação de bancos de dados *online* do património cultural.

Com os inventários digitais é possível realizar a pesquisa e partilha de informações de um modo muito mais rápido, potencializando assim a sua acessibilidade, uma vez que para consultar não é necessário, pelo menos num primeiro momento, a deslocação ao local. No entanto, não é por este motivo que se deve deixar de ter em conta a conservação física destas informações e documentos, assim, a digitalização do inventário deve ser vista como uma ferramenta complementar para a preservação e divulgação do património cultural.

Atualmente é possível observar a utilização de inventários de componente digital de todos os tipos de património cultural, seja ele imóvel, móvel ou imaterial.

Existem plataformas que tem como foco uma tipologia específica de património, como é exemplo a plataforma *online The Digital Archaeological Record*, que conta com uma estratégia inusitada que permite ao visitante, não só o acesso, mas também, contribuir com a partilha de informações, como mapas, registos fotográficos e relatórios de escavação de sítios arqueológicos nos Estados Unidos. Tem como missão a gestão, interpretação e preservação a longo prazo de dados arqueológicos, como imagens, mapas, relatórios e informações de escavações, e, também aumentar a acessibilidade a estes dados e informações (The Digital Archaeological Record, 2017).

Outro exemplo é a plataforma *Canada's Historic Places*, projeto governamental de registo digital do património histórico do país, de alcance nacional, que inclui os edifícios, bairros, cemitérios, locais arqueológicos e paisagens. Esta representa uma importante ferramenta para

a promoção da consciência cultural local do património histórico e cultural, mas também proporciona um enriquecimento do turismo cultural no país, uma vez que permite a todas as pessoas a descoberta dos fantásticos sítios históricos do Canadá¹⁵. (Canada's Historic Places, s.d.)

Já no contexto do património imaterial brasileiro, o projeto Inventário Nacional de Referências Culturais apresenta-se como instrumento de recolha e documentação das narrativas do património cultural, coordenado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o órgão estatal à escala nacional de gestão dos bens patrimoniais do Brasil (Simão, 2005). Este projeto tem um cariz completamente expositivo da base de dados de “práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, celebrações, formas de expressão cénicas, plásticas, musicais ou lúdicas, e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas de determinados territórios que variam consoante a sua escala)” (IPHAN, s.d.).

Encontra-se, também, outro tipo de projetos de inventariação que agregam numa só plataforma a interligação para diferentes tipos de inventários de todo o tipo de património presente no país. Este é o caso português, em que a inventariação do património está ao encargo do Governo, mais especificamente à DGPC, responsável pela elaboração e divulgação da base de dados de inventários, no qual estão incluídos o património arqueológico, por meio do Portal do Arqueólogo, o património imaterial, disponível no Matriz PCI (Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial), e o património imóvel, acessível no SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico).

Por fim, resta-me ainda referir que estes são só alguns exemplos de alguns projetos e plataformas de inventariação que foram selecionados com o propósito de reforçar como a utilização de tecnologias digitais pode ser uma ferramenta eficaz para a preservação e disseminação do património cultural, uma vez que só me foi possível, como investigadora, ter acesso aos mesmos, independentemente da minha localização, devido ao desenvolvimento e atualização dos inventários presentes em plataformas digitais.

¹⁵ No original: “allows everyone to discover Canada's amazing historic places”. A tradução é elaborada pela autora.

2.4. Participação dos cidadãos nas matérias de inventariação: exemplo de casos africano

O envolvimento das pessoas/comunidades nos processos de gestão do património cultural é, deveras, muito importante para a conservação do património cultural pois esta “não deve ser tarefa dos especialistas. O apoio da opinião pública é essencial. A população deve, baseada em informações objetivas e completas, participar realmente, desde a elaboração dos inventários até a tomada das decisões” (Conselho da Europa, 1975: 4).

Os inventários colaborativos vão além da recolha, elaboração e divulgação de um sistema informático de acordo com informações “factuais”, englobam alguns aspetos relacionados com o património imaterial, visto que se dá um registo complementar dos conhecimentos e usos relacionados com o mesmo; tradições e expressões orais; acontecimentos históricos não documentados; vivências e memórias, entre outros. Trata-se de um complexo mapeamento colaborativo entre os indivíduos, proprietários de bens, organizações não governamentais de uma determinada região e o seu governo, tendo como objetivo a partilha de informações e experiências para garantir que o processo de inventariação seja mais inclusivo e representativo.

A população é um fator importante para a preservação e valorização do património, no meu ponto de vista. O envolvimento mais direto da comunidade com o património cultural, desperta um senso de pertença e responsabilidade que logicamente promove uma maior proximidade com o património cultural. Para dar valor é essencial que o cidadão não especializado seja uma parte integrante, pois quanto maior o envolvimento, melhor é a perceção dos valores humanos associados aos bens patrimoniais, visto que no final das contas o apoio da comunidade é crucial para o sucesso do processo de inventariação e “uma política de conservação implica também a integração do património na vida social” (Conselho da Europa, 1975: 6).

Posto isto, é claro que, devido à sua importância, a influência dos inventários colaborativos tem vindo a multiplicar-se, mas esta realidade também se aplica no caso africano?

O processo colaborativo de inventariação do património cultural em África é um fator de grande importância para garantir a preservação e proteção do património cultural, histórico, arqueológico e natural de uma região ou comunidade, visto que, é uma realidade cultural a partilha do conhecimento, detido por tribos, grupos étnicos e comunidades, por via oral. Assim, enquanto nas sociedades europeias existe uma tradição de documentação e legislação de salvaguarda, nas comunidades africanas a preservação do conhecimento é feita, maioritariamente, por meio do diálogo e, portanto, é necessário elaborar processos de inventariação que permitam não só salvaguardar a pouca documentação preservada, uma vez

que em muitos casos algumas comunidades encontram-se ausentes de legislações de salvaguarda e proteção do património cultural. Deste modo, torna-se urgente a materialização e documentação destes conhecimentos históricos que compõem o bem patrimonial e que, infelizmente, se tornam irrecuperáveis quando o detentor da mesma falece.

Neste contexto de urgência de salvaguarda do património cultural, seja ele material ou imaterial é indispensável a fusão das diretrizes presentes no inventário digital com os inventários colaborativos, ou seja, a praticidade proporcionada pela incorporação de tecnologias ferramentas modernas e sistemas de base de dados, aliada à ação participativa e responsabilizadora dos processos colaborativos, irá promover uma eficaz gestão do património africano e proporcionar uma melhor tomada de decisões informadas sobre a conservação e o uso do património.

O termo *e-inventories of ICH* (Intangible Cultural Heritage), referido pela investigadora Filomena Sousa (2017), envolve um conceito muito interessante que reflete contexto africano uma vez que o “e-” remete para uma presença somente no suporte online, ou seja inventários digitais de uma património que efetivamente irão materializado um conhecimento, numa plataforma digital para que não se perca, e que seja acessível, não às suas comunidades contemporâneas, mas também para as gerações futuras.

Conscientes desta realidade, existem alguns países que já deram o primeiro passo para tentar solucionar esta problemática.

Moçambique é um dos exemplos, com uma nação que ao longo da sua República conta com diversas iniciativas e políticas culturais de preservação do património cultural nacional¹⁶. É no ano de 2014, graças à colaboração do Governo, Ministério da Cultura, o Instituto de Investigação Sócio-Cultural (ARPAC), entre outras instituições e agentes culturais, que se realiza um ato progressista rumo aos inventários comunitários com a realização do inventário comunitário do património imaterial de Chinhambudzi, província de Manica. Este Inventário Comunitário permitiu identificar e inventariar ritos, lugares sagrados, atos festivos, contos e provérbios, jogos, olaria, conhecimentos e técnicas artesanais, e a culinária Mahewu de Njera (UNESCO, 2014: 13).

Para alcançar este feito, primeiro foi necessário a realização de *workshops* para uma melhor qualificação dos recursos humanos, acerca dos princípios da Salvaguarda do Património

¹⁶ De 1979 a 1983 foi realizada uma Campanha Nacional de Preservação e Valorização Cultural; em 1988 o país elaborou a Lei 10/88, de proteção legal dos bens de natureza material e imaterial; no ano de 2006 foi ratificado as Convenções de 2003 e 2005; e no período de 2009 a 2012 foi desenvolvido um processo de formação técnica e elaboração do Inventário do Património Imaterial nacional (UNESCO, 2014: 9)

Imaterial, presentes na Convenção para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2003), para uma melhor capacitação dos envolvidos no projeto para que possam desenvolver as atividades necessárias para alcançar o inventário.

Outro aspeto primordial para a conceção de qualquer inventário comunitário em contexto africano é o contacto com a comunidade e os líderes tribais, pois sem a sensibilização e aceitação os mesmos não seriam possíveis, assim, neste caso, foi realizado

“um contacto com as lideranças locais, de maneira particular, com o Régulo e com a chefe da localidade, com a finalidade de explicar os objectivos do trabalho, seu período de execução e os resultados previstos. Foi igualmente solicitada a indicação de membros da comunidade que pudessem participar nesse processo de inventariação, como técnicos locais, no apoio ao desenvolvimento das actividades previstas pela metodologia, tal como citado acima” (UNESCO, 2014: 13).

Este projeto, tal como outros projetos de inventariação do património imaterial, como é o caso do Inventário de Património Imaterial de Seychelles e o processo de inventariação do património imaterial de Marrocos, contam com a cooperação os recursos humanos e financeiros disponibilizados pela UNESCO.

Posto isto, este é só um exemplo da iniciativa de um inventário colaborativo em África, nele é possível a importância da colaboração entre diferentes partes interessadas, incluindo autoridades governamentais, comunidades locais, organizações não governamentais e especialistas em património, para a elaboração de um quadro cultural mais fundamentado e, em simultâneo, garante a construção de um quadro e preservação e proteção do património cultural, histórico e natural da região.

Este compromisso seria uma mais-valia para a proteção e divulgação do património cultural guineense. A digitalização do inventário do património cultural e o envolvimento das comunidades locais pode contribuir para a sua preservação e disseminação, especialmente num contexto de recursos limitados e desafios logísticos.

CAPÍTULO 3- *Nô Guiné*: Bases do projeto

3.1. Contexto

O património cultural de importância tanto individual como social é a materialização da nossa história, memória e identidade que, na minha opinião, é o reflexo dos acontecimentos que traçaram a cultura de uma população, e consequentemente do mundo que conhecemos hoje. No entanto, a preservação do património cultural guineense nunca foi uma tarefa fácil.

A Guiné-Bissau é um país da África Ocidental que contempla uma ampla diversidade de manifestações artísticas e culturais, um tanto distintas, que são fruto da coexistência de inúmeras etnias/comunidades, essencialmente mancanhas, manjacos, bijagós, balantas, papel, fulas, mandigas, entre outras minorias como nalu, fulupes, beafadas, tandas que configuram um grande puzzle étnico-cultural. No entanto esta coexistência também leva a uma assimilação de algumas minorias pelas comunidades mais numerosas. Este acontecimento, infelizmente, provoca a uma gradual extinção de práticas e conhecimentos culturais e artísticos. Como é caso, por exemplo, dos

“os nalus que estão a entrar no grupo étnico beafadas, por questões geográficas, existem os tandas que estão a entrar no grupo sussus, também por questões geográficas, os baiotes que estão a entrar nos fulupes. Existem grupos que se estão a extinguir porque são minoria e as línguas e práticas precisam de ser resgatadas porque se não daqui a pouco já ninguém fala estas línguas e perde-se a língua, a tradição e a cultura” (#6, entr. D)

Consequentemente, este ato também provoca uma desvalorização, até mesmo destruição, de bens patrimoniais materiais que atestam a sua história e cultura:

“Existem instrumentos de musicais que eram usados, nas diferentes etapas da vida e em diversas práticas, mas agora estão a perder-se a cada dia, somente, por falta de preservação. Por exemplo, em qualquer etnia, há danças, músicas, que são usadas numa determinada cerimónia. Então, estas coisas precisam de ser preservadas. Se virmos, por exemplo, na etnia balanta, há a cerimónia de toca-choro, em que se usa um instrumento, o bombolom¹⁷, que é um instrumento de comunicação que é usado para situações boas como más, como é o caso do



toca-choro¹⁸ e as Lutas da Libertação, que este instrumento foi usado, nos primeiros anos, para comunicar o avanço do inimigo. Têm muita história.” (#1, entr. I))

Associado a este aspeto de transformação social também se verifica o impacto dos processos de globalização, que apresentam e permitem a destruição e desaparecimento do património cultural material e, principalmente imaterial, uma vez que a população jovem, cada vez mais, se aproxima das referências culturais ocidentais e distancia-se das práticas e saberes culturais guineenses, o que provoca uma gradual descontinuidade destas manifestações culturais e patrimoniais.

Há ainda a acrescentar um grande traço cultural: a oralidade. Os saberes, técnicas, tradições, valores e memória são, essencialmente, transmitidos verbalmente pelos indivíduos de idade avançada aos jovens guineenses. Por este motivo, revela-se crucial recolher junto aos detetores de conhecimento cultural os seus testemunhos antes que findem, como por exemplo a gradual extinção de artesãos com domínio do conhecimento técnico ancestral que é transmitida pela oralidade, ou seja se a mesma não é ensinada e perde-se. A urgência em preservar os bens patrimoniais é referida por todos entrevistados.

“Nós vivemos muito o tempo da oralidade. Não há documentos escritos e há pessoas que são idosas, que viveram experiências que têm memórias tão importantes” (#4, entr. B)

Associado a esta atmosfera, destaca-se o desafio que o país enfrenta em preservar o bens materiais e imateriais que foram produzidos ao longo dos anos, décadas e séculos, como património documental, como registos, fontes, documentos, outros tipos de documentos escritos e testemunhos orais que preservam dados e informações inestimáveis que infelizmente ora já foram perdidos ou destruídos por ausência de conservação, como atestou o investigador Iaguba Djaló:

“Durante as visitas que efetuámos, com a finalidade de conhecer a real situação em que se encontram os acervos e condições de instalações das instituições (Arquivos, Bibliotecas e Museus), conseguimos constatar que os edifícios apresentam problemas estruturais que se qualificam de inapropriados para o armazenamento de documentos, o que coloca os acervos documentais perante várias ameaças: a humidade, a variação de temperaturas, a poeira, abandono, roubos, pilhagem e ação predatória humana. Alguns acervos são expostos à extinção e sujeitos aos agentes físicos e biológicos tais como: microrganismos, insetos, roedores, etc.” (Djaló, 2020:4).

E não foi diferente com o único registo do levantamento patrimonial já realizado na Guiné-Bissau até a data de hoje:

¹⁸ Cerimónia fúnebre

“Enquanto diretor de serviço do património cultural em 97/98, andamos quase toda a Guiné para realizar um inventário, através do projeto da UNESCO. Depois houve conflitos político-militares e os dados que tínhamos guardados na Escola da Música da Marinha, onde as tropas estrangeiras vieram a fazer residência, foi tudo destruído, tudo o que tínhamos no banco de dados e ficamos só com a lista. Então todo o material, eram registos de vídeos, registos de áudios, fotografias, tudo se perdeu. Aquela zona, como é também perto do mar, quando chove muito, há subida da água do mar e dá-se uma inundação... Então, acabamos por perder todos os materiais e agora estamos a tentar realizar um novo inventário, através de alguns projetos” (#1, entr. B).

Realidade esta que pude atestar aquando ao meu trabalho de campo, na Guiné-Bissau. Por mais que haja um esforço, por parte de alguns indivíduos ou organizações, para preservar e conservar o património cultural em si, e os poucos registos do mesmo, revela-se uma tarefa um tanto desafiadora devido à ausência de políticas públicas, condições, recursos monetários e humanos e, por vezes, o descuido do próprio ser humano que não reconhece a importância da salvaguarda, conservação e valorização do património cultural material e imaterial.

A compilação destes fatores torna evidente a necessidade de elaborar um mecanismo de registo único de inventariação do património cultural, pois é necessário combater esta progressiva extinção das referências culturais e patrimoniais, antes que seja tarde demais para recuperar a memória e os valores históricos e culturais da sociedade guineense.

A pergunta agora é: como?

3.2. Bases do projeto

Este projeto surge então de uma consciência pessoal e no seguimento de uma série de momentos de observação que fizeram crescer uma preocupação em torno da preservação do património guineense. No entanto, devido a diversos aspetos culturais, sociais e económicos do país, a inventariação e gestão patrimonial não poderia ser feita de um modo tradicional, em que os técnicos são os responsáveis pela classificação e inventariação, assim foi estabelecido que a melhor metodologia seria o inventário colaborativo.

É então crucial o envolvimento da comunidade guineense no processo de conservação e salvaguarda do património cultural.

A missão é, primeiramente, elaborar um mecanismo de identificação, registo e mapeamento cultural que envolva a comunidade, tendo como premissa originar processos de diálogo, espírito de cooperação, entreajuda e, principalmente, uma criação de uma consciência patrimonial. É neste sentido que, em busca perceber qual seria a melhor abordagem foi

questionado aos inqueridos quais seriam as medidas necessárias para tornar o património cultural mais acessível e atrativo para a população jovem. No qual se obteve diversas respostas, todas na mesma linha de pensamento, das quais se destacam (Quadro 2):

Quadro 2. Tabela de respostas da pergunta 6 dos inquéritos.
Fonte: Elaborada pela autora de acordo com os dados recolhidos

6. Que medidas considera necessárias para tornar o património cultural mais acessível e atrativo para a população jovem?
• “Sensibilização da população da importância de preservar o nosso património para que mais pessoas tenham acesso a nossa história cultural e assim vincarmos a história do país” • “1. Organização de tours guiados com um guia que forneça um breve enquadramento histórico - o que é este local/monumento? Quando e para o que foi criado? O que representa? Quando é que "caiu no esquecimento" e porquê? 2. Restaurar o património para que seja visualmente mais atrativo. 3. Para jovens com acesso a tecnologia, colocar placas com QR codes que dão acesso a fotos anteriores desses monumentos, a uma história breve sobre ele e o que ele representou para a população quando foi construído (atribuindo números a cada monumento para incentivar os jovens a querer ir a todos os outros)” • “O património cultural pode se tornar acessível e atrativo para os jovens através de atualização das suas informações, organização e criação dos meios que facilitam o acesso.” • “Campanha de sensibilização” • “Tecnologia” • “Uma melhor divulgação dirigida para as novas tecnologias” • “A escolas” • “Incentivos para os jovens fazerem pela proteção do património cultural” • “Primeiro dar a oportunidade para que os jovens possam mostrar o seu valor, dar palestras sobre o assunto sobretudo fora da capital.” • “Uma boa propaganda para começar...” • “Incluir no plano escolar.” • “O desenvolvimento de projetos que incentiva os jovens a tomar parte em tudo”

- “Em primeiro lugar, diria que a solução a isto, passa necessariamente na harmonização de agendas ou concertação, permanente e institucionalizada de ações entre atores que atuam na área, uma espécie de compromisso ou pacto. E em segundo lugar, pela criação de de espaços físicos ou virtual onde vão sendo divulgadas, difundidas e publicitados as ações concertadas/harmonizadas. Espaços estes geridos por uma entidade independente e com estrutura própria.”
- “Faze lo virar tendência através da influência digital”

Desta amostra de 50 cidadãos guineenses, também foi possível constatar que 34 pessoas, o que corresponde a 68%, indicam que não estão familiarizados com o termo “inventariação do património cultural”, dos restantes 32% que responderam positivamente, somente uma pessoa indicou que participou de alguma forma no processo de inventariação (Figura 2).

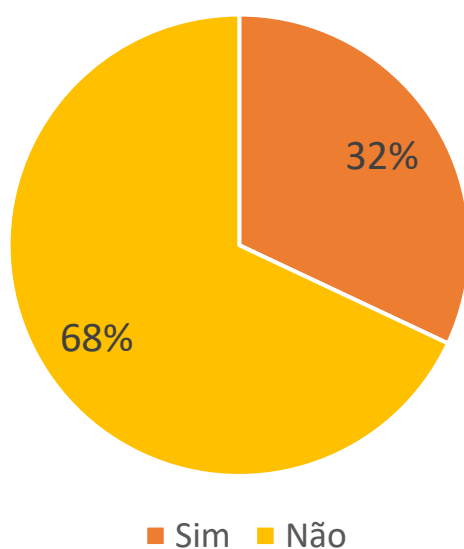


Figura 2. Gráfico elaborado a partir das respostas da pergunta nº 6 do inquérito.
Fonte: Elaborado pela autora

No entanto, 33 (66%) dos inquéritos afirmam estar dispostos a participar ativamente no processo de inventariação, o que mostra que apesar da não familiarizada com os conhecimentos (profundos) da inventariação estão dispostos a envolver-se nesta missão que é a preservação dos bens patrimoniais que refletem a identidade cultural do seu país (Figura 3).

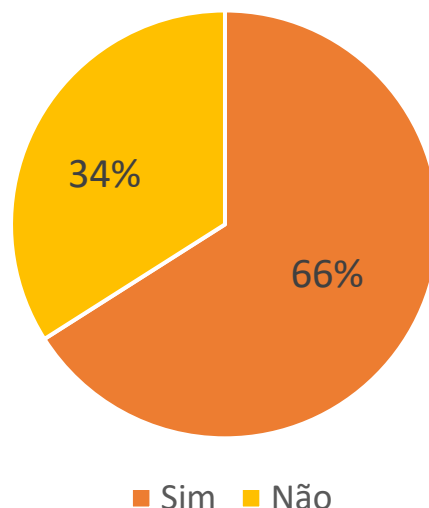


Figura 3. Gráfico elaborado a partir das respostas da pergunta nº 13 do inquérito.
Fonte: Elaborado pela autora

Assim surge este projeto intitulado *Nô Guiné!*, que se traduz para o português como Nossa Guiné!. Este nome simples transmite um sentimento de pertença pois o património guineense é de qualquer guineense. Esta escolha também se deve a simplicidade do termo que é de fácil entoação tanto para a comunidade local como internacional.

3.2.1. *Nô Guiné!*

É desde a Convenção de Faro, realizada em 2005, que é estabelecida pela UNESCO a relevância do património histórico e cultural para a sociedade, e o papel desta na salvaguarda e valorização do seu património, numa abordagem integrada que promova a confiança e cooperação. A convergência entre a memória, herança e criação, visa que os cidadãos da comunidade reconheçam a relevância dos objetos e locais que compõem o seu património cultural, que é comum a todos, deste modo deverão ter acesso aos mesmos, mas para tal é necessário que reconheçam os seus valores. Para alcançar esse propósito, cabe criar um quadro de envolvimento da sociedade, por meio do cultivo de um espaço de debates, discussão e promoção de iniciativas nesta esfera.

Este trabalho de projeto surgiu, então da necessidade de contribuir para o impulsionamento da preservação do património cultural da Guiné-Bissau, através da identificação e inventariação dos bens patrimoniais. Esta ação é crucial para futuros processos de classificação, proteção

legal e divulgação do património nacional, assim este projeto representa somente um passo na longa jornada que é a gestão patrimonial.

Nesta perspetiva, foi necessário projetar uma abordagem que possa contribuir futuramente para reverter esta situação, mas como já foi indicado acima uma abordagem tradicional em que os técnicos são os únicos responsáveis por contribuir ativamente no processo de identificação e inventariação não seria aplicável devido realidade política, económica, social e cultural que caracterizam o país.

Deste modo, neste contexto, a abordagem mais correta seria o inventário colaborativo, que consiste no envolvimento da comunidade guineense no processo de identificação e inventariação dos seus bens patrimoniais, tendo como objetivo, além da criação de uma base de dados dos bens patrimoniais, a preservação e valorização dos “testemunhos” da herança cultural da Guiné-Bissau.

Assim, foi constituída uma proposta de inventariação colaborativo por meio de plataformas digitais, procurando deste modo possibilitar um maior envolvimento e criação de espaços de diálogo entre a comunidade, técnicos e governadores.

A comunidade, fator crucial deste modelo, terá também um poder de decisão/sugestão, através da possibilidade de propor bens patrimoniais para inventariação e será também um facultador, por meio da partilha de informações, pois todas as pessoas são partes importantes e têm o direito de participar na gestão do património.

Já numa fase de atuação, é importante também envolver membros da comunidade guineense na equipa responsável pela execução da inventariação:

“A comunidade é parte muito importante porque é detentor do bem. Se fizer um inventário sem participação da comunidade, dentro da equipa dos inquiridores, não vai conseguir ter alimentos suficientes que sustentam o inventário” (#4, entr. B)

“Se vai fazer um inventário numa tabanca¹⁹ ou numa aldeia dos balantas e tem filhos lá, daquela tabanca, que dominam a língua, dominam os hábitos e tudo, incluindo-os dentro da equipa de inquiridores facilmente consegue informações credíveis” (#4, entr. B)

Está é assim uma abordagem multidisciplinar, pois é através da colaboração que se cria um ambiente propício à proximidade indispensável para o sucesso deste projeto.

Este projeto operará por meio de plataformas digitais – *Website* e *App*- que irão comportar uma ampla base de dados do património cultural guineense, de modo a motivar o envolvimento espontâneo e ativo da comunidade na sua preservação da sua identidade guineense.

¹⁹ Termo utilizado para regiões rurais, como aldeias.

A escolha do meio digital, como ferramenta e canal de comunicação de suporte deste projeto de inventariação, deve-se às praticidades que a tecnologia proporciona com um alcance sem limitações geográficas, possibilitando assim ao usuário um constante acesso.

Em suma, além do objetivo principal da inventariação e salvaguarda do património, o *Nô Guiné!* tem alguns objetivos secundários: incentivar a valorização e o envolvimento da população com as suas referências culturais, aumentando assim a consciência coletiva e individual sobre o papel de cada indivíduo para a sua preservação. Por último, que os conteúdos disponibilizados nestas plataformas venham a ser utilizados como recurso educativo e fonte de fruição cultural.

3.3. Diretrizes para construção da ficha de inventário colaborativo

Para a definição das orientações que irão guiar a construção da ficha de inventariação foi necessário cumprir três etapas de trabalho: compreensão das tipologias patrimoniais, primeira identificação dos bens patrimoniais e elaboração dos critérios de inventariação.

3.3.1. Tipologias patrimoniais e fichas de registo

O património cultural caracteriza-se, na sua generalidade, por uma grande variedade de bens que materializam e acumulam um conjunto de “informações” que aludem a vários aspetos da cultura e história de uma comunidade e nação. Estes bens subdividem-se em património tangível e intangível.

Na ausência de decretos e diretrizes locais que definam a atuação no contexto do património cultural atuação deste projeto foi de acordo com as definições e diretrizes estabelecidas pela UNESCO nas seguintes convenções e pela legislação portuguesa:

- Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972);
- Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003);
- Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (Revisão) (1992);
- Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa (1985);
- Decreto-Lei n. 148/2015 (2015);
- Decreto Lei nº 107/2001 (2001).

Quadro 3. Categorias do património cultural.
 Fonte: Elaborado pela autora

Património cultural			
Património móvel	Património imóvel	Património arqueológico	Património imaterial
Bens históricos, social artísticos, linguístico científicos, técnicos, tecnológicos, industriais, etnográficos, arquivísticos /documental, arqueológicos, bibliográficos, audiovisual, fotográfico, fonográfico, entre outras referências “apalpáveis” móveis que testemunhem vivências os factos nacionais.	- Monumentos: construções particularmente notáveis e de carácter monumental - Conjunto arquitetónico: agrupamentos, como urbanizações; - Sítios: obras combinadas do homem e da natureza, que moldam espaços e definem delimitações topográficas, como bairros. - Todos os Sítios, Conjuntos arquitetónicos e Monumentos são relevantes devido ao seu interesse histórico, social, artístico, técnico, técnico e arqueológico	- Estruturas, construções e agrupamentos arquitetónicos localizados no solo ou se encontrem submersos; - Sítios valorizados, monumentos e bens móveis localizados no solo ou se encontrem submersos; - Testemunhos materiais.	- Tradições e expressões orais; - Artes performativas e artísticas; - Práticas sociais, ritos e atos festivos; - Conhecimento e usos relacionados com a natureza e o universo; - Técnicas artesanais tradicionais, ofícios e expressões culturais e artísticas; - Espaços associados práticas culturais coletivas; - Objetos, instrumentos relacionados com alguma prática cultural.

Assim, estas são as diretrizes que definiram as “balizas” para a primeira identificação de bens e manifestações patrimoniais presentes no espaço geográfico da capital, Bissau. Foi realizado um primeiro levantamento de 132 bens patrimoniais que consistiu no registo fotográfico e algumas informações como: identificação, descrição, material, dimensões, categoria/tipologia patrimonial e localização. Estes dados foram inseridos em *fichas de registo* presentes no Anexo C, D e E.

3.3.2. Modelo de fichas de inventário do património cultural

No entanto, só este primeiro registo não é suficiente para o desenvolvimento de um inventário propriamente dito, deste modo deverá existir um segundo momento de uma pesquisa e levantamento mais detalhado, de acordo uma determinada estrutura uma ficha de inventariação.

Esta Ficha de Inventário (Anexo F) destina-se à caracterização de todos os bens patrimoniais. O seu preenchimento poderá ser feito fisicamente ou via *word*, em momentos que a zona a inventariar no momento não tenha uma rede estável de *internet/wi-fi*. Estas informações, posteriormente deverão ser inseridas no *Website*.

Este seria um primeiro modelo, posteriormente adaptável, que visa suprimir as particularidades de que cada categoria patrimonial, no entanto de um modo mais simples e de fácil utilização.

Assim sendo, segue-se a seguinte estrutura:

Identificação

- Nome pelo qual o bem é popularmente conhecido e outros nomes e formas pelo qual é conhecido.

Número de identificação

- Atribuir um número/código de identificação.

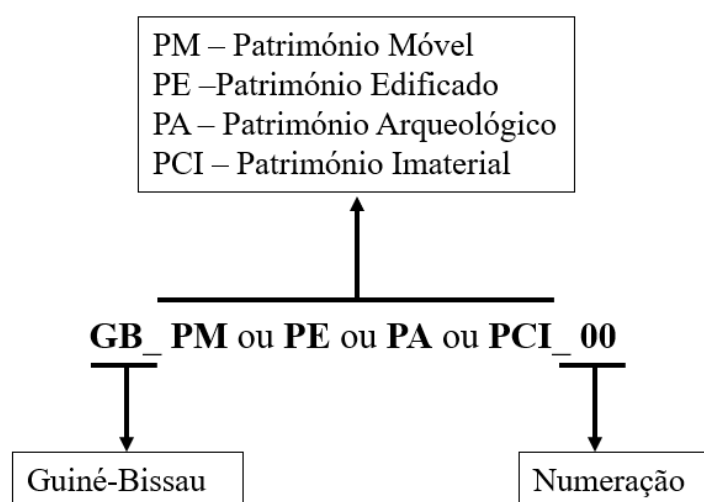


Figura 4. Estrutura do código de identificação

Fonte: Elaborado pela autora

Imagens:

- Anexar uma galeria de fotografias previamente recolhidas ou tiradas na hora e outras;
- Adicionar também outros desenhos, fotografias antigas associadas.

Localização:

- Indicar o espaço, edifício ou zona.

Descrição:

- Elaborar uma análise detalhada que caracterize o bem, as suas utilizações e características.

Análise histórica/ Análise artística:

- Elaborar uma explicação detalhada do enquadramento temporal, uma linha cronológica ou datas importantes associadas ao bem;
- Se aplicável, especificar as medidas aproximadas: altura, largura, perímetro da área, etc.;
- Atividades ou conhecimentos relacionados com o património imaterial e a sua relação com o lugar de sua manifestação: origens, transformações, significados, técnicas e pessoas envolvidas;
- Todas outras informações consideradas relevantes.

Estado de conservação ou preservação:

- Referir o estado de conservação dos bens materiais. Nos bens intangíveis informar as ameaças à sua continuidade.

Materiais:

- Se aplicável, detalhar os principais materiais que constituem o bem. No caso do património imaterial indicar os objetos associados a prática.

Categoria:

- Categorizar o bem patrimonial de acordo com a diretrizes indicadas no Quadro 3.

Fontes e Bibliografia:

- Listar todas as fontes e documentos utilizados para realizar o inventário.

Responsável e Data:

- Indicar a pessoa que elaborou e a data da sua realização.

Ke ku no djintis sibi:

- Ku ku no djintis sibi! (O que a nossa gente sabe!) destinada à recolha de “testemunhos orais” (Esteves e Azevedo, 1998: 83), o que acrescentará à história e à inventariação um cariz de memória.
- Estes testemunhos serão inseridos diretamente na plataforma como comentários. A inserção das informações irá requerer um login, de modo que a equipa responsável pela gestão das plataformas possam ter conhecimento da procedência do conteúdo. No entanto,

os usuários têm liberdade de partilhar o seu conhecimento, porém comentários com linguagem ofensiva ou imprópria não serão considerados para anexar a respetiva ficha de inventário. Por este motivo, terá de ser desenvolvido uma sequência de algoritmos que análise texto inserido tanto na *App* como no *Website* de modo que estes sejam arquivados.

A equipa responsável pela inventariação poderá também optar, se a zona em questão tiver um bom acesso a rede de internet, poderá inserir as informações diretamente no *Website*. No entanto, estas deverão ser guardadas como “Rascunho”, para que possam ser completadas e revistas antes de serem publicadas (Anexo G).

CAPÍTULO 4- Processo de Design

Para o desenvolvimento do produto visual, que visa materializar todos os conceitos e diretrizes do inventário colaborativo do património cultural guineense, foi necessário passar por um processo de *Brainstorming* e *Briefing*, tendo como objetivo encontrar o melhor maneira aplicar as ideias, conceitos e objetivos por detrás da inventariação colaborativa numa plataforma digital que também fosse ao encontro das características do contexto guineense e, principalmente das necessidades do público-alvo (Figura 5).

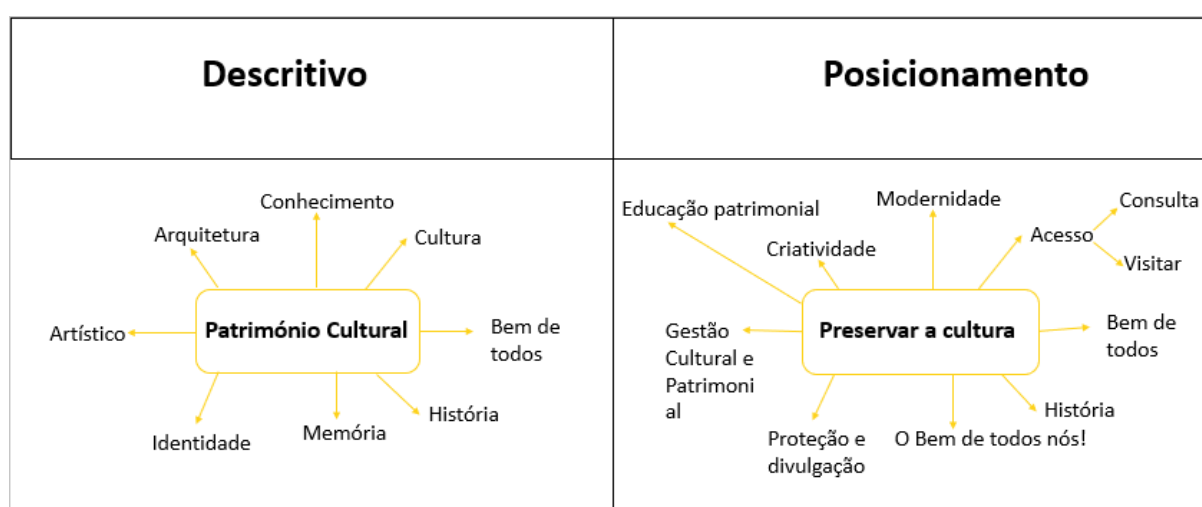


Figura 5. *Brainstorming* para o naming.
Fonte: Elaborado pela autora

Foi após a estes processos de esclarecimento e consolidação de ideias que, com auxílio de programas como *Illustrator* e *Figma*, foi possível estruturar os elementos visuais, funcionalidades, interações e motores de navegação a incorporar no *Website* e *App* do *Nô Guiné!*.

4.1. Logo

A desenvolvimento do logo, teve como base as respostas dadas no ponto 2 dos inquéritos: *Indique três bens patrimoniais guineenses*. No qual, foi possível constatar que as respostas mais recorrentes eram: o pano de pente, instrumentos musicais, danças tradicionais, a Mão de Timba e a Fortaleza da Amura. Deste modo, na tentativa de ir ao encontro as referências patrimoniais

indicadas foram selecionadas dois bens patrimoniais para a criar duas propostas de logótipo (Figuras 6 e 7).



Figura 6. Primeira proposta de logo presente na página de carregamento da App
Fonte: Elaborado pela autora



Figura 7. Segunda proposta de logo presente na página de carregamento da App
Fonte: Elaborado pela autora.

Foi também incorporando o pano de pente ao longo das interfaces da *App*, pois esta é uma grande referência patrimonial da identidade cultural guineense, reconhecida também internacionalmente (Figura 8).



Figura 8. Logo presente na página de carregamento da *App*
Fonte: Elaborado pela autora.

4.2. Paleta de cores

A escolha da paleta de cores principais utilizadas, além do branco, foram o amarelo, vermelho e verde (Figura 9), cores presentes na bandeira da Guiné-Bissau, com variações de transparência quando necessário.



Figura 9. Paleta de cores presentes
Fonte: Elaborado pela autora

4.2.3. Produto digital

Com já referido, foi elaborado um sistema que se divide em duas partes, a primeira uma plataforma de acesso público que permite realizar a gestão das informações patrimoniais. O segundo é uma aplicação móvel que corresponde a um mapeamento cultural dos bens patrimoniais também apresentados no *website*. Estes serão de acesso gratuito e estará disponível para qualquer pessoa detentora de um dispositivo eletrónico.

Estes comportam, na sua generalidade, as seguintes funcionalidades:

- **Inventariar:** criação de registos patrimoniais;
- **Mapa interativo:** mapear as referências e bens patrimoniais;
- **Participar:** por meio da partilha de informações e dados que a comunidade é detentora;
- **Pesquisa:** o motor de pesquisa permite ao usuário procurar e consultar os bens inventariados. Este processo pode ser realizado ao “clicar” nas categorias ou escrevendo;
- **Colaborar:** através de sugestão de bens patrimoniais a inventariar, adicionar conteúdos como fotografias e vídeos e integrar a equipa;
- **Consultar:** acesso e consulta de todos os bens inventariados.

Em seguida serão somente apresentados os principais *layouts* das telas de modo a contextualizar. Nos quais, a nível experimental, foi incorporado a primeira proposta de logótipo acima apresentada.

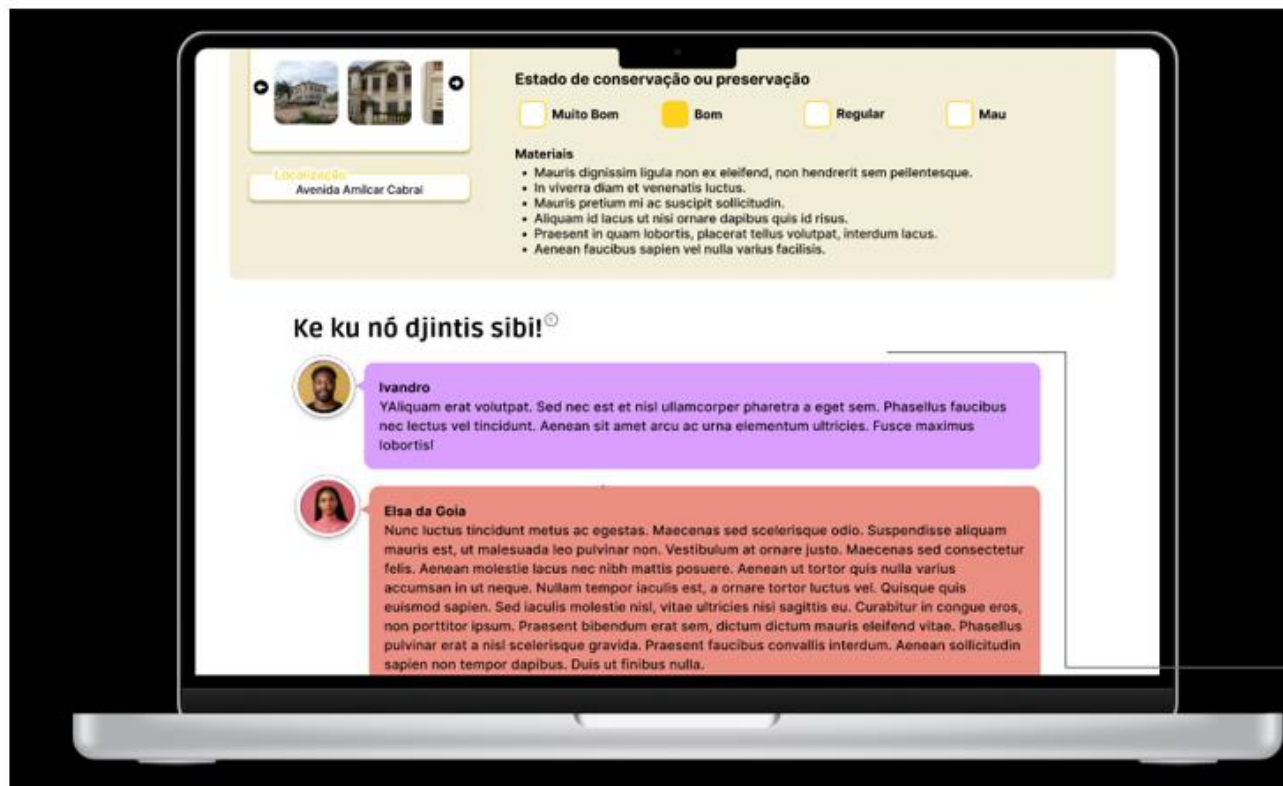
4.2.3.1. Website

Esta funcionará essencialmente como uma plataforma de gestão e divulgação patrimonial.



Figura 10. Exemplo do *layout* de ficha de inventário publicada (1/2)

Fonte: Elaborado pela autora



Legenda:
1.Participações

1

Figura 11. Exemplo do *layout* de ficha de inventário publicada (2/2)
Fonte: Elaborado pela autora

A funcionalidade de sugerir Bens para inventariar estará somente disponível no *website*.

1

NÔ GUINE
Informações Patrimoniais

INÍCIO O NOSSO PATRIMÔNIO IVENTARIAR

Milene Cepes

Q PTV

Vamos inventariar juntos ?

Aqui podes incluir o bem patrimonial que queres adicionar ao nosso inventário e partilhar informações com o resto da comunidade!

Nome
Escreve aqui o nome do Bem patrimonial que queres que seja inventariado ...

Descrição
Escreve aqui o que sabes sobre este Bem patrimonial ...

2

Legenda:
1. Conta iniciada/aberta
2. Espaço destinado a escrita

Figura 12. Exemplo do *layout* da página *Vamos inventariar juntos?* (1/2)
Fonte: Elaborado pela autora

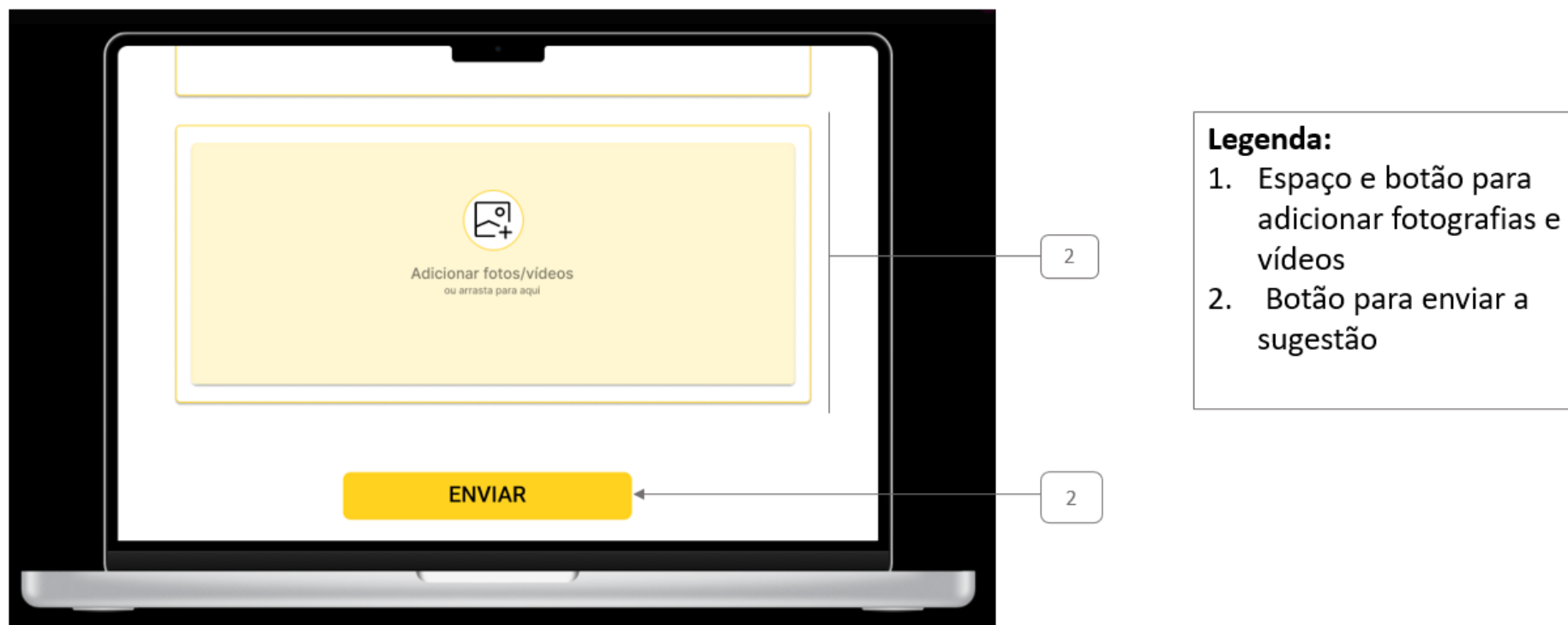


Figura 13. Exemplo do *layout* da página *Vamos inventariar juntos?* (2/2)
Fonte: Elaborado pela autora

4.2.3.2. Aplicação móvel

Na aplicação móvel, associada ao *website* como mapeamento cultural das referências, manifestações e bens culturais tangíveis e intangíveis já inseridas no *website*.

Esta é meramente explicativo, pelo qual os bens não se encontram exatamente localizados.

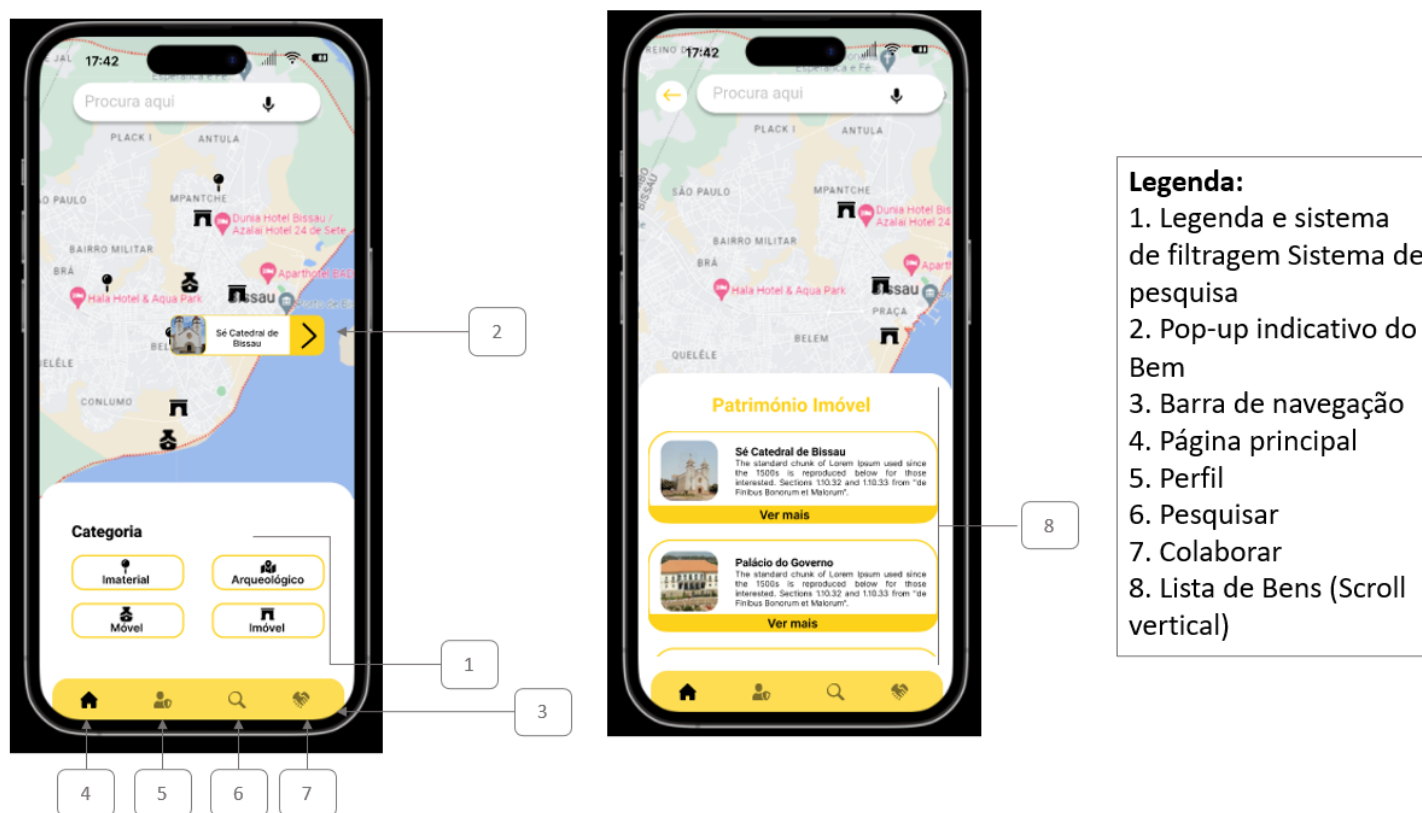


Figura 14. Página principal & Página filtrada (Património Imóvel)

Fonte: Elaborado pela autora

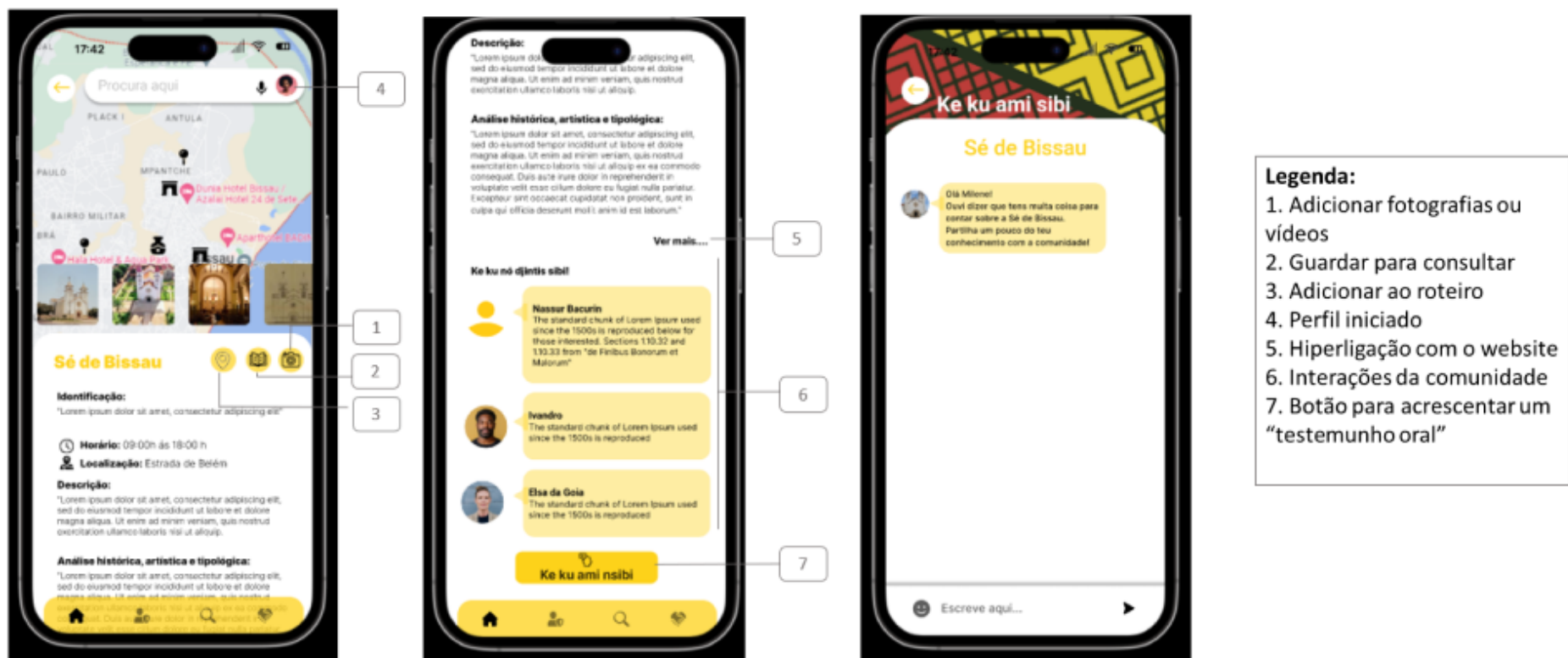


Figura 15. Página 1 e 2 de uma ficha da Sé de Bissau & Página para adicionar um cometário
 Fonte: Elaborado pela autora

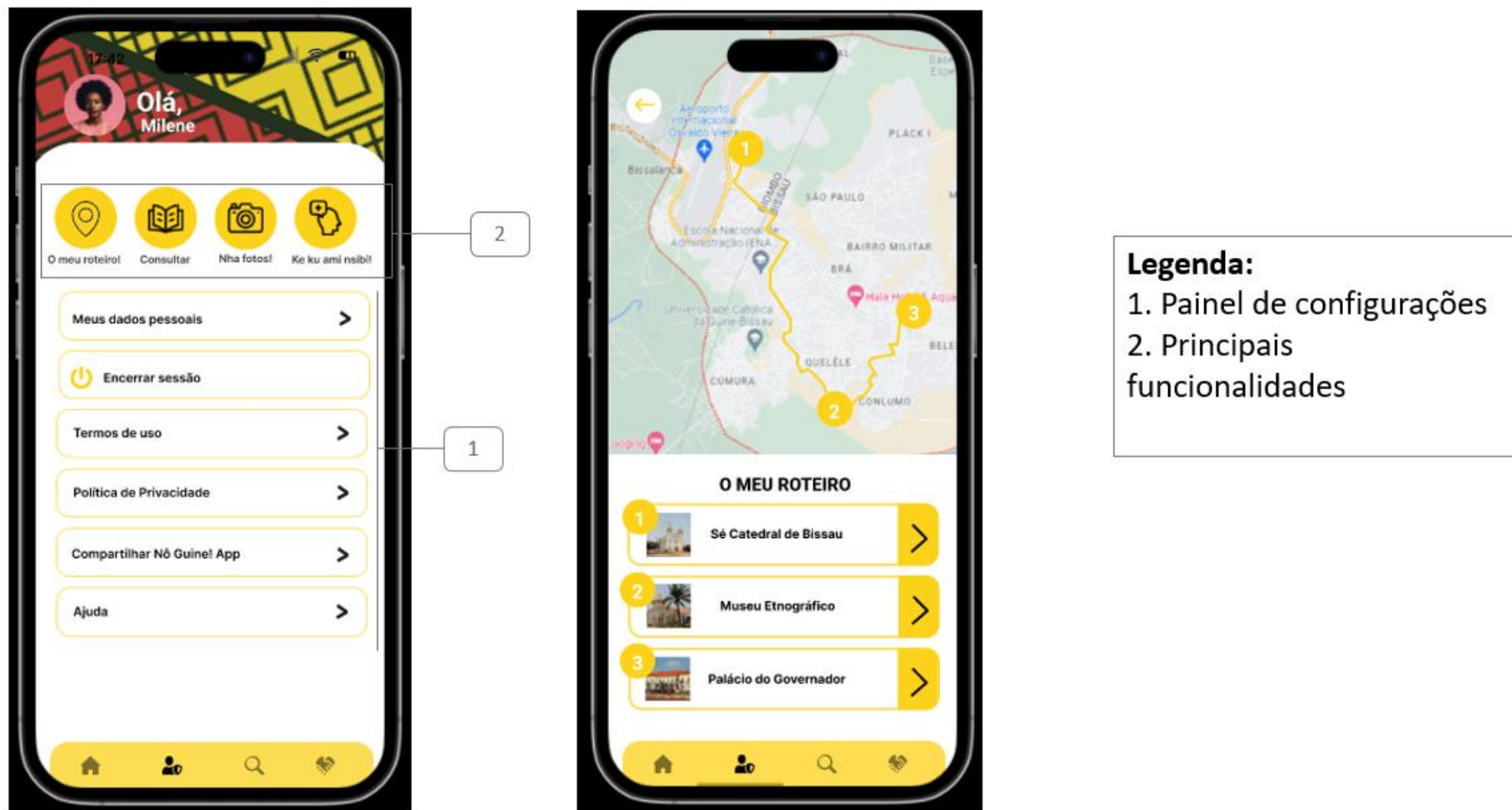
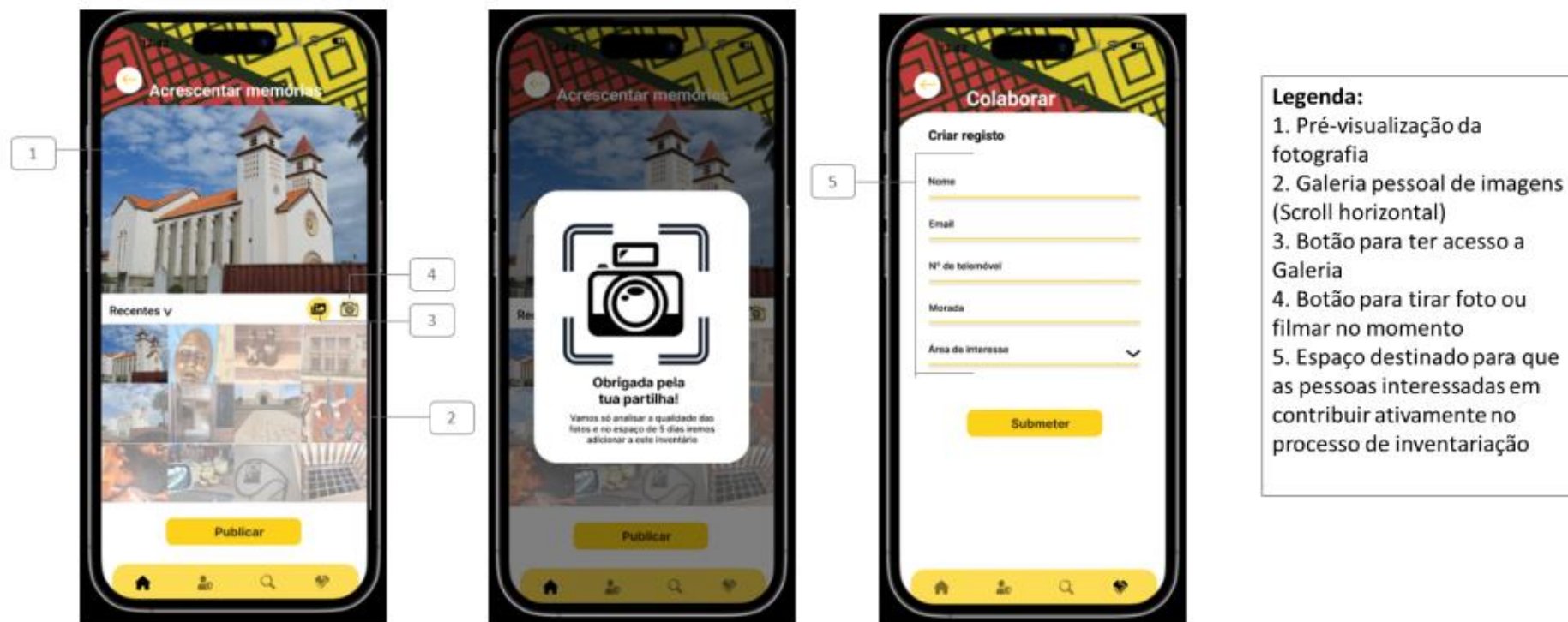


Figura 16. Página de perfil e configurações & Página O MEU ROTEIRO
Fonte: Elaborado pela autora



Legenda:

1. Pré-visualização da fotografia
2. Galeria pessoal de imagens (Scroll horizontal)
3. Botão para ter acesso a Galeria
4. Botão para tirar foto ou filmar no momento
5. Espaço destinado para que as pessoas interessadas em contribuir ativamente no processo de inventariação

Figura 16. Página Acrescentar Memórias & Página Colaborar
 Fonte: Elaborado pela autora

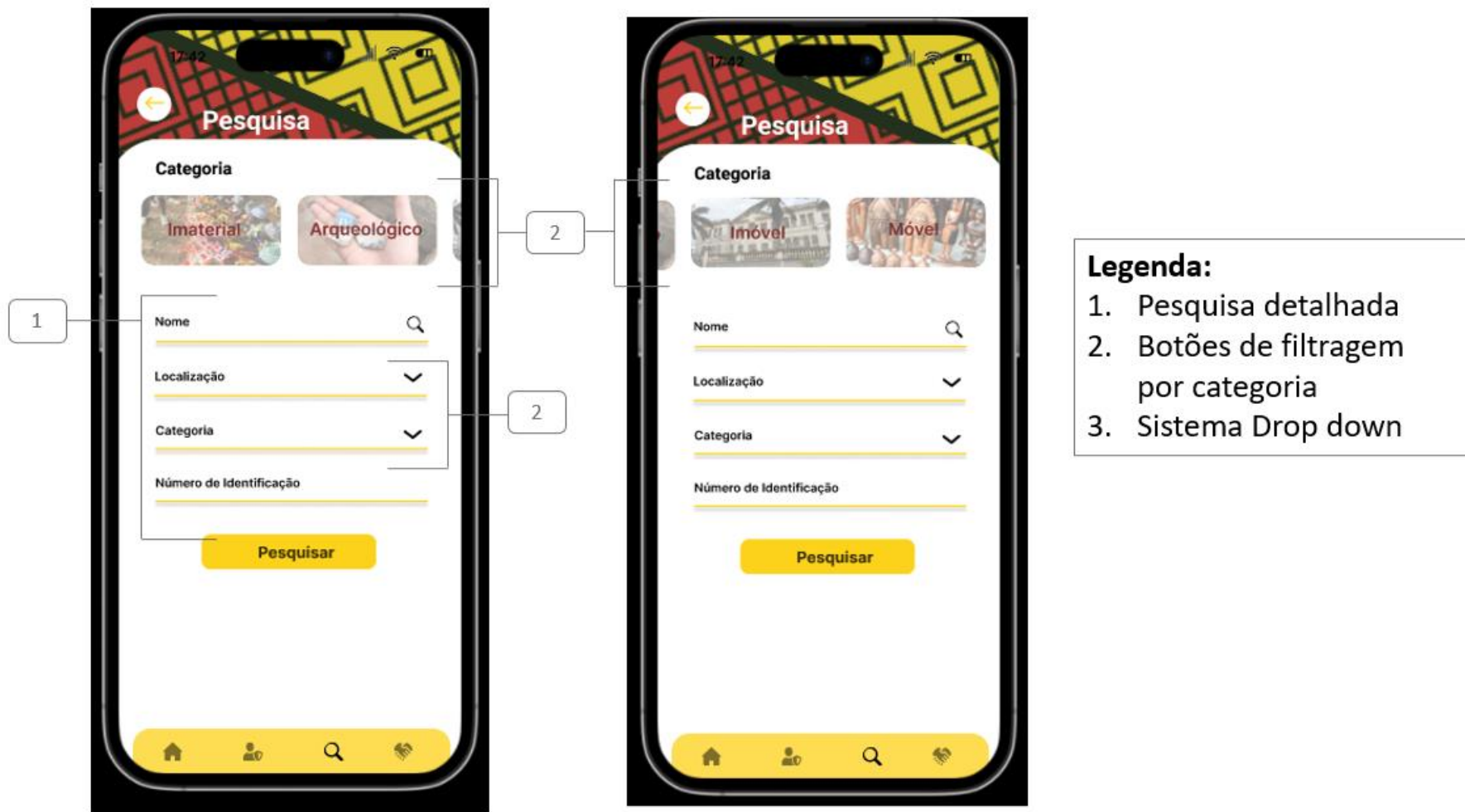


Figura 18. Página (2/2) de Pesquisa
Fonte: Elaborado pela autora

CAPÍTULO 5- Proposta de implementação

Após a definição das diretrizes que estão por detrás do *Nô Guiné!*, é crucial para sustentabilidade do projeto a definição de um plano de atuação. Assim, neste capítulo irá ser apresentado um breve plano estratégico que estabelece uma proposta de abordagem que inclui ações, trabalhos e atividades a realizar para atingir o objetivo do projeto que é a salvaguarda e a valorização do património cultural tangível e intangível.

Missão: Realizar um mapeamento cultural por meio da inventariação colaborativa, motivando assim o desenvolvimento de processos de diálogo, espírito de cooperação e entreajuda que permitam a proteção espontânea do património cultural nacional.

Visão: *Nô Guiné!* comporte uma ampla base de dados do património cultural guineense presente nas nove regiões do país. Contribuir para a melhoria da imagem internacional do país através do desenvolvimento das indústrias culturais, artísticas e turísticas.

Valores:

- Salvaguarda e conservação do património local;
- Divulgação e Interpretação;
- Valorização do património cultural guineense;
- Rigor e eficiência da inventariação e gestão patrimonial.

5.1. Análise SWOT

O primeiro momento para a definição de um plano de atuação é a compreensão do contexto/mercado que se visa inserir, deste modo, com recurso a análise *SWOT* (Forças, Fraquezas & Oportunidades, Ameaças) foram analisados os pontos fortes e fracos mais significativos para o *Nô Guiné!*, ao nível interno; e as oportunidades e ameaças que existem no ambiente.

O objetivo é alavancar os pontos fortes, a fim de aproveitar as oportunidades que o mercado apresenta, desenvolver os tópicos admitidos como fraquezas e conceber planos de contingência para enfrentar eventuais ameaças (Quadro 4). É então após desta análise que foi desenvolvido o plano estratégico, no qual foram definidas as etapas, possíveis recursos, ações e iniciativas.

Quadro 4. Análise SWOT do *Nô Guiné!*
 Fonte: Elaborado pela autora

	Fatores positivos	Fatores negativos
	Forças	Fraquezas
Fatores internos	• Modernização do sistema de registo patrimonial; • Identificação dos bens patrimoniais em risco; • Preservação dos testemunhos e memórias orais; • Mapa cultural <i>mobile friendly</i> e acessível em tempo real; • Aumento da inclusão e acessibilidade social ao património cultural; • Criação de atividades e produtos culturais paralelas; • Contribuição para um desenvolvimento sustentável; • Interação e diálogo entre as gerações.	• Necessidade de uma grande equipa para alcançar todo o território guineense; • Processo de “confiança” pode ser demorado; • Constante manutenção das plataformas, o que implica um contante investimento; • Falta de acesso à internet por parte de alguns indivíduos da comunidade; • Infraestruturas limitadas.
	Oportunidades	Ameaças
Fatores externos	• Diversidade cultural; • Ausência de ferramentas e plataformas digitais centradas na divulgação do património cultural; • Interesse generalizado entre os agentes culturais nacionais.	• Ausência de políticas públicas culturais, patrimoniais e turísticas; • Histórico de instabilidade política; • Ausência de recursos financeiros nacionais para o setor cultural; • Reduzidos recursos humanos especializados; • Inexistência de colaboração da comunidade, por não reconhecer a necessidades destas ferramentas.

5.2. Recursos Humanos

Para a execução deste projeto será necessária uma equipa inicial de quatro pessoas:

- **Gestora de projeto e designer:** Responsável pela coordenação deste projeto, acompanhamento dos processos e inventariação e elaboração das fichas. Função esta que poderá vir a ser exercida pela autora, devido a mesma ser uma Técnica do Património Cultural, ter desenvolvido competências de Gestão Cultural ao longo do mestrado e ser formada em *UX/UI Design*.
- **Developer:** Responsável pelo desenvolvimento e construção. Este terá de ter conhecimentos em linguagens de *front-end* e *back-end*.
- **Marketer:** Encarregado pela criação de campanhas de *marketing* junto as redes sociais e campanhas de sensibilização em espaços físicos.
- **Técnico de património cultural:** Esta função terá de ser empenhada por um técnico local, devido a sua familiaridade com o terreno. Cabe a este a elaboração da identificação e levantamento patrimonial, juntamente com o gestor de projetos.

5.3. Etapas

Etapa 1 – Pré-lançamento das plataformas

Nesta primeira fase foi identificado um conjunto de quatro processos que deverão estar estabelecidos para o lançamento do projeto.

1. Testes de usabilidade

Os testes de usabilidade são uma ferramenta extremamente importante para o ciclo de desenvolvimento de um *website* e *app*, pois permite perceber se as funcionalidades são apresentadas de uma maneira clara eficaz e se as suas funcionalidades vão de acordo com as necessidades e particulares do seu público-alvo. Ou seja, se os futuros usuários consideram que as plataformas desenvolvidas oferecem uma experiência satisfatória e prática aquando da interação com os mesmos.

Assim, terão de ser elaborados roteiros criados a partir dos fluxos existentes no protótipo ou mesmo no produto, e testados por usuários reais para que se possa analisar os pontos fortes e fracos da plataforma digital, e ajustar para que tenha uma usabilidade eficiente.

Estes testes poderão ser aplicados na plataforma digital Maze²⁰, sem limitações geográficas, onde se pode realizar diversos testes de usabilidade, tanto da aplicação, como

²⁰ <https://maze.co/>

do *website*, no qual os diversos usuários tipo, tanto nacionais como internacionais, poderão, após a finalização de cada tarefa, classificar e deixar um comentário.

Com os resultados em mão, é hora de acertar os detalhes finais do produto, como por exemplo possíveis dificuldades de navegação e utilização, confusão de *layout*, problemas de usabilidade para que se possa realizar as devidas adaptações nos designs já desenvolvidos.

2. Levantamento patrimonial

Este é um segundo momento de investigação, que, com recurso ao primeiro registo já realizado neste trabalho de projeto, aprofundam-se os dados e informações já registadas acerca dos bens patrimoniais. Este trabalho deverá ser feito junto as bibliotecas, acervos e principalmente edifícios administrativos que por muitas vezes detém documentos relacionados com os bens, porém, devido à ausência de reconhecimento da importância dos mesmos são empilhados e esquecidos.

Este levantamento mais detalhado terá como objetivo recolher o máximo de informações acerca dos 132 bens e manifestações culturais já identificados para que os mesmos sejam inseridos nas respetivas plataformas. Será também necessário proceder a uma georreferenciação destes bens, que poderá ser feita por meio de coordenadas geográficas para que seja possível desenvolver o mapeamento cultural digital.

Estas tarefas ficarão a encargo do gestor do projeto e do técnico de património, que deverão desenvolver de acordo com os moldes da ficha de inventário, para que o *developer* tenha somente de inserir estas informações no código das respetivas plataformas.

3. Desenvolvimento e Codificação da App e Website.

Após conclusão dos testes de usabilidade e parte do levantamento patrimonial cabe ao *developer* escolher a plataforma de desenvolvimento *web* e *app* de acordo com as funcionalidades e *design* de *interfaces* e *layouts* já desenvolvidos.

Terá de haver um segundo momento de teste de usabilidade que, com base nos *feedbacks*, permitirá mais vezes corrigir certos erros que possam não ter sido identificados num primeiro momento.

É então, por último, que o *website* e *app* serão tornados públicos e acessíveis.

Etapa 2 – Pós-lançamento das plataformas

Após o lançamento do *website* e da *app* é imperativo o desenvolvimento de programas, campanhas de consciencialização e marketing que assegurem o sucesso e a longevidade do projeto.

1. Educação patrimonial

A consciencialização é um aspeto fulcral para a salvaguarda e preservação do património cultural e não poderia ser diferente para a sustentabilidade deste projeto. Assim, é crucial o desenvolvimento de ações educativas junto as escolas e universidades, de modo a promover a valorização do património cultural e o envolvimento comunitário na preservação e conservação do mesmo. São estes jovens, que de um certo modo serão também um canal de comunicação e passarão a “mensagem” para a população mais velha. Criando assim uma “rede” de consciencialização da sociedade.

As ações de sensibilização e educação patrimonial poderão ser feitas junto aos museus, monumentos, espaços culturais e outros locais de referência patrimonial para consciencializar sobre a importância e urgência em preservar os bens patrimoniais, mas também para criar um sentimento de aproximação com os mesmos. Seria também muito interessante e importante, que a estas campanhas deverão ser acompanhadas por uma pessoa de referência, que compreenda os valores associados ao bem patrimonial, impulsionando assim um maior sentimento de envolvimento e orgulho.

Cabe também ao *marketeer* desenvolver campanhas de comunicação que visam a sensibilização, junto a meios como redes sociais, médias locais (rádio e TV), e fisicamente através da organização de *workshops*.

2. Criação de mais conteúdo

Uma vez que neste projeto está intrínseco a uma “continuidade” e aplicabilidade em todo o território nacional, o período “pós-lançamento” também será caracterizado por uma constante atualização dos bens patrimoniais a inventariar. Assim sendo, deverá haver uma gradual extensão da atuação para as restantes nove regiões do país, que deverão ser executados gradualmente para que os esforços desta equipa se centrem numa região de cada vez.

5.4. Recursos financeiros

Nesta primeira fase torna-se irreal a definição de um orçamento exato para a implementação e funcionamento do projeto, pois será ainda necessário realizar uma investigação do mercado que permitirá estabelecer custos e despesas. É por este motivo que na *Etapa 1*, dever-se-á realizar um plano operacional detalhado, segundo as diretrizes já expostas acima e de acordo com as recomendações facultadas pelos especialistas no contexto patrimonial guineense.

Após isto, será necessário realizar uma análise de possíveis financiadores nacionais e internacionais, como programas de financiamento, financiamentos particulares, financiamentos governamentais ou financiamentos coletivos, como *crowdfunding*, em que o projeto se enquadre no campo de atuação ou que possam estar interessados em patrocinar.

O valor do financiamento final terá de ter em conta os custos do projeto, que, de uma maneira geral, até ao momento são:

- Compra de hospedagem e domínio do *website*;
- Programação e armazenamento de dados;
- Custos de tecnologia, equipamentos e *softwares*;
- Espaço físico;
- Salários;
- Questões legais, como licenças de atuação;
- Deslocações e alojamento em áreas de inventariação;
- Produção de comunicações físicas distribuíveis;
- Digitalização e salvaguarda de documentos.

Para suprir esta necessidade de total financeiramente será importante também celebrar algumas parcerias com Entidades Públicas, associações culturais, entre outros.

CAPÍTULO 6- Turismo e o Património Cultural

O turismo está essencialmente relacionado com questões motivacionais, valorização das culturas e por consequente do seu património cultural, e desempenha um “papel fundamental nos domínios económico, social, cultural, educativo, científico, ecológico e estético” (ICOMOS, 1999: 1). Esta atividade oferece oportunidades na criação de empregos e contribui positivamente para a receita do país, através criação de pequenas empresas, cooperativas, associações que trabalham com o património, no entanto o próprio património também pode criar recursos e receitas muito significativas.

É neste sentido que Carta Internacional do Turismo Cultural de 1999, destaca o património natural e cultural, bem como outras atividades culturais, como grandes atrações turísticas a desenvolver no âmbito do setor do Turismo.

“The alliance between conservation, education and tourism has led to what has been termed the ‘heritage industry’” (Uzzell, 2006: 1). Face ao interesse da indústria turística pelo património, a interpretação e divulgação do património revelam-se cruciais, não só para dar a conhecer os significados aos visitantes e turistas, mas também para incentivar o respeito, valorização e preservação do património, pois o turismo excessivo e imprudente contribui para a degradação do bem patrimonial, e é preciso reduzir o impacto da utilização turística sobre o bem, pois, apesar de poder ser prejudicial para a preservação física do património, o turismo cultural, se bem gerido, pode ser entendido como uma forma de salvaguarda da memória.

Esta consciência patrimonial é conseguida através de projetos e estratégias que integram a apresentação e a interpretação dos conjuntos patrimoniais, bem como as atividades culturais, no contexto da sua proteção e da sua conservação. Os programas de interpretação devem apresentar informações de qualidade que permitam ao visitante apreender características significativas junto os locais que se expressam as páticas imateriais, as tradições e práticas culturais, de uma forma autêntica e acessível às comunidades de acolhimento e aos visitantes.

Os programas de interpretação associados ao Turismo Cultural devem ter em conta o respeito pelas comunidades locais que acolhem os visitantes e a inclusão os mesmos na elaboração e execução de projetos de valorização do património, até porque estes testemunhos locais acrescentam um valor de autenticidade muito importante para o turismo cultural. Encorajando assim o interesse da comunidade pela gestão do

património, a formação e o emprego de intérpretes e guias locais, conversadores de monumentos e museus e responsáveis da indústria turística.

No entanto esta não é a realidade deste país de língua crioula: “(...) Guiné-Bissau não é um país que tem um produto turístico desenvolvido, não tem operadores turístico em larga escala” (Santos et al., 2009: 10).

O turismo guineense é um setor que, infelizmente, é quase nulo, praticado somente em alguns arquipélagos como Bolama-Bijagós, em cidades como da região de Bolama, onde se pratica um ecoturismo centrado na pesca desportiva (Pinto, 2018). Associado à cidade de Bolama, da antiga capital no período colonial, também consta algum turismo histórico-cultural (Santos et al., 2009: 10).

Ainda que com dimensões reduzidas, existe também uma “demanda de turistas de lazer que visita determinados atrativos do país, sendo estes predominantemente portugueses, brasileiros, espanhóis, franceses e italianos” (Santos et al., 2009: 10), que buscam um turismo de lazer e rural.

A ausência de uma ampla oferta e procura turística cultural deve-se à associação deste país a uma instabilidade política continuada, consequência de diversas guerras civis e confrontos militares, que provocam um sentimento de hesitação. É necessário desassociar a imagem da Guiné-Bissau destes acontecimentos, algo que só será possível se houver um trabalho de requalificação da imagem internacional, que irá passar pelo investimento do setor turístico nacional e internacional e a criação de políticas públicas que tornem possível um turismo sustentável, mas que também estabeleça as diretrizes e regras que previnam certos problemas que possam vir a surgir.

O turismo e a cultura, são setores de grande potencialidade, têm de ser vistas como setores que garantem uma sustentabilidade económica e certamente contribuem para melhoria da situação económica das famílias e consequentemente do país e, portanto, é necessário desenvolver estratégias de fomento deste setor, por meio da aposta no setor cultural e patrimonial:

“Além da preservação da identidade cultural, a outra vantagem são os recursos económicos que gerariam para o Estado, por exemplo a Fortaleza da Amura, se para entrar a pessoa têm de pagar um montante” Arafan (#6, entr. F).

Outra grande aposta poderia ser um investimento do desenvolvimento do turismo nas áreas rurais, como uma forma de descentralizar as receitas que esta atividade pode vir a proporcionar e também como forma de conhecer a “pureza” das manifestações e valores culturais guineenses. Deste modo, o turismo junto às tabancas (aldeias e zonas rurais),

onde ainda se preserva uma certa identidade cultural guineenses, seria uma aposta muito interessante.

Em suma, os turismos culturais têm então de começar a ser vistos como um setor a investir pois, além de ser um aliado na proteção do Património Cultural, promovem uma série de benefícios para a comunidade local, entre eles a melhoria da economia local e consequentemente as receitas das famílias envolvidas neste setor, ou até mesmo dos artesãos e futuros empreendedores que venham a atuar neste campo. Consequentemente, um maior fluxo de visitantes pode levar a um maior investimento das autoridades locais em infraestruturas como instalações sanitárias, estradas, transportes públicos, entre outros serviços que beneficiam também a comunidade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ninguém defende conscientemente o que não conhece, o que não lhe ensinaram a respeitar, a amar. Poucos são os que se apercebem de que existem à sua volta “coisas” que contam histórias sem palavras. Não as entendem... Não captam os sinais que elas enviam...

Essa compreensão não nasce espontaneamente.” (Fundação Mário Soares/Casa Comum, s.d: Pasta 05479.013)

A Guiné-Bissau é um país que comporta uma vasta diversidade cultural, que resulta da coexistência de diversos grupos étnicos que produziram ao longo dos anos distintas manifestações artísticas e bens culturais materiais e imateriais que, atualmente, encontram-se em um grave risco de extinção. No caso dos bens patrimoniais devido à desvalorização, ausência de proteção legal e ações de conservação, e nos bens imateriais, na sua generalidade, o processo de globalização, a assimilação étnica e, principalmente, o desaparecimento da transmissão oral, principal fonte de manutenção destes saberes e tradições.

Neste trabalho de projeto foi elaborada uma investigação dos trabalhos, estudos, projetos e iniciativas desenvolvidas no panorama do património cultural guineense, que visam documentar estas manifestações patrimoniais, lutando assim contra a sua possível degradação e extinção. Consta assim, uma abordagem em torno do património cultural, essencialmente arquitetónico, produzido no decorrer da ocupação portuguesa, no qual se verificou diversas composições arquitetónicas e urbanísticas desenvolvidas pelo Gabinete de Urbanização e Edifícios Públicos. Estas investigações e projetos visam identificar e documentar estas conjuntos arquitetónicos do Estado Novo. Destaca-se ainda a criação de alguns arquivos digitais de documentos, fotografias e inventários destes bens patrimoniais.

Outro tipo de estudos e projetos têm como objetivo reafirmar a identidade nacional, indo ao encontro de peças de arte de produção nacional, artes do espetáculo e musicais de cariz tradicional, que de certo modo, tem como propósito expressar a diversidade cultural presente no país. Estes projetos, na sua generalidade, foram financiados e coordenados pela UNESCO, com cooperação com as entidades nacionais. Estes estudos e projetos estão mais focalizados para a salvaguarda do património imaterial. Consta também uma grande cooperação com certas entidades portuguesas, com financiamentos

europeus, que por meio de uma série de iniciativas, propostas e atividades, como guia turístico ou encontros culturais, que têm como propósito aproximação e a familiarização das comunidades locais com as suas manifestações culturais.

Durante o percurso deste trabalho, foi possível compreender que, infelizmente, as iniciativas nacionais são reduzidas, destacando-se a fundação do INEP como órgão público encarregue pela preservação e conservação do património documental, que consoante as suas capacidades vão gerindo esta missão de salvaguarda, que não é fácil, devido aos reduzidos recursos financeiros, humanos e também ausência de políticas públicas da cultura e, consequentemente, do património cultural.

Neste trabalho de projeto foi possível também constatar que existe sim uma vontade e esforço, por parte de agentes culturais, em preservar os bens patrimoniais, através de esforços e iniciativas pessoais, no seu alcance, empenham-se nesta situação patrimonial. Estes procuram junto as entidades privadas e governamentais o reconhecimento e recursos financeiros para a conservação dos mesmos.

Ainda assim, ao longo da República da Guiné-Bissau, o setor cultural, que abrange o património cultural, não consta como uma prioridade governamental. Este é referenciada somente no Artigo 17.º da Constituição da República da Guiné-Bissau, porém não consta nenhuma legislação que regule a sua atuação, ou até mesmo, ações que visem a preservação e salvaguarda do seu património cultural. Existem, sim, programações e projetos que, lamentavelmente, foram interrompidos por diversos momentos de instabilidade política e descontinuidade administrativa, o que levou com que em 1998, o único registo de inventário patrimonial fosse destruído, retornando assim a estaca zero.

Não obstante a situação política, também foi possível constatar um descaso do Governo com o Património Cultural que se reflete também na população, principalmente na maioria dos jovens, que, por falta de incentivos e programação cultural, não reconhecem os seus valores e consequentemente a necessidade de preservar os diversos tipos de bens patrimoniais.

A junção de todos estes aspetos, fez com que este trabalho de projeto tivesse como principal objetivo combater a ausência de salvaguarda do património cultural guineense e a gradual extinção de testemunhos orais. Para tal, foi proposto o desenvolvimento de um mecanismo de preservação dos bens patrimoniais e testemunhos orais, suportado por uma plataforma digital. Esta escolha deveu-se, principalmente, a três motivos. Primeiramente, porque a coordenação de um registo físico com um registo digital é muito importante, uma vez que já se verificou que a preservação do património documental é

complicada, assim dificilmente as informações recolhidas e, futuramente, disponibilizadas em uma plataforma digital se perderão.

O segundo motivo, deve-se ao alcance quase ilimitado da *internet*, assim estas informações patrimoniais não se restringirão a um determinado grupo de pessoas locais, mas sim, serão disseminadas pelo mundo todo.

Por último, a necessidade de uma abordagem colaborativa entre técnicos e indivíduos da comunidade, que é essencial para a preservação do património, uma vez que a oralidade é um fator que se manifesta na comunidade guineense. Assim, esta inquestionável abordagem necessitava de uma grande amplitude geográfica para incentivar, não só, a partilha de informações por parte de qualquer cidadão, mas também impulsionar uma gradual consciência cultural que, conseqüentemente, formará um relacionamento saudável entre o património cultural e a sua comunidade.

Deste modo, este mecanismo, intitulado *Nô Guiné!*, surgiu do desejo pessoal de projetar uma abordagem que contribuísse para a preservação e envolvimento da comunidade com os seus bens patrimoniais, pois ninguém ama o que não conhece.

Por consequência, o trabalho teve, então como foco a *Inventariação*, uma vez que este representa, além da *Identificação*, o primeiro passo a realizar para alcançar a gestão e salvaguarda do património cultural nacional, passo este que precisa de ser dado imediatamente na Guiné-Bissau. Deste modo, estes dois mecanismos desenvolvidos, têm como foco a criação de uma base de dados de bens patrimoniais inventariados e testemunhos orais e, por conseqüente, a criação de um mapeamento cultural, de acordo com bens previamente inventariados. Este mecanismo, permitirá, não só a gestão dos mesmos, mas também impulsionará a familiaridade e aproximação da comunidade com o património cultural, através de uma consciencialização sociocultural e participação ativa.

Considera-se que este mecanismo de inventariação colaborativa é deverás significativo, pela sua inovação no contexto patrimonial guineense, mas também porque estabelece uma ficha modelo de recolha e inventariação, um levantamento de 132 bens patrimoniais presentes na cidade de Bissau e um produto visual que tem uma grande potencialidade. A aposta neste projeto poderá não só ser uma mais-valia para o contexto cultural, mas também para a indústria turística e possíveis ações/projetos de empreendedorismo que possam vir a surgir, gerando renda, não só para entidades e organizações do país, mas também para as famílias.

Por último, resta-me ainda referir alguns tópicos como limitações e recomendações futuras. No que toca às limitações, destaca-se somente a ausência de dados precisos, como dados estatísticos e registos documentais, que ajudassem a ilustrar melhor a situação cultural do país.

Relativamente a recomendações futuras, primeiramente, no que toca a este projeto, destaca-se que este é um trabalho contínuo e sujeito a alterações e adaptações a medida que se vai afunilando, por este motivo será necessário realizar uma pesquisa mais detalhada do mercado, o que permitirá a otimização do plano estratégico já apresentado, definindo metas e marcos numa linha cronologia exata, e os respetivos recursos necessários. É também necessário o desenvolvimento de um plano operacional a curto prazo, definindo todas as tarefas e etapas de atuação num cronograma de um ano.

A consciência de que estudo do Património Cultural é um trabalho multidisciplinar e de este trabalho de projeto representa somente um contributo para a situação patrimonial guineense, deixa que existam muitas outras pesquisas que possam vir a surgir para o contexto do Património Cultural. Outra questão de grande relevância deve ser abordada, é a *Interpretação*, e a necessidade de desenvolver investigações e projetos “abram caminho” para despertar a sensibilidade e sentimento de utilidade do Património Cultural, uma vez que a proteção legal é inexistente há que apostar na proteção espontânea.

Deixo ainda os meus votos pessoais de que o novo governo legislativo PAI -Terra Ranka, eleito a 4 de junho de 2023, que tomou posse em agosto de 2023, esta coligação é liderada por Domingos Simões Pereira, presidente do PAIGC (Expresso, 2013) e antigo primeiro ministro, até a sua destituição, do IX Governo Constitucional da Guiné-Bissau, rotome a proposta do *Plano Nacional de 2015-2020 da Guiné-Bissau*, com subtítulo *Terra Ranka*, no qual estavam presentes uma série de programas de em torno do património cultural, principalmente arquitetónico, que nunca se viram a realizar devido a descontinuidade administrativa de decisões políticas de governos antecedentes. E que também sejam, finalmente, desenvolvidas políticas públicas da cultura e consequentemente do Património Cultural.

Fontes

Legislação Internacional

- Conselho da Europa. (1975). *Declaração de Amesterdão: Conclusões do Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu* (Amesterdão). https://icomos.pt/images/pdfs/2021/19_Declarao_de_Amesterdo_1975.pdf.
- Conselho da Europa (1985). *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa* (Granada). <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/rar5-1991.pdf>.
- Conselho da Europa. (1992). *Convenção Europeia Revista para a Protecção do Património Arqueológico* (Malta). <https://www.ministeriopublico.pt/instrumento/convencao-europeia-para-proteccao-do-patrimonio-arqueologico-revista-5>.
- Conselho da Europa (2005). *Convenção-Quadro do Conselho da Europa sobre o Valor do Património Cultural para a Sociedade* (Faro). <https://rm.coe.int/1680083746>.
- Decreto Lei nº 107/2001 do Ministério da Cultura. (2001). *Diário da República: I Série-A*, nº209 (2001-09-08), 5808-5829.
- Decreto Lei nº 148/2015 do Ministério da Cultura. (2015). *Diário da República: I Série-N*, nº150 (2015-08-04), 5347-5361.
- ICOMOS (1999). *Carta Internacional sobre o Turismo Cultural*. Cidade do México. <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/39%20Carta%20turismo%20cultural%20-%20ICOMOS%201999.pdf>.
- ICOMOS (2008). *Carta sobre a interpretação e a apresentação de sítios culturais*. Quebeque. <https://icomos.pt/images/pdfs/2021/50%20Carta%20interpreta%C3%A7%C3%A3o%20e%20apresenta%C3%A7%C3%A3o%20s%C3%ADtios%20-%20ICOMOS%202008.pdf>.
- UNESCO. (1972). *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* (Paris). <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>
- UNESCO. (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>.

Legislação Guineense

Constituição da República da Guiné-Bissau. Disponível em https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/guine_constituicao.pdf

Declaração de Dili sobre a Situação na Guiné-Bissau (2014). X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Dili, 23 de julho de 2014.

Arquivos

Fundação Mário Soares/Casa Comum. (1976). Sem Título. [Online]. Fundação Mário Soares / DTC - Documentos Mário e Alice Chicó. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05448.003>. Consultado em 18 de abril de 2023.

Fundação Mário Soares/Casa Comum. (s.d.) *Apontamento para um Roteiro Cultural de Lisboa*. Fundo DFL-Documentos Felicidade Alves, Pasta 07469.002.001 [Online]. <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07469.002.001>. Consultado em 18 de abril de 2023.

Fundação Mário Soares/Casa Comum. (s.d.) *Ainda a defesa do futuro do património cultural*. Fundo DTC-Documentos Mário e Alice Chicó, Pasta 05479.013 [Online]. http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_120144. Consultado em 18 de abril de 2023.

Fundação Mário Soares/Casa Comum. (s.d.). *Espectáculo de dança tradicional da Guiné-Bissau*. Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral, Pasta 0547.000.135 [Online]. <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05247.000.135#!1>. Consultado em 18 de abril de 2023.

Fontes Documentais

Direção Geral da Educação Inclusiva, Unicef & Humanité Inclusion. (2022). *Plano Estratégico Nacional de Educação Inclusiva para a Guiné-Bissau 2022 – 2028*. Guiné-Bissau.

Fundação Fé e Cooperação. (s.d.). *Cultura i nô balur- uma estratégia de Educação para a Cultura na Guiné-Bissau*. https://www.fecongdp.org/project/cultura-i-no-balur/?doing_wp_cron=1663684354.3125150203704833984375. Consultado em 10 de março de 2023.

Fundo Monetário Internacional. (2011, dezembro). *Guiné-Bissau: Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza* (FMI No. 11/353). https://plataformabioksan.com/wp-content/uploads/2020/08/DENARP_II.pdf

“Heritage Inventories”. *Arches*. <https://www.archesproject.org/heritage-inventories/>.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa. (s.d.). *O INEP*. <http://www.inep-bissau.org/>. Consultado em 10 de março de 2023.

INEP. (s.d.). *Organização*. <http://www.inep-bissau.org/Organizacao/tabid/54/Default.aspx>. Consultado em 10 de março de 2023.

Instituto Camões. (2008). *Programa Indicativo de Cooperação Portuguesa com Guiné-Bissau (2008-2010)*. https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/pic_guine_08_11.pdf

Instituto Marquês de Valle Flôr. (s.d.). *Bijagós, Bemba di Vida! - Ação cívica para o Resgate e Valorização de um Património da Humanidade*. <https://www.imvf.org/project/bijagos-bemba-di-vida-acao-civica-para-o-resgate-e-valorizacao-de-um-patrimonio-da-humanidade/>. Consultado em 10 de março de 2023.

IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. (2008). *Programa Indicativo de Cooperação: Portugal: Guiné-Bissau (2008-2010)*. https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/pic_guine_08_11.pdf. Consultado em 10 de março de 2023.

Ministério da Economia do Plano e Integração Regional – MEPIR (2020). *Plano de Desenvolvimento, Bissau*. Disponível em <https://www.mef.gw/publicacoes/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd/24-pnd2020-1/file>. Consultado em 10 de março de 2023.

Ministério das Finanças - MF (2020). *Proposta de Orçamento Geral do Estado para 2021*. Bissau. <https://www.gov.gw/publicacoes>. Consultado em 10 de março de 2023

MF (2021). *Proposta de Orçamento Geral do Estado para 2022*. Bissau. <https://www.gov.gw/publicacoes> Consultado em 10 de março de 2023

Programa estratégico de Cooperação Portugal- Guiné-Bissau: 2021-2025. https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/PEC_POR-GB_2021-2025_VF.pdf Consultado em 10 de março de 2023.

República da Guiné-Bissau (2014). *Programa de governação para a IX Legislatura (2014-2018)*. <https://www.cabri-sbo.org/uploads/bia/guinea->

[bissau 2014 planning external national plan author region portuguese .pdf](#)

Consultado em 10 de março de 2023.

República da Guiné-Bissau (2015). *Guiné-Bissau 2025: Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 “Terra Ranka”, Documento II: Relatório final.*

<https://www.lerenovaveis.org/contents/lerpublication/plano-estrategico-e-operacional-2015-2020-terra-ranka.pdf> . Consultado em 10 de março de 2023

UNESCO (2012). *Inventory of Intangible Cultural Heritage in Seychelles.*

<https://ich.unesco.org/en/assistances/inventory-of-intangible-cultural-heritage-in-seychelles-00296>. Consultado em 10 de março de 2023.

UNESCO (2016, julho). *Final project Report: Strengthening capacities of Portuguese-speaking countries in Africa for implementing the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage.* <https://ich.unesco.org/en/projects/strengthening-national-capacities-for-effective-intangible-cultural-heritage-safeguarding-in-selected-palop-countries-00279>.

<https://ich.unesco.org/en/projects/strengthening-national-capacities-for-effective-intangible-cultural-heritage-safeguarding-in-selected-palop-countries-00279>. Consultado em 10 de março de 2023.

Bibliografia

- AHU. (2020, abril). Guiné. AHU – *Arquivo Histórico Ultramarino*.
<https://digitarq.ahu.arquivos.pt/details?id=1386465>
- Albuquerque, L. A. (2011). Política cultural: conceitos e tipologias. *Cadernos PAR*, 4, pp. 91-97. <http://hdl.handle.net/10400.8/403>.
- Arches (2018, julho). Inventários Patrimoniais. *Arches*.
<https://www.archesproject.org/heritage-inventories/>
- Assembleia da República. (s.d.) *A Revolta da Maria da Fonte*.
<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/Revolta-Maria-da-Fonte.aspx>.
Consultado em 08 de outubro de 2023.
- Barbosa, J.A. (2015). *Língua e Desenvolvimento: o caso da Guiné-Bissau* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa.
<http://hdl.handle.net/10451/18319>.
- Benzinho, J., Rosa, M. (2018). *Guia Turístico: à descoberta da Guiné-Bissau*. 2º edição.
https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/guia_turistico_guine_bissau_ue_acl2018_pt_web.pdf
- Botelho, I. (2001). Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. *São Paulo em Perspectiva*, 15 (2), pp. 73-83. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000200011>
- Bucal, V., Machado, E. G. (2022). Os desafios de construção das políticas culturais na Guiné-Bissau. *Revista de Políticas Públicas*, 26 (1), pp. 360–374.
<https://doi.org/10.18764/2178-2865.v26n1p360-374>.
- Cahen, M. (2015). Pontos comuns e heterogeneidade das culturas políticas nos PALOPS: Um ponto de vista “pós-póscolonial”. *História: Questões & Debates*, 62 (1), pp. 19-47. <https://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/44146/26707>.
- Canada's Historic Places (s.d.) *Canadian Register Search Results*.
<https://www.historicplaces.ca/en/results-resultats.aspx?m=2&Keyword=heritage%20lighthouse>
- Canto, R. A. (2020). *Os bijagós da Guiné-Bissau: ancestralidade, cultura marítima e resistência histórico-cultural*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Rio Grande do Sul]. UFRGS LUME – Repositório Digital.
<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/213056>.

- Cardoso, N. C. (2020). *Abordagens Colaborativas ao Património Cultural Mapeamento Cultural Colaborativo da zona de Carnide Luz* [Dissertação de Mestrado, ISCTE-IUL]. Repositório do ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/26558>
- DGPC (2021). *A Convenção de Faro: património cultural-um caminho para o futuro*. DGPC. <https://rm.coe.int/a-convencao-de-faro-patrimonio-cultural-um-caminho-para-o-futuro-/1680a3e95e>.
- Djaló, I. (2020). *Os desafios da preservação e conservação do património histórico-documental da Guiné-Bissau* [Dissertação de mestrado, Universidade Aberta]. Repositório Universidade Aberta. https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/10742/1/TMGIBE_IagubaDajlo.pdf.
- Durn, S. (2021, dezembro). Hand of Timba. Praça dos Martires. Bissau, Guinea-Bissau. (Online), *Atlas Obscura*. <https://www.atlasobscura.com/places/hand-of-timba>. Consultado em 03 de outubro de 2023.
- Esteves, A.; Azevedo, J. (1998). *Metodologias qualitativas para as ciências sociais*. Instituto de Sociologia.
- Etheria Magazine (2020, outubro). “Pano di pinti, el tejido sagrado de Guinea Bissau”. (Online), *Etheria Magazine*. <https://etheriamagazine.com/2020/10/15/pano-di-pinti-tejido-sagrado-de-los-pepel-y-manjaka-de-guinea-bissau/>. Consultado em 03 de outubro de 2023.
- Expresso (2023, junho). Eleições na Guiné-Bissau: coligação PAI -Terra Ranka vence legislativas com maioria absoluta. (Online), *Expresso*. <https://expresso.pt/internacional/afrika/2023-06-08-Eleicoes-na-Guine-Bissau-coligacao-PAI---Terra-Ranka-vence-legislativas-com-maioria-absoluta-cef03de8>. Consultado em 21 de outubro de 2023.
- Fernandes, L. (2019, agosto). Transcrição: Modelo Editado X Literal. (Online). <https://modelotranscricoes.com.br/2019/08/26/transcricao-editado-versus-literal/>. Consultado em 22 de outubro de 2023.
- Gonçalves, F.J.B. (2017). *A Interpretação do Património como fator de desenvolvimento do Turismo Cultural e Criativo. O caso do Galo de Barcelos* [Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro]. RIA- Repositório Institucional da Universidade de Aveiro. <https://ria.ua.pt/handle/10773/27492>.

- Heller, E. (2013). *A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão*. Editora G. Gili, Lda.
- Ié, N. C. (2019). Sistema político de governação na Guiné-Bissau (1991-2019). [Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês]. https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1657/3/2019_arti_nival_doie.pdf.
- IPHAN (2020, novembro). *Apresentação*. <https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/apresentacao>
- IPHAN (2016). Educação Patrimonial: inventário patrimonial: manual de aplicação (1ª edição). http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf. Consultado em 14 de março de 2023.
- IPHAN (s.d.). *Patrimônio Imaterial*. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234/>
- Jardim, G.D. (2020). *Ações de salvaguarda do Património Cultural Imaterial presentes no Quilombo Kalunga, Brasil e em Cacheu, na Guiné-Bissau: desafios, avanços e perspectivas*. [Dissertação de mestrado, ISCTE-IUL]. Repositório do ISCTE. <http://hdl.handle.net/10071/21575>
- Lopes, C., Cardoso, C., Mendy, P. (1999). Destruição da memória colectiva de um povo A tragédia do Inep da Guiné-Bissau. *Lusotopie* (6), pp. 473-476. https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1999_num_6_1_1289.
- Mariz, V. F. (2016). *A “memória do império” ou o “império da memória”: A salvaguarda do património arquitectónico português ultramarino (1930-1974)* [Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/24290>
- Mendes, A., Sarrô, R., Temudo, A. (2018). *O Museu Etnográfico Nacional da Guiné-Bissau: imagens para uma história*. https://www.academia.edu/42755620/O_MUSEU_ETNOGR%C3%81FICO_NACIONAL_DA_GUIN%C3%89_BISSAU_IMAGENS_PARA_UMA_HIST%C3%93RIA_EL_MUSEO_ETNOGR%C3%81FICO_NACIONAL_DE_GUINEA_BISSAU_IM%C3%81GENES_PARA_UNA_HISTORIA_ALBANO_MENDES_RAMON_SARR%C3%93_ANA_TEMUDO

- Mendes, L.F. (2010). *Democracia na Guiné-Bissau: por uma mudança de mentalidades*. [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/14471>
- Milheiro, A. V., Dias. E. C. (2009). Arquitectura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização colonial (1944-1974). *arq.urb*, 2, pp. 80-114. <http://hdl.handle.net/10071/7029>
- Milheiro, A. V. (2015). *Arquitecturas Coloniais Africanas no fim do "Império Português"*. Relógio D'Água.
- Milheiro, A. V. (2017). *African colonial architectures at the end of the "Portuguese Empire"*. Relógio d'Água.
- Milheiro, A. V. (2011). *Guiné-Bissau, 2011*. Circo de ideias
- Milheiro, A.V. (s.d.). *Pavilhão de Tisiologia do Antigo Hospital de Bissau [Hospital 3 de Agosto]*. Disponível em <https://hpip.org/pt/heritage/details/2223>. Consultado em 03 de setembro de 2023
- Milheiro, A. V., Dias. E. C. (2009). Arquitectura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização colonial (1944-1974). *arq.urb*, 2, pp. 80-114. <http://hdl.handle.net/10071/7029>
- O Democrata. (2015, fevereiro). Imagens do Carnaval 2015: Desfile Nacional- Guiné-Bissau. <https://www.odemocratagb.com/?p=3773>. Consultado em 22 de outubro de 2023.
- Pinto, A. (2018). *Políticas Públicas de promoção turística e desenvolvimento local e , sustentável: um estudo de caso em Bolama-Bijagós/Guiné-Bissau* [Tese de Doutoramento, Universidade Federal de Goiás]. Repositório da UFG. <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8525>
- Quivy, Raymond (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Grávida.
- s.a. (s.d.). *Governo da Guiné-Bissau*. <https://gov.gw>. Consultado a 10 de março de 2023.
- Sampaio, A. B., Mendonça, E. C. (2018). Democracia cultural, museu e património: relações para a garantia dos direitos culturais. *E-cadernos CES*, 30, pp. 14-38. <https://journals.openedition.org/eces/3674>
- Santana, S.G. (2015). *Guiné-Bissau: que políticas culturais?* [Dissertação de mestrado, ISCTE. - IUL]. Repositório do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/11002>

- Santo, J. E. (2019). Artigo 17º. Em Centro de Estudos e de Apoio às Reformas Legislativas (Ed.), *Constituição da República da Guiné-Bissau: Anotada* (47-50).
- Santos, L. C. D., Santos, A.D.D. (2021). *Projeto de Aplicativo para Inventário do Patrimônio Cultural Participativo: Uso da TIC no planejamento urbano de Taubaté* [Apresentação de Poster]. 2021 International Conference: 27th World Congress of Architects. <https://www.acsa-arch.org/chapter/projeto-de-aplicativo-para-inventario-do-patrimonio-cultural-participativo-uso-da-tic-no-planejamento-urbano-de-taubate/>. Consultado a 03 de outubro de 2023.
- Santos, M., Allis, T., Cá, J., Landim, C. (2019). *Turismo na Guiné Bissau: paradoxos e perspectivas para um país em conflito*. <https://www.researchgate.net/publication/331162919>
- Santos, J. M. F. (2007). *Património e turismo: o poder da narrativa*, Lisboa, Edições Colibri.
- Semedo, O. D. C. S. (2010). *As Mandjuandadi – cantigas de mulher na Guiné-Bissau: da tradição oral à literatura* [Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais]. Biblioteca Digital da PUC Minas. <https://docslib.org/doc/11390197/as-mandjuandadi-cantigas-de-mulher-na-guin%C3%A9-bissau-da-tradi%C3%A7%C3%A3o-oral-%C3%A0-literatura>
- Simão, L. (2005). Certificando culturas: inventário e registo do Patrimônio Imaterial. *Mneme – Revista de Humanidades*, 7 (8), pp. 9-29. <http://www.seol.com.br/mneme>.
- Sousa, F. (2017). Map of e-Inventories of Intangible Cultural Heritage, Mapa dos e-Inventários do Patrimônio Cultural Imaterial. *MEMORIAMEDIA Review*, 1. <https://review.memoriamedia.net/index.php/map-of-e-inventories-of-intangible-cultural-heritage>. Consultado em 10 de março de 2023.
- TDAR. (s.d.). *Digital Antiquity: The Digital Archaeological Record*. <https://core.tdar.org/search/>
- Teixeira, M. (s.d.). Bissau / Guiné-Bissau / Golfo da Guiné/ São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau. Enquadramento Histórico e Urbanismo. *HPIP Património de Influência Portuguesa (online)*. <https://hPIP.org/pt/contents/place/223>. Consultado em 03 de setembro de 2023.
- Temudo. A. (2021). Current challenges for African cultural heritage: a case study of Guinea-Bissau. *MIDAS – Museus e estudos interdisciplinares* [Online], (13), 1-18. <https://doi.org/10.4000/midas.2909>

- UNESCO (2013). *Culture: Key to Sustainable Development Placing Culture at the heart of Sustainable Development Policies*. <https://www.un.org/en/ecosoc/innovfair2013/docs/unesco2.pdf>. Consultado em 10 de março de 2023.
- UNESCO (2014). *Inventário Comunitário em Chinhambuzi: Província de Manica, Moçambique*. [Preliminary version of the Mozambique Inventory Report.pdf \(unesco.org\)](#)
- Uzzell, D. (2006). Interpreting our heritage: A theoretical interpretation. In L. Smith (Ed.), *Cultural Heritage: Critical Concepts in Media and Cultural Studies* (pp. 1–11). https://www.researchgate.net/publication/234167135_Interpreting_our_heritage_A_theoretical_interpretation. Consultado em 15 de março de 2023.
- Vida (s.d.) *3º Encontro com a Cultura: Arquico e tradição oral na Guiné-Bissau*. <https://vida.org.pt/3-encontro-com-a-cultura/>. Consultado em 10 de março de 2023

Multimédia

- UNESCO. (2016, 29 de janeiro). *Essa cultura que te conduz (part 1)* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=PW4WQCprFCM>

Anexos

Anexo A - Modelo dos inquéritos

Projeto: Nô Guiné!

Este questionário dirige-se a comunidade guineense com o intuito de recolher opiniões relativas à preservação do património cultural guineense e, por sua vez, criar um inventário colaborativo para o património cultural, como ferramenta crucial para a criação de futuros projetos de salvaguarda, requalificação e dinamização de uma património deveras vasto e fascinante.

*** Indica uma pergunta obrigatória**

1. Idade*

A sua resposta

2. Indique três bens patrimoniais guineenses.*

A sua resposta

3. Na sua perspectiva, quais são principais barreiras para a preservação do património cultural guineense?*

A sua resposta

4. Acredita que os jovens têm um papel importante na preservação do património cultural? (Escala 0-10)*

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Nada importante

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Muito importante

5. Acredita que a colaboração entre diferentes partes interessadas, como jovens, comunidades locais e especialistas, é crucial na preservação do património cultural?*

☐ Sim

☐ Não

6. Que medidas considera necessárias para tornar o património cultural mais acessível e atrativo para a população jovem?*

A sua resposta

7. Está familiarizado com o termo "inventário do património cultural"? *

☐ Sim

☐ Não

Se sim, o que entende por isso?

A sua resposta

8. Considera que os inventários do património cultural são importantes para preservar a identidade e a história da Guiné-Bissau? *

☐ Sim

☐ Não

Se sim, por quê?

A sua resposta

9. Já participou em inventários do património cultural? *

☐ Sim

☐ Não

Se sim, de que forma e quais foram suas experiências?

A sua resposta

10. Relativamente às ferramentas digitais na criação e divulgação dos inventários do património cultural, quais as que conhece? *

☐ Aplicações móveis

☐ Websites

☐ Plataformas online

☐ Outras

☐ Outra: _____

Se indicou "Outras", justifique a sua resposta.

A sua resposta

11. Já utilizou alguma plataforma digital ou aplicação para contribuir com a documentação do património cultural?*

☐ Sim

☐ Não

12. Quais tipos de património cultural que considera mais relevante incluir em um inventário? (Exemplos: composições arquitetónicas, sítios arqueológicos, festivais tradicionais, danças e músicas tradicionais, artesanato, tradições orais, etc.)*

A sua resposta

13. Estaria disposto(a) a contribuir ativamente na criação de inventários do património cultural? *

☐ Sim

☐ Não

Se sim, de que forma?

A sua resposta

Fonte: Elaborado pela autora.

Anexo B - Guião geral das entrevistas

Esta entrevista tem como propósito recolher testemunhos dos agentes culturais guineenses, com o intuito compreender a sua opinião no que diz respeito a aplicação de inventários colaborativos como método de documentação e envolvimento de diversos tipos de participantes/colaboradores no processo de inventariação património cultural guineense.

1. Já participou em projetos relacionados com o património cultural?
2. Como quantificaria o seu interesse na preservação e documentação do património cultural guineense?
3. Está familiarizado com o conceito e os objetivos de um inventário do património cultural?
4. A participação individual das pessoas é importante para a construção de um inventário do património? De que forma?
5. Estaria disponível para participar num projeto de inventário do património cultural? Se sim, em que moldes. Se não, porquê?
6. Quais as vantagens que identifica em inventários do património colaborativos? (exemplo trabalhar em equipa multidisciplinar, com outros participantes de diferentes backgrounds);
7. Quais são os desafios que acredita que podem vir a surgir ao participar (ao longo do processo de inventariação) do inventário do património cultural?
8. Na sua opinião quais são as abordagens a que se devem recorrer para promover a participação e o envolvimento em projetos de cariz colaborativo/comunitário?

Obrigada pela sua contribuição!

Fonte: Elaborado pela autora.

Anexo C- Bens móveis identificados na cidade de Bissau

Património Móvel	
Sem fotografia	Nº de inventário: GB_PM_ Identificação: Cupon, manjaco Descrição: Peça de procedência manjaca, tradicionalmente utilizado para guardar roupas. Foi adquirido no ano de 2004. Material: Fibras de cibe Dimensões: A:64 cm Datação: ? Categoria:Cestaria Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_02 Identificação: Matimbo Descrição: Escultura de procedência nalu, que simboliza o poder do régulo e é utilizado na cerimónia toca choro (funeral) do régulo principal. Foi adquirido no ano de 1985, na região de Tombali. Material: Madeira, couro e pigmentação Dimensões: D: 59 cm; A: 1,50 cm Datação: ? Categoria: Escultura Localização: Acervo do Museu Etnográfico



Nº de inventário: GB_PM_03

Identificação: Busto indígena

Descrição: Escultura busto de um homem indígena, efetuado na época da *Guiné Portuguesa*

Material: Pedra

Dimensões: A: 66 cm

Datação: ?

Categoria: Escultura

Localização: Acervo do Museu Etnográfico



Nº de inventário: GB_PM_04

Identificação: Busto de Amílcar Cabral

Descrição: Escultura busto de autoria do artista Altino Maia.

Material: Ferro fundido

Dimensões: A: 52 cm

Datação: ?

Categoria: Escultura

Localização: Acervo do Museu Etnográfico



Nº de inventário: GB_PM_05

Identificação: Busto de Homem “assimilado”

Descrição: Escultura busto de um homem africano, com características e vestimentas europeias.

Material: Pedra

Dimensões: A: 52 cm

Datação: ?

Categoria: Escultura

Localização: Acervo do Museu Etnográfico



Nº de inventário: GB_PM_06

Identificação: Nimba

Descrição: Escultura de procedência nalu, representativo da Deusa da fertilidade, ora utilizada no início da época da chuva para pedir por uma boa campanha agrícola do arroz, ora as mães pedem proteção aos seus filhos das doenças ou é utilizado para proteção do “fanado” (cerimónia da iniciação masculina).

Material: Madeira

Dimensões: A: 1, 05 cm

Datação: ?

Categoria: Escultura

Localização: Acervo do Museu Etnográfico

	Nº de inventário: GB_PM_07 Identificação: Forquilha da alma Descrição: Escultura de procedência manjaco que representa a figura de um “homem grande” que morreu. Material: Madeira Dimensões: A: 68 cm Datação:? Categoria: Escultura Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_08 Identificação: “Turpeça” (banco) Descrição: Escultura de procedência balanta. Material: Madeira Dimensões: A: 24 cm D: 88 cm Datação: ? Categoria: Escultura Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_09 Identificação: Banco do régulo Descrição: Escultura de procedência bijagó, de utilização exclusiva do régulo (rei/governador de uma região). Foi ofertado no ano de 2018. Material: Madeira e pigmentação Dimensões: A:54 cm Datação: ? Categoria: Escultura Localização: Acervo do Museu Etnográfico



Nº de inventário: GB_PM_10

Identificação: Cungurá (orobo koto)

Descrição: Escultura de procedência bijagó que representa espírito ligado à fertilidade feminina. Foi adquirido no ano de 1985, na zona de Bubaque.

Material: Madeira, têxtil

Dimensões: A: 61 cm

Datação: ?

Categoria: Escultura

Localização: Acervo do Museu Etnográfico



Nº de inventário: GB_PM_11

Identificação: Vaca bruta

Descrição: Escultura de procedência bijagó, utilizada por homens em danças tradicionais em ritos de passagem, no qual figuravam uma luta de touros para mostrar o seu poder e força. Foi adquirido no ano de 1985, na zona de Bubaque.

Material: Madeira, vidro, chifres, couro da vaca

Dimensões: A: 50 cm

Datação: ?

Cabeça: a: 19 cm largura: 27 cm

Categoria: Escultura

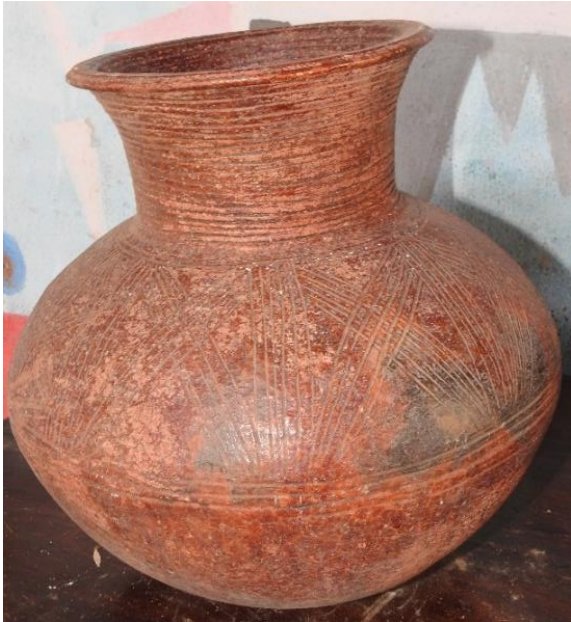
Localização: Acervo do Museu Etnográfico

	Nº de inventário: GB_PM_12 Identificação: Colmeia Descrição: Peça de procedência fula utilizado na apicultura. Foi adquirido no ano 1987. Material: Palha, fibra de palmeira Dimensões: A: 40 cm; D: 100 cm Datação: ? Categoria: Cestaria Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_13 Identificação: La la (a e b) Descrição: Instrumento musical de procedência fula, geralmente, utilizado nos batizados, festividade do casamento, etc. Foi adquirido no ano de 2019, no entroncamento de Cumtubel (Bafatá) Material: Cabaça, anilhas de ferro, madeira, borracha Dimensões: C:26 cm (cada) Datação: ? Categoria: Escultura Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_14 Identificação: Armadura de pesca tradicional Descrição: Peça de procedência fulupe, utilizado na pesca tradicional. Foi adquirido no ano de 1989, em Cacheu. Dimensões: A: 44 cm D maior: 58 cm D menor: 16 cm Material: Ramo de tarafe e fibras de palmeira Datação: ? Categoria: Escultura Localização: Acervo do Museu Etnográfico

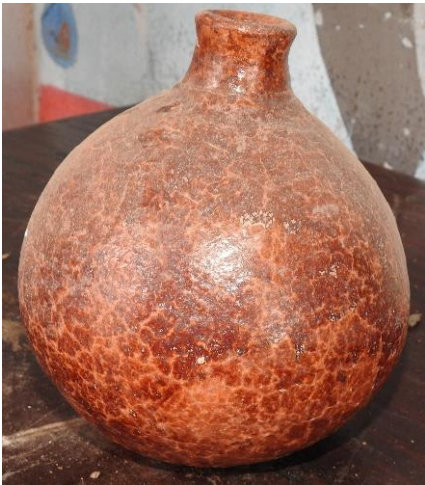
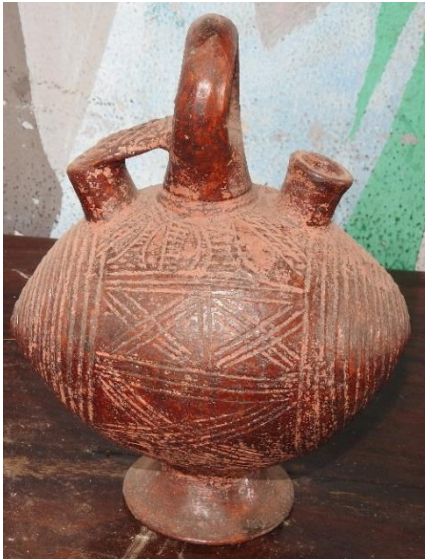
	Nº de inventário: GB_PM_15 Identificação: Balé (cesto) de transporte de cereais Descrição: Peça de procedência balanta, utilizado no transporte de produtos agrícolas como cereais. Material: Folhas de cibe Dimensões: A: 31 cm; D:62 cm Datação:? Categoria: Cestaria Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_16 Identificação: Bolsa de homem balanta Descrição: Peça de procedência balanta, utilizada nas viagens para guardar a comida. Material: Folhas de cibe Dimensões: A:25 cm; C:21 cm Datação: ? Categoria: Cestaria Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_17 Identificação: Tubarão Descrição: Adorno de cabeça utilizado no Carnaval de 2019. Material: Madeira e pigmentação Dimensões: C:1,47 cm Datação: ? Categoria: Escultura Localização: Acervo do Museu Etnográfico

	Nº de inventário: GB_PM_18 Identificação: Tigela Descrição: Peça de procedência bijagó, utilizado na cozinha tradicional, para servir a comida. Foi adquirido no ano de 1990. Material: Madeira Dimensões: D:55 cm Datação: ? Categoria: Escultura Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_19 Identificação: Bale (cesto) Descrição: Peça de procedência balanta utilizada para o transporte de alimentos. Material: Folhas de cibe Dimensões: A: 18 cm; D:27 cm Datação: ? Categoria: Cestaria Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_20 Identificação: Bale (cesto) Descrição: Peça de procedência nalu utilizada na separação dos grãos. Foi adquirido no ano de 1989. Material: Folhas de cibe Dimensões: A: 18 cm; D: 45 cm Datação: ? Categoria: Cestaria Localização: Acervo do Museu Etnográfico

	Nº de inventário: GB_PM_21 Identificação: Balé (cesto) de transporte de cereais Descrição: Peça de procedência manjaco, de usos cerimoniais. Foi adquirido no ano de 1989. Material: Fibras de tara e cibe Dimensões: A: 28 cm; D:59 cm Datação: ? Categoria: Cestaria Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_22 Identificação: Coadeira Descrição: Peça de procedência manjaco, utilizada na cozinha tradicional para filtrar. Foi adquirida no de 1989, em Cacheu. Dimensões: A: 32 cm; D:35 cm Datação: ? Material: Cibe Categoria: Cestaria Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_23 Identificação: Bale Descrição: Peça de procedência fula utilizada na separação dos grãos. Material: Folha de cibe Dimensões: A:6 cm D: 52 cm Datação: ? Categoria: Cestaria Localização: Acervo do Museu Etnográfico

	Nº de inventário: GB_PM_24 Identificação: Bale Descrição: Peça de procedência nalu utilizada na separação dos grãos. Material: Folha/fibra de cibe Dimensões: A:15cm; D:45 cm Datação: ? Categoria: Cestaria Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_25 Identificação: Bale Descrição: Peça de procedência manjaco utilizada na separação dos grãos. Material: Folha de cibe Dimensões: A:16 cm; D:57*58 cm Datação: ? Categoria: Cestaria Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_26 Identificação: Pote de água Descrição: Peça de procedência manjaco, tradicionalmente utilizada na conservação de água de consumo. Material: Argila Dimensões: A:41cm; D maior: 66 cm; D menor: 24 cm Datação: ? Categoria: Olaria Localização: Acervo do Museu Etnográfico

	Nº de inventário: GB_PM_27 Identificação: Moringo (cacjike) barril Descrição: Peça de formato em barril, de procedência manjaco, tradicionalmente utilizada na conservação de água de consumo. Foi adquirido no ano de 2004. Material: Argila Dimensões: A:32cm; D:23 cm Datação: ? Categoria: Olaria Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_28 Identificação: Moringo (cacjike) quadro mamas Descrição: Peça de formato de “quatro mamas”, tradicionalmente utilizada na conservação de água de consumo. Material: Argila Dimensões: A:32 cm; D:23 cm Datação: ? Categoria: Olaria Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_29 Identificação: Moringo duas mamas Descrição: Peça de formato de “duas mamas”, tradicionalmente utilizada na conservação de água de consumo. Foi adquirido no ano de 2004, em Cacheu. Material: Argila Dimensões: A:33 cm; D:26 cm Datação: ? Categoria: Olaria

	Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_30 Identificação: Moringo de vinho de palma Descrição: Tradicionalmente utilizado para extrair o vinho de palma e para transportar o mesmo. Material: Argila Dimensões: A:32 cm; D maior :23 cm; D menor (boca):4 cm Datação: ? Categoria: Olaria Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_31 Identificação: Moringo oval Descrição: Peça de formato oval, tradicionalmente utilizada na conservação de água de consumo. Material: Argila Dimensões: A:32 cm; D:28 cm Datação: ? Categoria: Olaria Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_32 Identificação: Moringo relógio Descrição: Peça que simboliza um relógio, tradicionalmente utilizada na conservação de água de consumo. Material: Argila Dimensões: A:31 cm; C:24 cm Datação: ? Localização: Acervo do Museu Etnográfico



Nº de inventário: GB_PM_33

Identificação: Corda

Descrição: Instrumento de procedência fulupe, usado para subir a palmeira.

Material: Palmeira e pele de vaca

Dimensões: A:118cm; D:57 cm

Datação: ?

Categoria: Instrumentos

Localização: Acervo do Museu Etnográfico



Nº de inventário: GB_PM_34

Identificação: Arado (fefé) balanta

Descrição: Peça de procedência balanta, utilizada na agricultura no cultivo da terra.

Material: Madeira, ferro (lamina), fibra de palmeira

Dimensões: A total:1,33 cm; A da pá: 70 cm

Datação: ?

Categoria: Escultura

Localização: Acervo do Museu Etnográfico



Nº de inventário: GB_PM_35

Identificação: Ninte- Kamatchol

Descrição: Escultura de procedência nalu que associada a proteção em diversos momentos como o fanado, ritos agrários e cerimónias fúnebres. Figura uma ave e serpente que representa o bem e o mal. Este também podia ser utilizado com um adorno na cabeça em danças.

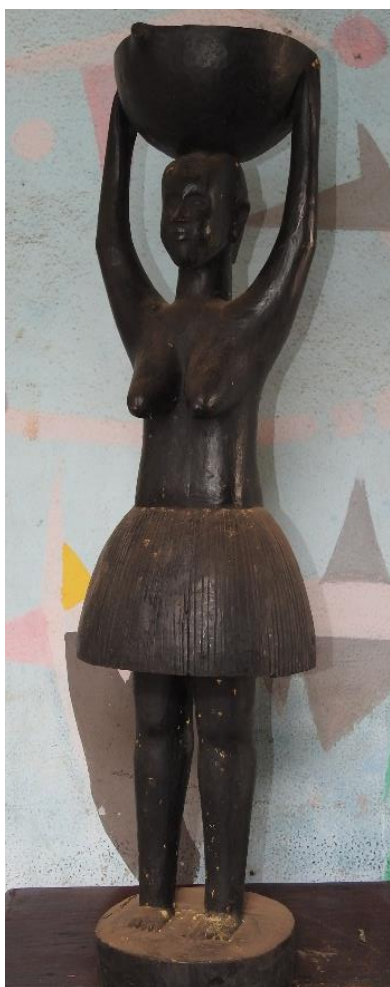
Material: Madeira

Dimensões: A:72 cm; C: 1.23 cm

Datação: ?

Categoria: Escultura

Localização: Acervo do Museu Etnográfico



Nº de inventário: GB_PM_36

Identificação: Campuni

Descrição: Escultura da representação de uma rapariga representativa da menina bijagó que suporta na cabeça uma cabaça. Foi adquirido no ano de 1986.

Material: Madeira

Dimensões: A:115 cm 45cm*37 cm

Material: Madeira

Datação: ?

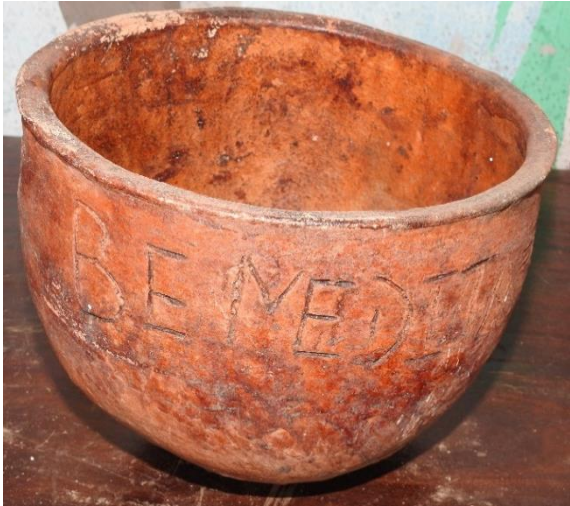
Categoria: Escultura

Localização: Acervo do Museu Etnográfico

	Nº de inventário: GB_PM_37 Identificação: Tambor Descrição: Instrumento musical campune utilizado nas festas tradicionais. Material: Madeira, corda, pele de animal Dimensões: A:32 cm: D:24 cm Datação: ? Categoria: Instrumento de música Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_38 Identificação: Tambor (dondon) Descrição: Instrumento musical de procedência fula, utilizado nas festividades. Foi adquirido no ano de 2017. Material: Madeira, corda, pele de animal Dimensões: A:38 cm; D:18 cm Datação: ? Categoria: Instrumento musical Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_39 Identificação: Balafon (xilofone) Descrição: Instrumento musical utilizado nas festas para acompanhar narrações históricas mandingas. Foi adquirido no ano de 2017. Material: Cabaça, corda e couro Dimensões: C:133 cm Datação: ? Categoria: Instrumento musical

	Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_40 Identificação: Corá (harpa) Descrição: Instrumento de cordas de procedência mandinga. Material: Madeira, corda e cabaça Dimensões: A:118 cm; D:18 cm Datação: ? Categoria: Instrumento musical Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_41 Identificação: Flauta Descrição: Instrumento musical de procedência fula, tradicionalmente utilizada em cerimónias. Material: Madeira, fita e cola Dimensões: A:68 cm Datação: ? Categoria: Instrumento musical Localização: Acervo do Museu Etnográfico

	Nº de inventário: GB_PM_42 Identificação: Nhanhero (violino) Descrição: Instrumento musical de procedência fula, tradicionalmente utilizada em cerimónias e festividades. Foi adquirido no ano de 2017. Material: Madeira rafia, cabaça e pele Dimensões: A: 53 cm Datação: ? Categoria: Instrumento musical Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_43 Identificação: Arado (fefé) Descrição: Instrumento de cultivo tipicamente utilizado pelas comunidades fula e mandiga. Material: Madeira, ferro e cibe Dimensões: C total: 56 cm C da pá: 20 cm Datação: ? Categoria: Escultura Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_44 Identificação: Toncurom Descrição: Instrumento musical de procedência fula, utilizado para acompanhar a narração de histórias. Foi adquirido no ano de 1987. Material: Madeira, couro, prego, fios de nylon Dimensões: A: 75 cm; D: 12,5 cm Datação: ? Categoria: Instrumento musical Localização: Acervo do Museu Etnográfico

	Nº de inventário: GB_PM_45 Identificação: Panela tradicional Descrição: Peça de procedência balanta, utilizada para cozinhar. Material: Argila Dimensões: A:12,5 cm; D:17.5cm Datação: ? Categoria: Olaria Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_46 Identificação: Bindi Descrição: Peça utilizada na cozinha tradicional para cozinhar (à vapor) o couscous. Material: Argila Dimensões: A:20.5 cm; D:26.5 cm Datação: ? Categoria: Olaria Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_47 Identificação: Teste (calequise) Descrição: Peça de procedência manjaca, utilizada na lavagem de defuntos. Foi adquirido no ano de 2004. Material: Argila Dimensões: A:27.5 cm; D:32 cm Datação: ? Categoria: Olaria Localização: Acervo do Museu Etnográfico

	Nº de inventário: GB_PM_48 Identificação: Chapéu Descrição: Peça utilizada na agricultura. Material: Folha de cibe Dimensões: A:21 cm; D:40 cm Datação: ? Categoria: Cestaria Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_49 Identificação: Travessa Descrição: Peça de procedência balanta, utilizada na cozinha tradicional. Material: Argila Dimensões: A: 4 cm; D: 16.5 cm Categoria: Olaria Datação: ? Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_50 Identificação: Forquilha da alma Descrição: Escultura de madeira esculpida, que representa o “homem grande” com um chapéu de alusão aos manjacos. Foi adquirida no ano de 1993. Material: Madeira Dimensões: A:103 cm Datação: ? Categoria: Escultura Localização: Acervo do Museu Etnográfico

	Nº de inventário: GB_PM_51 Identificação: Kasinque Descrição: Peça de procedência bijagó, utilizada pelos homens para guardar os objetos pessoais durante uma viagem. Foi adquirido no ano de 1990. Material: Fibra de palmeira Dimensões: A:32 cm Datação: ? Categoria: Cestaria Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_52 Identificação: Matimbo Descrição: Instrumento musical de procedência nalu, racionalmente utilizado em cerimónias. Na base está apresentado as duas jovens e um jovem que eram enterrados junto ao rego principal. Foi adquirida no ano de 1985. Material: Madeira, couro, pigmentação vegetal Dimensões: A:174m; D do tambor: 59 cm; D da base:52 cm Datação: ? Categoria: Escultura Localização: Acervo do Museu Etnográfico



Nº de inventário: GB_PM_53

Identificação: Canoa

Descrição: Escultura de procedência bijagó, que representa uma canoa. Foi adquirido no ano de 1989.

Material: Madeira, pigmentação vegetal, prego

Dimensões: C:86 cm

Datação: ?

Categoria: Escultura

Localização: Acervo do Museu Etnográfico



Nº de inventário: GB_PM_54

Identificação: Lefé, fulas

Descrição: Peça de procedência fula utilizada na cozinha tradicional, é utilizada para cobrir e refrescar a comida.

Material: Cibe

Dimensões: D:37cm X 36cm

Datação: ?

Categoria: Cestaria

Localização: Acervo do Museu Etnográfico



Nº de inventário: GB_PM_55

Identificação: Chapéu

Descrição: Peça de procedência fula, de utilização exclusiva do regulado da aldeia. Foi adquirido no ano de 2004.

Material: Cibe, couro, napo (plástico)

Dimensões: A:36cm; D:41cm

Datação: ?

Categoria: Cestaria

Localização: Acervo do Museu Etnográfico

	Nº de inventário: GB_PM_56 Identificação: Nfalili Descrição: Adorno de procedência balata, utiliza pelos jovens rapazes ao dançar. Material: Corno, madeira esculpida e fibras de” manpufa” e sindjadura.²¹ Dimensões: C com cifres: 96 cm Datação: ? Categoria: Escultura Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_57 Identificação: Cinto do ventre Descrição: Peça tradicionalmente utilizada para comprimir o ventre após o parto. Foi adquirido no ano de 1990. Material: Fibras de palmeira Dimensões: C:132cm Datação: ? Categoria: Cestaria Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_58 Identificação: Sangra (galinheiro) Descrição: Peça de transporte de galinhas. Material: Folhas de cibe Dimensões: A:50cm Datação: ? Categoria: Cestaria Localização: Acervo do Museu Etnográfico

²¹ Linhas trançadas a vermelho, amarelo e rosa que adornam a peça.

	Nº de inventário: GB_PM_59 Identificação: Sakala Descrição: Escultura que representa uma proteção dos fanados (cerimónia da iniciação masculina) dos biafadas de nalu. Foi adquirido no ano de 1989. Material: Madeira, prego, fara Dimensões: A:121cm Datação: ? Categoria: Escultura Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_60 Identificação: Banda de algodão Descrição: Banda que tradicionalmente era utilizada pelas comunidades fula e mandigas para comprimir o ventre após o parto. Foi adquirido no ano de 2004. Material: Algodão Dimensões: C:372 cm Datação: ? Categoria: Tecelagem Localização: Acervo do Museu Etnográfico
Sem fotografia	Nº de inventário: GB_PM_61 Identificação: Pano de banda, casamento (branco), noite de núpcias Descrição: Pano branco utilizado na noite de núpcias para conferir se

	a moça era donzela. Foi adquirido no ano de 2004, na zona de Gabu. Material: Algodão Dimensões: A:160cm; C:107cm Datação: ? Categoria: Tecelagem Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_62 Identificação: Pano de banda Descrição: Pano utilizado nas cerimónias de casamento para cobrir a noiva. Foi adquirido no ano de 2004, na zona de Gabu. Material: Algodão Dimensões: A:136cm; C:102 cm Datação: ? Categoria: Tecelagem Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_63 Identificação: Camisa mandinga Descrição: Utilizada pelos jovens quando saem do retiro do fanado (cerimónia de iniciação masculina). Material: Tecido e linha Dimensões: ? Datação: ? Categoria: Tecelagem Localização: Acervo do Museu Etnográfico



Nº de inventário: GB_PM_64

Identificação: Pano lancon

Descrição: Pano de pinti (pente) de 12 bandas, utilizada pelo régulo em vida e posteriormente para envolver o seu cadáver. Foi adquirido no ano de 2004.

Material: Algodão

Dimensões: A:200cm; c:290cm

Datação: ?

Categoria: Tecelagem

Localização: Acervo do Museu Etnográfico



Nº de inventário: GB_PM_65

Identificação: Panu bandeira

Descrição: Pano de pinti (pente) com elementos de iconografia portuguesa: bússola e cruz.

Material: Algodão

Dimensões: A:180cm; D:120cm

Datação: ?

Categoria: Tecelagem

Localização: Acervo do Museu Etnográfico



Nº de inventário: GB_PM_66

Identificação: Pano “iran segu” (irã cego)

Descrição: Panu di pinti (pano de pente) utilizado nas festividades e outras ocasiões da vida quotidiana.

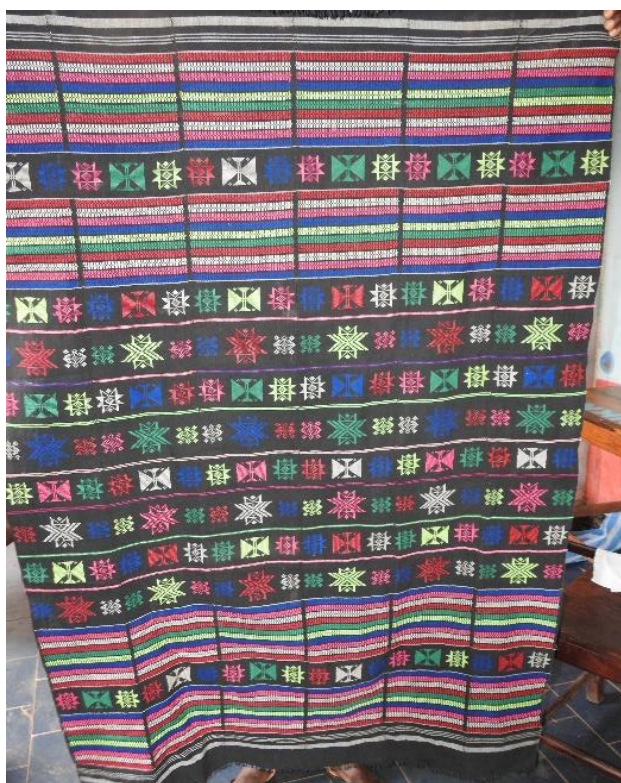
Material: Algodão

Dimensões: A:180cm; C:120cm

Datação: ?

Categoria: Tecelagem

Localização: Acervo do Museu Etnográfico



Nº de inventário: GB_PM_67

Identificação: Pano latrus

Descrição: Panu di pinti (pano de pente) utilizado nas festividades e outras ocasiões da vida quotidiana. Foi adquirido no ano de 2004.

Material: Algodão

Dimensões: A:180cm; C:226cm

Datação: ?

Categoria: Tecelagem

Localização: Acervo do Museu Etnográfico



Nº de inventário: GB_PM_68

Identificação: Pano baba cacheu

Descrição: Panu di pinti (pano de pente) utilizado nas festividades e outras ocasiões da vida quotidiana.

Material: Algodão

Dimensões: A:110cm; C: 180cm

Datação: ?

Categoria: Tecelagem

Localização: Acervo do Museu Etnográfico



Nº de inventário: GB_PM_69

Identificação: Pano miada

Descrição: Panu di pinti (pano de pente) utilizado pela mulher da etnia mancanha para simbolizar o seu luto.

Material: Algodão

Dimensões: A:120 cm; C:180 cm

Datação: ?

Categoria: Tecelagem

Localização: Acervo do Museu Etnográfico

	Nº de inventário: GB_PM_70 Identificação: Pano preto Descrição: Panu di pinti (pano de pente) utilizado em momentos fúnebres Material: Algodão Dimensões: A: 110 cm; C:160cm Datação: ? Categoria: Tecelagem Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_71 Identificação: Bengala de fanado Descrição: Adorno usado no fanado. Foi adquirido no ano de 2004. Material: Madeira (tara) e linha cascavelo Dimensões: A:85cm Datação: ? Categoria: Escultura Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_72 Identificação: Pente de tecer Descrição: Peça de procedência da etnia papet, tradicionalmente utilizada para tecer o pano de pinti (pente). Material: Madeira e linho Dimensões: A:16cm Datação: ? Categoria: Tecelagem Localização: Acervo do Museu Etnográfico

	Nº de inventário: GB_PM_73 Identificação: Máquina de afiação Descrição: Peça de procedência fula, utilizada para afiação (alinhar) das linhas. Material: Madeira Dimensões: A:51cm; C:37 cm Datação: ? Categoria: Escultura Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_74 Identificação: Esteira Descrição: Tradicionalmente utilizada nas cerimónias fúnebres e no “mari” (casamento tradicional) da etnia papel. Foi adquirido no ano de 2004 Material: Fibras de cibe Dimensões: A: 20.9 cm; C: 190,5cm Datação: ? Categoria: Cestaria Localização: Acervo do Museu Etnográfico
	Nº de inventário: GB_PM_75 Identificação: Mão de Timba Descrição: Escultura que “homenageia os estivadores que estiveram entre os primeiros a perder a vida na guerra pela independência da Guiné-Bissau” (Durn, 2021), mas precisamente no Massacre de Pidjiguiti. Datação: ? Categoria: Escultura Localização: Praça dos Mártires (Chão de Papel, Varela)

	Nº de inventário: GB_PM_76 Identificação: Amílcar Cabral Descrição: Escultura busto de Amílcar Cabral Datação: ? Categoria: Escultura Localização: Avenida Amílcar Cabral
	Nº de inventário: GB_PM_77 Identificação: Maria da Fonte. Descrição: Pilar de pedra, que a nível compositivo remete para o padrão dos descobrimentos, no qual esta figurado um mastro, as ondas do mar e uma mulher braços erguidos empunhando uma coroa de louros²², encimada por uma estrela negra pan-africana acrescentada após a Independência da Guiné-Bissau. Datação: ? Categoria: Escultura Localização: Praça dos Heróis Nacionais





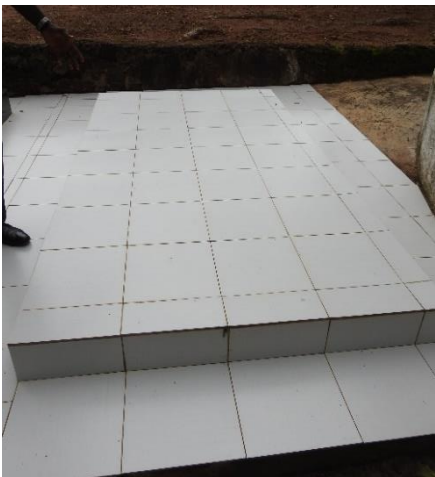
Nº de inventário: GB_PM_78
Identificação: Túmulo de Amílcar Cabral
Datação: ?
Categoria: Escultura fúnebre
Localização: Fortaleza de São José da Amura



Nº de inventário: GB_PM_79
Identificação: Túmulo de João Bernardo Vieira (Nino)
Datação: ?
Categoria: Escultura fúnebre
Localização: Fortaleza de São José da Amura



Nº de inventário: GB_PM_80
Identificação: Túmulo de Kumba Yala
Datação: ?
Categoria: Escultura fúnebre
Localização: Fortaleza de São José da Amura

	Nº de inventário: GB_PM_81 Identificação: Túmulo Malam Bacai Sanhá Datação: ? Categoria: Escultura fúnebre Localização: Fortaleza de São José da Amura
	Nº de inventário: GB_PM_82,83,84,85,86 Identificação: Conjunto de túmulos de guerreiros da luta armada da libertação nacional Descrição: Da esquerda para a direita encontram-se: Domingos Gomes Ramos, Pansau Na Isna, Francisco João Mendes Chico Té, Osvaldo Máximo Vieira, Rui Demba Djassi, Ernestina Sila Tatina. Datação: ? Categoria: Escultura fúnebre Localização: Fortaleza de São José da Amura
	Nº de inventário: GB_PM_87 Identificação: Canhão Descrição: Um dos exemplares das armas de artilharia que compõem a Fortaleza da Amura. Datação: ? Categoria: Objetos militares Localização: Museu Militar, Fortaleza de São José da Amura

	Nº de inventário: GB_PM_88, 89 e 90 Identificação: Conjunto de três canhões de rodas Descrição: Artilharia bélica utilizada da Luta da Libertação. Datação: ? Categoria: Objetos militares (património móvel) Localização: Museu Militar da Luta da Libertação Nacional, Fortaleza de São José da Amura
	Nº de inventário: GB_PM_91, 92,93 e 94 Identificação: Conjunto de quatro metralhadoras Descrição: Artilharia bélica utilizada da Luta da Libertação. Datação: ? Categoria: Objetos militares (património móvel) Localização: Museu Militar da Luta da Libertação Nacional, Fortaleza de São José da Amura
	Nº de inventário: GB_PM_95 Identificação: Canhão de reboque Descrição: Artilharia bélica utilizada da Luta da Libertação. Datação: ? Categoria: Objetos militares (património móvel) Localização: Museu Militar da Luta da Libertação Nacional, Fortaleza de São José da Amura



Nº de inventário: GB_PM_96

Identificação: Viatura de Amílcar Cabral

Datação: ?

Categoria: Bem móvel

Localização: Museu Militar da Luta da Libertação Nacional, Fortaleza de São José da Amura



Nº de inventário: GB_PM_97 e 98

Identificação: Camião lança míssil e tanque de combate

Descrição: Alguns dos carros e artilharias bélicas utilizadas da Luta da Libertação.

Datação: ?

Categoria: Bem móvel

Localização: Museu Militar da Luta da Libertação Nacional, Fortaleza de São José da Amura



Nº de inventário: GB_PM_99

Identificação: Canhão de alto calibre sem pneus

Descrição: Artilharia bélica utilizada da Luta da Libertação.

Datação: ?

Categoria: Bem móvel

Localização: Museu Militar da Luta da Libertação Nacional, Fortaleza de São José da Amura

	Nº de inventário: GB_PM_100 Identificação: Rádio Libertação/Rádio de Difusão Nacional Descrição: Utilizado a partir de julho de 1967 para transmissão regional da Rádio Libertação, situada em Conacri. A partir de setembro de 1974 foi utilizada pela emissora regional Rádio Difusão Nacional (RDN). Datação: ? Categoria: Bem móvel (contentor metálico) Datação: ? Localização: Museu Militar da Luta da Libertação Nacional, Fortaleza de São José da Amura
	Nº de inventário: GB_PM_101 e 102 Identificação: Armas de fogo Descrição: Exemplos da artilharia utilizada na 1ª fase da Luta Armada de Libertação Nacional. Datação: ? Categoria: Objetos militares (patrimônio móvel) Localização: Museu Militar da Luta da Libertação Nacional, Fortaleza de São José da Amura
	Nº de inventário: GB_PM_103 e 104 Identificação: Mina Anti-Tanque & Aparelho de Explosão Descrição: Exemplos de artilharia utilizados na 1ª fase da Luta Armada de Libertação Nacional. Datação: ? Categoria: Objetos militares (patrimônio móvel)

	Localização: Museu Militar da Luta da Libertação Nacional, Fortaleza de São José da Amura
	Nº de inventário: GB_PM_105 Identificação: Rádio R-108 Descrição: Exemplares dos instrumentos de comunicação utilizados na 2º fase da Luta Armada de Libertação Nacional Datação: 1968 Categoria: Objetos militares (património móvel) Localização: Museu Militar da Luta da Libertação Nacional, Fortaleza de São José da Amura
	Nº de inventário: GB_PM_106 Identificação: Rádio R-104 e Rádio R-647 Descrição: Exemplares dos instrumentos de comunicação utilizados na 2º fase da Luta Armada de Libertação Nacional. Datação: 1964 Categoria: Objetos militares (património móvel) Localização: Museu Militar da Luta da Libertação Nacional, Fortaleza de São José da Amura



Nº de inventário: GB_PM_107

Identificação: Aparelho telefone TA-57

Descrição: Exemplar de um dos instrumentos de comunicação utilizados na 2º fase da Luta Armada de Libertação Nacional.

Datação: 1966

Categoria: Objetos militares (património móvel)

Localização: Museu Militar da Luta da Libertação Nacional, Fortaleza de São José da Amura



Nº de inventário: GB_PM_108 e 109

Identificação: 7,62 MM Sniper Rifle e Granada RGD-5

Descrição: Exemplares da artilharia utilizadas na 3º fase da Luta Armada de Libertação Nacional.

Datação: ?

Categoria: Objetos militares (património móvel)

Localização: Museu Militar da Luta da Libertação Nacional, Fortaleza de São José da Amura



Nº de inventário: GB_PM_110

Identificação: Bazuca RPG-7

Descrição: Exemplar da artilharia utilizadas na 3º fase da Luta Armada de Libertação Nacional.

Datação: ?

Categoria: Objetos militares (património móvel)

Localização: Museu Militar da Luta da Libertação Nacional, Fortaleza de São José da Amura



Nº de inventário: GB_PM_111

Identificação: Máquina de escrever

Descrição: Equipamento eletromecânico de escrita pertencente a Amílcar Cabral.

Datação: ?

Categoria: Bem móvel

Localização: Museu Militar da Luta da Libertação Nacional, Fortaleza de São José da Amura

Fonte: Elaborado pela autora.

Anexo D - Bens imóveis identificados na cidade de Bissau

Património Imóvel	
	Nº de inventário: GB_PE_112 Identificação: Fortaleza de São José da Amura Descrição: Fortificação de planta quadrangular. Datação: 1766 (estrutura atual) Classificação: Património de Influência Portuguesa Categoria: Complexo militar Localização: Rua Guerra Mendes, Bissau
	Nº de inventário: GB_PE_113, 114 e 115 Identificação: Descrição: Conjunto de três amplas edificações administrativas construídas no período da ocupação portuguesa. Datação: ? Classificação: Património de Influência Portuguesa Categoria: Arquitetura administrativa Localização: Fortaleza de São José da Amura
	Nº de inventário: GB_PE_116 Identificação: Antiga Câmara Municipal Descrição: Edifício de um piso, com um telhado de quatro águas Datação: ? Classificação: Património de Influência Portuguesa Categoria: Arquitetura administrativa Localização: Avenida Amílcar Cabral

	Nº de inventário: GB_PE_117 Identificação: Ministério da Justiça Descrição: edifício simétricos de dimensões monumentais, de composição tripartida dispõe de dois andares. Datação: ? Classificação: Património de Influência Portuguesa Categoria: Arquitetura administrativa Localização: Avenida Amílcar Cabral
	Nº de inventário: GB_PE_118 Identificação: Sé de Bissau Descrição: Edifício na fachada de um corpo e um tramo com elementos de uma clara associação a estilística portuguesa, de autoria de João Simões²³. Datação: 1945 Classificação: Património de Influência Portuguesa Categoria: Arquitetura religiosa Localização: Avenida Amílcar Cabral
	Nº de inventário: GB_PE_119 Identidade: Palácio da Presidência (antigo Palácio do Governador) Descrição: É um exemplo tipologia dos edifícios-tipo, destinado aos serviços administrativos, que se reproduzem de cidade em cidade. É um edifício simétrico de composição tripartida de dois

²³ Milheiro, A. V. (2011). *Guiné-Bissau, 2011*. Circo de ideias

	andares, composto por arcadas, galerias e uma fachada recuada. Esta composição arquitetónica já passou por diversas intervenções, depois de ter sido incendiada e saqueada. Datação: 1945 Classificação: Património de Influência Portuguesa Categoria: Arquitetura administrativa Localização: Praça dos Heróis Nacionais
	Nº de inventário: GB_PE_120 Identificação: Correios de Bissau (Correios de Lucínio Cruz) Descrição: Esta edificação dois pisos, é marcada por uma horizontalidade e por dimensões mais monumentais. Datação: 1955 Classificação: Património de Influência Portuguesa Categoria: Arquitetura administrativa Localização: Avenida Amílcar Cabral
	Nº de inventário: GB_PE_121 Identificação: Hospital 3 de Agosto (Pavilhão de Tisiologia do Antigo Hospital de Bissau) Descrição: Este complexo arquitetónico de dois pisos e duas alas é de autoria de Lucínio Cruz e Mário de Oliveira²⁴, que atualmente encontra-se num grave estado de conservação. Datação: 1951-1953

²⁴ Milheiro, A. V. (2011). *Guiné-Bissau, 2011*. Circo de ideias

	Classificação: Património de Influência Portuguesa Categoria: Arquitetura administrativa Localização: Avenida dos Combatentes da Liberdade da Pátria
	Nº de inventário: GB_PE_122 Identificação: Estação Meteorológica (Edifício da Metrologia) Descrição: Projeto de Lucínio Cruz, uma arquitetura singular que remete as “construções de Dakar”²⁵. Datação: 1952 Classificação: Património de Influência Portuguesa Categoria: Arquitetura administrativa Localização: Chão de Papel, Varela
	Nº de inventário: GB_PE_123 Identificação: Sede PAIGC Descrição: Estrutura arquitetónica edificada em L, de autoria de Jorge Chaves²⁶. Datação: 1949 Classificação: Património de Influência Portuguesa Categoria: Arquitetura administrativa Localização: Avenida Francisco Mendes, Praça dos Heróis Nacionais

²⁵ Milheiro, A. V. (2011). *Guiné-Bissau, 2011*. Circo de ideias

²⁶ Milheiro, A. V. (2011). *Guiné-Bissau, 2011*. Circo de ideias

	Nº de inventário: GB_PE_124 Identificação: Liceu Kwame N'Krumali (Liceu Honório Barreto) Descrição: Edifício de dois pisos disposto em L, que atualmente encontra-se extremamente adulterado. Datação: 1958 Classificação: Património de Influência Portuguesa Categoria: Arquitetura escolar Localização: Rua Areolino Cruz, Benfica
	Nº de inventário: GB_PE_125 Identificação: Casa tradicional Descrição: Arquitetura contruída com materiais e construído de acordo com os conhecimentos locais. Datação: ? Categoria: Arquitetura vernacular Localização: Cacheu²⁷
28 	Nº de inventário: GB_PE_126 Identificação: Bissau “velho” Descrição: Produção urbanística e arquitetónica em que esta presente o princípio da paisagem homogenia, através da projeção de estruturas administrativas, construções hospitalares, instituições missionárias, liceus e escolas técnicas inseridas numa

²⁷ Estes tipos de habitações tradicionais estão cada vez mais em desuso e gradualmente extinguindo-se na cidade de Bissau, pelo qual esta fotografia foi já retirada fora da cidade. No entanto, seria de grande relevância incluir.

²⁸ Milheiro, A. V. (2017). African colonial architectures at the end of the “Portuguese Empire”. Relógio d’Água.

	nova urbanização que pensa as cidades coloniais.²⁹ Datação: 1945³⁰ Categoria: Conjunto/Sítio histórico Localização: Bissau
--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

²⁹ Infelizmente Bissau “Velho” já passou por diversas intervenções que gradualmente estão a contribuir para a descaraterização da composição urbanística, sendo o exemplo mais evidente a retirada da calçada portuguesa.

³⁰ Data que o Gabinete de Urbanização Colonial inicia para as obras da cidade.

Anexo E - Bens imateriais identificados na cidade de Bissau

Património Imaterial	
	Nº de inventário: GB_PE_127 Identificação: Fanado Descrição: Esta é uma prática social/ritual de iniciação dos jovens na vida social adulta, que se divide em duas fases. A primeira consiste na circuncisão e reclusão na “mata sagrada”, locais específicos e de grande importância para as comunidades guineenses onde estes jovens recebem ensinamentos das pessoas mais velhas. A segunda fase é “saída do mato”, é uma componente festiva caracteriza por danças e canções, específicas a cada etnia, que são assistidas pela comunidade. Este é uma prática que envolve um grande número de indivíduos e entidades. Procedência: Sem procedência especificada, este é um ritual presente nas comunidades amenistas como muçulmanas Estado: Ativo Categoria: Práticas sociais, rituais e atos festivos



Nº de inventário: GB_PE_128

Identificação: Sara

Descrição: O casamento tradicional guineense, comumente conhecido como Sara é uma prática que implica uma série de rituais como:

“Leba kabas”- pedido de casamento, no qual o noivo terá de levar à família da noiva uma grande cabaça contendo arroz, bebidas alcoólicas, o pano de pente entre outros objetos exigidos pela família.

“Sara noiba”- consiste na reclusão da noiva só com mulheres anciãs por um certo período até o dia do casamento. Neste momento, a mulher passará por diversos rituais preparatórios e poderá usar somente roupas tradicionais brancas e o pano de pente que lhe cobre a cabeça;

“Cubamba³¹” – o último momento desta cerimónia/ritual onde marido e mulher comem a comida sagrada (cubamba³²) numa cabaça;

“Badjo” – momento de celebração e de dança da noiva, a mãe e as mulheres anciãs ao som da Música Tina e dos palmos de madeira.

Procedência: Manjacos e Papel

Estado: Ativo



³¹

³² Prato composto de arroz mole regado a óleo de palma e leite coalhado.

	Categoria: Práticas sociais, rituais e atos festivos
33 	Nº de inventário: GB_PE_129 Identificação: Tecelagem do Panu di pinti Descrição: Esta arte é um ofício ancestral associado a concepção do pano de pente. Este é um trabalho que envolve duas pessoas, o homem responsável por confeccionar num tear tradicional as bandas e a mulher que é encarregue de coser as bandas uma nas outras formando assim um tradicional pano de pente de seis bandas/tiras. Estes panos são usados em vários momentos da vida do guineense, desde cerimónias tradicionais e matrimoniais, ritos de iniciação e também funerais. Os panos têm variadas pigmentações e padrões de acordo com a sua funcionalidade. Atualmente os mesmos também podem ser utilizados como elementos decorativos. Procedência: Etnia manjaca, que habitava maioritariamente em Cacheu, a norte de Bissau Estado: Ativo Categoria: Conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo

³³ Etheria Magazine (2020, outubro). “Pano di pinti, el tejido sagrado de Guinea Bissau”. *Etheria Magazine*. <https://etheriamagazine.com/2020/10/15/pano-di-pinti-tejido-sagrado-de-los-pepel-y-manjaka-de-guinea-bissau/>



Nº de inventário: GB_PE_130

Identificação: Música Tina

Descrição: Esta é uma expressão artística de origem na Mandjuandade (Associação feminina de entreatada e confraternização, com as suas próprias regras e dirigido por uma Rainha e Rei escolhidas pelos membros). Esta era composta por mulheres de diversas etnias. Nestes encontros era hábito tocarem instrumentos musicais como o sikó, cutil, djimbé, gaita, apito e a tina, instrumento este que é a base da Música Tina.

Este instrumento muito peculiar é conhecido também por tambor de água que acompanhava as cantigas.

O som característico e único produzido pelo tambor é grave e intenso devido a pressão que as palmas da mão provocam ao tocar na cabaça. É assim, na sua generalidade, que se criou o gênero musical Tina.

Procedência: Sem procedência especificada

Estado: Ativo

Categoria: Artes do espetáculo e expressões artísticas.

³⁴ Semedo, O. D. C. S. (2010). *As Mandjuandadi – cantigas de mulher na Guiné-Bissau: da tradição oral à literatura* [Tese de Doutoramento. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais]. Biblioteca Digital da PUC Minas. <https://docslib.org/doc/11390197/as-mandjuandadi-cantigas-de-mulher-na-guin%C3%A9-bissau-da-tradi%C3%A7%C3%A3o-oral-%C3%A0-literatura>. pp. 110.



Nº de inventário: GB_PE_131

Identificação: Kankuran

Descrição: Esta é a representação de um ser mítico, o guardião, que na crença muçulmana, é um protetor contra os maus espíritos. Esta figura mítica, associado a cultura do Fanado, é amplamente temida pois percorre as ruas afugentando a população para proteger os jovens circuncidados durante sua iniciação (fanado). Associado a esta figura também é referência a prática de determinadas danças tradicionais com a catana que sempre transporta.

Procedência: Comunidade Mandinga e atualmente adotada por outras etnias como os Balantas, Manjacos e Felupes.

Estado: Esta é uma prática que ainda se encontra ativa, mas em gradual perigo de extinção devido ao abate das árvores fara, do qual se extrai a fibra para sua produção

Categoria: Práticas sociais, rituais e atos festivos

Nº de inventário: GB_PE_132

Identificação: Carnaval

Descrição: Esta é um prática/festa popular, originalmente europeia, inspirada no Entrudo português, comemorada antes da Quaresma. É então depois da independência, que esta prática social passou por diversas alterações e introduz um caráter étnico-cultural, através da inclusão de cortejos com conjunto de grupos representantes das nove capitais regionais da Guiné, que se



reúnem em meados de fevereiro ou março.

Esta festividade tem duração de cerca de quatro dias, na cidade de Bissau, onde dá-se lugar a um conjunto de cortejos, danças, músicas, fantasias e vestimentas que materializam os valores culturais nacionais.

Procedência: Sem procedência especificada

Estado: Esta é uma prática que ainda se encontra ativa, mas em gradual perigo de extinção devido a gradual desassociação com a tradicionalidade.

Categoria: Práticas sociais, rituais e atos festivos

Fonte: Elaborado pela autora.

³⁵ O Democrata. (2015, fevereiro). Imagens do Carnaval 2015: Desfile Nacional- Guiné-Bissau. <https://www.odemocratagb.com/?p=3773>. Consultado em 22 de outubro de 2023.

Anexo F – Modelo da ficha de inventário



Nº de identificação

Ficha de inventário

1. Identificação:

2. Imagens:

3. Localização:

Nº de identificação

4. Descrição:

[illegible]

5. Análise histórica/ Análise artística:

[illegible]



Nº de identificação

6. Estado de conservação ou preservação:

Património material

☐ Muito Bom ☐ Bom ☐ Regular ☐ Mau

Património imaterial

☐ Ativo ☐ Em vias de extinção ☐ Inativo

7. Materiais:



Nº de Identificação

8. Categoria:

9. Fontes e Bibliografia:

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.

8. Responsável

9. Datação

Anexo G – Layout da página de preenchimento de inventário por meio digital

The image shows a laptop screen displaying a digital inventory form. The form has a yellow header bar with the logo 'NÔ GUINÉ' on the left and navigation links 'INÍCIO', 'O NOSSO PATRIMÔNIO', and 'IVENTARIAR' in the center. On the right of the header, there is a search icon, 'PTV', and a menu icon. The main title of the form is 'Preencher ficha de inventário'. Below the title, there are two input fields: 'Identificação' and 'Nº de Identificação'. The 'Nº de Identificação' field has two dashed lines for digit entry. Below these fields is a section labeled 'Imagens' containing three large gray placeholder boxes with diagonal lines. At the bottom, there is a 'Categoria' field. The entire form is displayed on a laptop screen with a black bezel.

NÔ GUINÉ
Informações Patrimoniais

INÍCIO O NOSSO PATRIMÔNIO IVENTARIAR

NÔ GUINÉ
Nô Guiné

Q PTV ≡

Preencher ficha de inventário

Identificação

Nº de Identificação

Imagens

Categoria

The image shows a laptop screen with a white background and a black border. The screen displays a form with three sections, each with a yellow border and a label in bold black text. The first section is labeled 'Categoria' and is a single-line text input. The second section is labeled 'Descrição' and is a multi-line text input. The third section is labeled 'Análise histórica/Análise artística' and is a single-line text input. The laptop is silver and is shown from a slightly elevated angle.

Categoria

Descrição

Análise histórica/Análise artística

Localização

Estado de conservação ou preservação

Património material:

☐ Muito Bom ☐ Bom ☐ Regular ☐ Mau

Património imaterial:

☐ Ativo ☐ Em vias de extinção ☐ Inativo

Materiais

Fontes e Bibliografia

Responsável

Data / /

GUARDAR RASCUNHO

PUBLICAR

